

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACH – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ARIELA CASTELANI

**A GRANDE VEDETE DO FUTURO?
A cultura empreendedora no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**

**CAMPO GRANDE-MS
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACH – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ARIELA CASTELANI

**A GRANDE VEDETE DO FUTURO?
A cultura empreendedora no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para obtenção do grau de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Cruz

**CAMPO GRANDE-MS
2023**

ARIELA CASTELANI

A GRANDE VEDETE DO FUTURO?
A cultura empreendedora no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

Dissertação apresentada ao Curso do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Campo Grande, MS, 14 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Luiz Cruz (PPGAS/UFMS)

Profa. Dra. Flávia Freire Dalmaso (UFMS)

Dr. Henrique Bosso da Costa (Unicamp)

Aos amores da minha vida, Cecília e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Nunca imaginei que pudesse ousar sonhar com uma pós-graduação. Mas tenho pessoas que entrelaçam suas vidas com a minha e que sonharam primeiro por mim e me mostraram que, embora ainda sonho delas, o mestrado poderia se tornar uma realidade vivida, e por isso começo agradecendo a estas pessoas. Ao meu companheiro de jornada, Carlos Eduardo, que em muitos momentos acreditou mais em mim do que eu mesma. Quando a oportunidade de ingressar no mestrado surgiu, foi o primeiro a segurar a minha mão e dizer vai, você consegue, estou por aqui. Obrigada pelas leituras, conversas, trocas importantes durante esse processo. Por me ouvir infinitas vezes falar da minha pesquisa, por ouvir com interesse, pelas perguntas que muitas vezes me instigaram a refletir sobre outras possibilidades.

A minha mãe, Rosemary por me ensinar a amar a leitura, os livros e as histórias. Obrigada por me ensinar que minha independência como mulher viria com os estudos. Por ser minha incansável rede de apoio com os netos. As várias vezes em que precisava de um tempo de silêncio e concentração foi a ela quem recorri. A toda minha família: irmãos, minha prima Amana, meus sobrinhos, minha avó Maria, pelas infinitas conversas. Esta pesquisa se iniciou durante a pandemia de Covid-19 e, por isso, em vários momentos estive afastada fisicamente de minha família e quando em momentos de segurança podíamos nos encontrar, precisei abdicar destes momentos para me concentrar neste trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, meu local de trabalho desde 2016. Tem sido ali, no constante trabalhar diariamente, que tenho entendido a importância da pesquisa. Esse percurso só foi possível graças a um acordo de cooperação entre o IFMS e a UFMS. Como servidora pública federal pude usufruir de um afastamento para capacitação que me permitiu a dedicação exclusiva no último ano do mestrado. Essa licença foi extremamente importante para que pudesse, além de manter meus estudos, estar presente na vida dos meus filhos. Desde o início do processo, a única certeza que eu tinha é de que minha pesquisa precisava de alguma forma envolver a instituição. Sentia que, por meio da pesquisa, eu poderia devolver para a instituição tudo aquilo que eu estava tendo o privilégio de experienciar.

Nesse contexto, meus sinceros agradecimentos à comunidade acadêmica que compõem o Instituto Federal, campus Campo Grande, formado por docentes, técnicos administrativos, alunos e alunas da instituição, especialmente ao grupo que compõe a TecnoIF. Estranhar meu próprio ambiente de trabalho foi por muitas vezes sinônimo de dúvidas e incertezas, mas contar com essas pessoas que se disponibilizaram a contribuir com o trabalho, seja conversando

incansavelmente sobre os assuntos aqui abordados, me permitindo participar das atividades pedagógicas, ou ainda compondo o grupo de interlocutores que me ajudaram a compreender as questões aqui propostas, foi extremamente importante.

Aos meus colegas de mestrado, pelo compartilhamento das alegrias e incertezas desse período. Infelizmente, devido a pandemia, não tivemos muitos contatos pessoalmente, mas driblamos como pudemos esses percalços. Em especial ao GEAT – Grupo de Estudos em Antropologia do Trabalho. Foi em nossas reuniões quinzenais que me fortaleci, dividi as angústias e dúvidas, ouvi e aprendi. Ranielly obrigada por me acolher desde o início, compartilhando e agregando conhecimento e me mostrando que o percorrer deste caminho não precisa ser solitário. Foram tantas trocas, conversas, risadas, memes e angústias compartilhadas. Meu muito obrigada.

Meu orientador, professor Ricardo, meu eterno agradecimento pela condução gentil, generosa e tranquila neste processo. Por me apresentar possibilidades e novos caminhos a percorrer. Pelas críticas que aguçaram a vontade de me aprofundar no processo e de aprender cada vez mais. Pela compreensão do tempo de cada um de nós, já que nem sempre percorremos esse caminho na velocidade que uma sociedade conexcionista e acelerada espera. Sua habilidade e sensibilidade de enxergar e nos guiar calmamente neste fluxo acelerado, me lembrando da importância dos momentos de compartilhar conhecimento, das reflexões e das fases de aprendizado, foram essenciais para eu chegar ao final do processo com a sensação de que valeu a pena. E, especialmente, com vontade de continuar percorrendo esse caminho.

Aos professores do programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFMS, vivemos juntos momentos de angústia e dúvidas durante a pandemia. Precisamos nos adaptar a novas formas de ensinar e aprender. Embora nosso contato tenha acontecido na maioria das vezes de forma virtual por conta do momento pandêmico, era perceptível a busca dos docentes por encontrar formas didáticas de adaptação às aulas on-line sem que perdêssemos, na medida do possível, as possibilidades de aprendizado. Mesmo tendo concluído os créditos necessários das disciplinas, procurei frequentar presencialmente uma das disciplinas ofertadas no ano de 2022, quando retornamos gradativamente às atividades presenciais. Quis muito a experiência de conhecer a UFMS fisicamente, suas cores, seus cheiros, suas nuances já que não conhecia o campus. Poder frequentar presencialmente a disciplina de Antropologia do Estado, ministrada pela professora Flávia, me fez viver essa importante experiência.

Aproveito e agradeço as professoras Jacira e Sandra, docentes do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que ministraram a disciplina Memória, Cultura e Educação. Frequentar as aulas desta disciplina complementou

minhas reflexões em relação ao campo da educação, especialmente por se tratar de uma pesquisa multidisciplinar.

Finalizo agradecendo novamente a professora Dra. Flávia Dalmaso e o Dr. Henrique Bosso por aceitarem participar da minha banca de qualificação e posteriormente da banca de defesa deste trabalho. As contribuições feitas na qualificação, as sugestões de literatura, as possibilidades de organização destas linhas, os caminhos possíveis compartilhados foram fundamentais para a construção desta pesquisa.

Enfim, a todos que de uma maneira ou de outra contribuíram para o trilhar deste trabalho meus eternos agradecimentos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender a construção social da cultura empreendedora dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul *campus* Campo Grande. O arcabouço teórico se apoia, em especial, nas considerações de Luc Boltanski e Ève Chiapello sobre o que chamam de o “novo espírito do capitalismo”. A pesquisa etnográfica, realizada no cotidiano escolar de uma instituição pública, serviu de referencial para a compreensão, por meio de documentos institucionais, projetos pedagógicos de cursos, práticas pedagógicas e falas de professores e alunos, da construção da cultura empreendedora. O instrumental metodológico weberiano, em torna da noção de “tipo ideal”, é utilizado aqui para compreender as ações sociais observadas, de modo a refletir sobre como um novo ideal regulador de condutas econômicas vem sendo apresentado para os agentes - os alunos e alunas - que frequentam o ambiente escolar. Através dos resultados encontrados foi possível verificar que a construção da cultura empreendedora dentro da escola acontece em um cenário de conflitos e contradições e é permeada por uma ambiguidade de sentidos, referindo-se ora ao mundo do trabalho e ora, especialmente, a valores que orientam todas as outras esferas da vida social.

Palavras-chave: Cultura Empreendedora. Educação Profissional. Empreendedorismo. Antropologia.

ABSTRACT

This work aims to understand the social construction of an entrepreneurial culture within the campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul, in Campo Grande. The theoretical framework is based, in particular, on the considerations of Luc Boltanski and Ève Chiapello about what they call the “new spirit of capitalism”. The ethnographic research, carried out in the school routine of a public institution, served as a reference for understanding, through institutional documents, pedagogical projects of courses, pedagogical practices and speeches from teachers and students, the construction of an entrepreneurial culture. The Weberian methodological instrumental, around the notion of “ideal type”, is used here to understand the observed social actions, in order to reflect on how a new ideal of economic conduct has been presented to the agents - the students - who attend the school environment. Through the results found here, it was possible to verify that the construction of an entrepreneurial culture within the school takes place in a scenario of conflicts and contradictions and is permeated by an ambiguity of senses, sometimes referring to work and sometimes, especially, to values that guide all other spheres of social life.

Keywords: Entrepreneurial Culture. Professional Education. Entrepreneurship. Anthropology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
GEAT	Grupo de Estudos em Antropologia do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEMIN	Programa de Empreendedorismo e Inovação do IFMS
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFMS
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PROPP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFMS
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TECNOIF	Incubadora Mista e Social de Empresas do IFMS
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Sala modular onde fica a TecnoIF no campus Campo Grande.....	64
Figura 2 –	Momento durante as atividades na sala da TecnoIF.	73
Figura 3 –	Questões apresentadas no slide durante a aula	77
Figura 4 –	Alunos elaborando o mapa da empatia	78
Figura 5 –	Mapa da empatia	79
Figura 6 –	Esquema da lei 13.415/2017 com foco no empreendedorismo	84
Figura 7 –	Quadro comparativo dos Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática referente aos anos de 2010 (com alterações em 2017) e 2019.....	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA CULTURA	14
1.1.1	<i>Em busca de sentidos: empreendedorismo social e educação profissional.....</i>	<i>18</i>
1.1.2	<i>A educação e o novo espírito do capitalismo</i>	<i>22</i>
1.2	SOBRE ESTA PESQUISA	26
2	“OS INSTITUTOS FEDERAIS SERÃO A GRANDE VEDETE DO FUTURO”: O PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO IFMS COMO OBJETO DE ESTUDO ANTROPOLÓGICO.....	30
2.1	A EDUCAÇÃO FRENTE À GÊNESE SOCIAL DAS DISPOSIÇÕES ECONÔMICAS	31
2.2	OS INSTITUTOS FEDERAIS COMO ESPAÇOS DE CONFLUÊNCIA ENTRE EDUCAÇÃO E ECONOMIA NO CONTEXTO DA NATURALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO: OS NOVOS OU OUTROS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	39
2.3	O PEMIN E O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO	52
3	“NÃO QUERO IR PARA A FACULDADE, QUERO SER EMPREENDEDOR!”: CONSTRUÇÃO SOCIAL DE ESPAÇOS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DISCURSOS OFICIAIS.....	59
3.1	ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL	61
3.2	MERCADO DE IDEIAS	72
3.3	DISCURSO OFICIAL	80
4	EGRESSO EMPREENDEDOR SOCIAL – OS SENTIDOS EM DISPUTA	88
4.1	RESULTADOS, DISCUSSÃO E O QUE ESTA PESQUISA TEM A DIZER	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS OU SERIAM INICIAIS?	99
	REFERÊNCIAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

Eu não saberia dizer em que momento esta pesquisa se inicia, mas sei bem o momento em que a etnografia, o trabalho de campo, o estar lá, começa. Embora meu contato com as pessoas da instituição que pesquiso e que apresentarei no decorrer do trabalho aconteça antes deste momento, já que sou uma pesquisadora que estranha o que me é familiar pesquisando meu próprio ambiente de trabalho, é quando eu presencio uma das atividades relacionadas ao PEMIN - Programa de Empreendedorismo e Inovação do IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, que realmente sinto que estou etnografando. O encontro para participar da atividade estava marcado para as 17:00, e cheguei por volta das 17:15. A banca já havia começado. A sala estava escura, algumas imagens sendo projetadas na parede e duas alunas da instituição, cursantes do ensino médio técnico, apresentavam sua ideia de negócio para três professores que formavam a respectiva banca. Tentei fazer o mínimo de barulho possível, entrei na sala e me sentei um pouco afastada ao fundo.

Aquela sala, conhecida na instituição como TecnoIF, é uma incubadora mista e social, sendo também o lugar, o ambiente físico, onde se materializam as atividades relacionadas ao empreendedorismo e inovação no IFMS, mais especificamente no campus Campo Grande. Ainda que nervosas, as duas alunas explicavam com certa desenvoltura, porque sua ideia de negócio era interessante e possivelmente viável. Neste encontro levei meu caderno para anotações, pois achei que seria o mais discreto em relação a qualquer outro meio eletrônico que poderia utilizar. Sentada em um canto da sala, observei a apresentação das alunas. Falaram sobre a importância social do empreendimento que estavam propondo e ressaltaram a oportunidade que estavam tendo de empreender. As intervenções dos membros da banca foram, em geral, técnicas, e eu estava com a sensação de que muito do que estava acontecendo ali talvez não contribuiria com a pesquisa. Neste momento o responsável pela atividade, após me apresentar a todos e explicar o motivo de estar ali, realizando uma pesquisa sobre empreendedorismo e educação, perguntou se eu gostaria de questionar algo as alunas. Pega de surpresa, tentei elaborar rapidamente alguma questão, e perguntei sobre os motivos pelos quais elas estavam dispostas a empreender. No geral, eu buscava compreender o sentido de empreender para elas. Por que fazer o que realmente estavam propondo?

Confesso que esperei uma longa resposta, que teria páginas e páginas de anotações, mas o fato é que elas apenas responderam que o objetivo principal era social, uma oportunidade de um negócio sustentável para melhorar a sociedade. Assim, a atividade foi encerrada e eu fui

embora. Quando cheguei no aqui, no momento de refletir sobre tudo que tinha acontecido, de organizar minhas anotações, é que me dei conta de que criei expectativas sobre as respostas que eu queria ouvir. Erroneamente, inferi que o motivo principal de empreender naquele momento para elas era financeiro, que elas diriam que pretendiam criar um grande negócio que lhes permitissem conseguir muito retorno financeiro. Bem, não foi isso que elas responderam quando as questionei, e realmente não foi isso que percebi enquanto elas realizavam a apresentação e argumentavam a favor para convencer a banca de que era uma ideia viável de negócio.

Me dei conta daquilo que Geertz nos alertou sobre a antropologia e os momentos da escrita. Entre o “estar lá” e o “estar aqui”, reflexões que ele apresenta no livro *A interpretação das culturas* (1978). Para ele independentemente de onde os antropólogos busquem seus sujeitos de pesquisa “o fato é que eles escrevem as suas considerações envoltas por todo um mundo de estantes, bibliotecas, lousas e grupos de estudos” (1978, p. 220). Compreendi a importância dos momentos de reflexões do antropólogo quando analisa suas anotações do trabalho de campo. Quando busca utilizar pela lente de outros autores a interpretação daquilo que possui de informação. Entendi que, naquele momento, a resposta dada pelas alunas era o sentido que elas atribuíam a empreender. Em um primeiro momento, não era ganhar dinheiro, nem ser independente financeiramente. Era simplesmente contribuir socialmente, pensando na coletividade e na sustentabilidade.

Essas alunas citadas no início não concluíram seu projeto. Sequer passaram para a próxima fase do edital de fluxo contínuo PROPI nº 023/2022, vinculado ao PEMIN. Questionei ao responsável pela atividade sobre o motivo da desistência. Na hora ele não soube me responder, mas pegou o telefone e entrou em contato com a aluna para questioná-la. Ao desligar, ele me explicou que ela estava no último semestre do ensino médio integrado¹ da instituição, e que a aluna precisaria se dedicar aos estudos agora, já que o objetivo dela era ir para a universidade. Ele ainda pontuou que a realidade da maioria dos alunos da instituição é exatamente essa, eles não podem deixar de buscar a universidade para se dedicar ao empreendedorismo, pois muitos deles são os primeiros na família a conseguirem chegar tão longe. Mais ainda, empreender era algo muito abstrato para eles, que neste momento da vida eles precisam e buscam opções mais concretas.

Em um outro momento, ao final de uma atividade relacionada ao mesmo edital, conversando com docentes sobre a possibilidade daquelas ideias de empresas propostas pelos

¹ Nesta modalidade o aluno cursa o ensino médio correspondente a educação básica de forma articulada às disciplinas da formação técnica. A duração do curso é de aproximadamente 3 anos e meio.

alunos realmente se concretizarem e se transformarem em negócios de sucesso, ouvi que o objetivo principal não era esse, e sim que os alunos assimilassem uma maneira de ser empreendedor, que tivessem características e atitudes de empreendedores, e que isso os ajudaria em diferentes momentos da vida. Mais uma vez, de uma outra perspectiva, a questão a princípio não era financeira e parecia estar mais ligada a um jeito de ser e de viver o mundo.

A atividade realizada pelas alunas, mencionada no início desta introdução, está vinculada ao PEMIN. O objetivo do programa é selecionar projetos de negócios propostos pelos alunos da instituição para participarem de uma pré-incubação, ou seja, para que a ideia do empreendimento, possa receber apoio para que se torne, posteriormente, um negócio viável. O programa tem como uma de suas bases a promoção e o fortalecimento da *cultura empreendedora* dentro da instituição. Foi a partir de então que alguns questionamentos se apresentaram: Como está sendo construída uma cultura empreendedora dentro da escola? Como um discurso econômico global é traduzido para um ambiente escolar específico? Como estes discursos ganham sentido em projetos pedagógicos de cursos, práticas pedagógicas, espaços físicos e nas falas de professores e de alunos? Como sua legitimidade é construída nesse cenário local?

Estes, entre outros tantos questionamentos surgirão no decorrer deste trabalho, compartilharei eles durante o processo, e penso que justamente seja esse o fundamento da pesquisa etnográfica, permitir construir novas perguntas, ainda que a ânsia seja de encontrar todas as respostas. Assim, o objetivo principal desta pesquisa será compreender a construção social da *cultura empreendedora* no âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul- IFMS, *campus* Campo Grande. Proponho explorar a noção de cultura empreendedora, apresentada como um dos objetivos do programa institucional PEMIN, através das características apresentadas pelo novo espírito do capitalismo. A pesquisa etnográfica realizada no cotidiano escolar, permitirá a análise, por meio de documentos institucionais como projetos pedagógicos de cursos, práticas pedagógicas e falas de professores e alunos, refletir, de um ponto de vista antropológico, sobre como este novo ideal regulador de condutas econômicas vem sendo apresentado para os agentes - os alunos e alunas - que frequentam o ambiente escolar.

1.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA CULTURA

A cena etnográfica com que abro esta introdução, faz parte de uma observação direta da vida cotidiana mediante um olhar antropológico. Ao realizá-lo, me lembrei das palavras de Pierre Bourdieu, em *A Miséria do Mundo* (2008), no texto chamado *Compreender*. Em um

trecho, Bourdieu irá falar sobre uma construção realista dos dados que o pesquisador tem a sua disposição: “A verdadeira submissão ao dado supõe um ato de construção baseado no domínio prático da lógica social segundo a qual esse dado é construído” (2008, p. 705). Bourdieu estava se referindo a uma conversa que havia tido com três jovens estudantes, quando de sua pesquisa sobre o campo escolar.

No mesmo trecho o autor afirma que, somente poderia ser possível compreender o que estava se apresentando naquele momento, sobre o diálogo com as alunas, lendo as estruturas das relações objetivas “presentes e passadas, entre sua trajetória e a estrutura dos estabelecimentos escolares que elas frequentaram e, por isso, toda a estrutura e a história do sistema de ensino que nelas se exprime” (BOURDIEU, 2008, p. 705). Podia não estar claro ainda que aquele momento presenciado durante a etnografia, contribuiria com a pesquisa, a princípio, mas havia pontos importantes para se compreender daquele momento.

A primeira vez que li o termo *cultura empreendedora* em um documento dentro da Instituição, eu estava realizando rotinas administrativas em um dia normal de trabalho. Eu já estava no mestrado e tinha consciência de que, de forma geral, a temática da minha pesquisa trataria das relações entre as transformações do mundo do trabalho ao longo das últimas décadas e as mudanças na educação técnica e tecnológica, no âmbito do IFMS. Estas reflexões estavam mais densas, especialmente, por conta da disciplina de Antropologia do Trabalho, que eu estava cursando naquele momento, e das discussões que fazíamos durante as aulas.

Estávamos lendo autores, antropólogos e sociólogos, que dedicaram pesquisas que permeavam as relações de trabalho e suas transformações, entre eles Karl Polanyi, Pierre Bourdieu, Eric Wolf e Michel Taussig, só para citar alguns exemplos. Mas foi quando chegamos na unidade em que discutimos desempenho, flexibilidade e depressão a partir do regime neoliberal e da nova economia libidinal do trabalho que comecei a estruturar melhor o objetivo que eu estava buscando, e que “*cultura empreendedora*” me pareceu um fenômeno a ser pesquisado. Para tanto buscarei refletir sobre cultura conforme Weber (2003), no texto *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*:

O conceito de cultura é um conceito de valor. A realidade empírica é “cultura” para nós porque e na medida em que a relacionamos a ideias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativos para nós (2003, p. 92).

Dentro do IFMS questões como formar para o mercado de trabalho ou incentivar a ida direta para a universidade, por exemplo, fazem parte de reflexões e discussões que ocorrem naquele campo com frequência. No Brasil, essas questões ganharam ainda mais destaque, após a publicação da chamada reforma do ensino médio, por intermédio da lei nº 13.415/2017, e o

empreendedorismo passou a permear outros espaços dentro da escola, além de disciplina fazendo parte do projeto pedagógico dos cursos, ele está também como programa institucional e se materializa nas práticas pedagógicas.

Inicialmente, é importante delimitar alguns pontos: parto de um estudo local, de uma instituição pública de ensino específica. Pretendo, ao realizar uma pesquisa do particular, conhecer características, fatos e acontecimentos que podem, em certa medida, serem relacionados, em algum momento, ao todo, e servir de notas iniciais de forma a contribuir com as reflexões sobre este tema. É assim que a educação e o trabalho se apresentam nesta pesquisa como importantes instrumentos que contribuem para a leitura e interpretação das transformações da sociedade.

Embora utilize as lentes de autores que estudaram seus fenômenos em países chamados desenvolvidos, especialmente França e Alemanha, concordo com o antropólogo Michel Taussig (2010) quando justifica sua pesquisa com grupos rurais da Colômbia e da Bolívia, afirmando que “certas realidades humanas se tornam mais claras na periferia do sistema capitalista” (2010, p. 32). Taussig procurou interpretar as formas capitalistas de compreensão da realidade social destes grupos. Assim, entendo que fenômenos encontrados nos países desenvolvidos podem servir de lentes para compreender características singulares de países à margem do sistema.

Há na antropologia um momento muito significativo de reflexão, que nos auxilia a olhar para os processos sociais em fluxo, integrante da chamada segunda geração da Antropologia Social Britânica. Neste período, as pesquisas antropológicas apresentam novos objetivos e possibilidades. No Brasil, a antropóloga Bela Feldman-Bianco organiza, em 1987, o livro *Antropologia das Sociedades Contemporâneas* com textos de antropólogos como Alfred Radcliffe-Brown, Edmund Leach, Max Gluckman e Evans Pritchard. Nele, há uma importante introdução feita pela autora que problematiza sobre a teoria antropológica dos processos sociais. Para ela, um marco importante dos estudos antropológicos acontece quando o objetivo da pesquisa antropológica muda, ao invés de mostrar a coesão das sociedades para considerar a existência de conflitos e contradições sociais.

São processos de mudanças sociais que se apresentaram como oportunidade de reformulação da pergunta básica da antropologia: “De como a sociedade se mantém para como a sociedade se transforma” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 20). O objetivo dos novos estudos segundo a autora, seria de apreender os grupos de significados que são passados e desenvolvidos e como ação humana, nesse contexto de complexidades, é permeada por um projeto cultural. Deste modo, utilizarei da teoria da ação, influenciada por Weber, que se apresenta como uma linha de estudos antropológicos de processos sociais que diferencia os

limites da observação dos limites da investigação. Essa diferenciação possibilitou a elaboração de instrumentais capazes de integrar a história e dados documentais à análise antropológica de processos sociais (FELDMAN-BIANCO, 1987).

Ainda que opte por olhar na sociedade suas transformações, houve na antropologia diferentes formas de refletir sobre os processos sociais. Na literatura antropológica, por exemplo, o antropólogo Bronislaw Malinowski (1984), elaborou uma proposta de pesquisa participativa, que foi apresentada no livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*. O autor defende novos princípios metodológicos para a antropologia, onde o etnógrafo deve estudar o todo. Em sua teoria, o antropólogo tem como objetivo o ponto de vista do nativo, de tal maneira que possa relacionar este ponto de vista com sua vida e visão de mundo. (MALINOWSKI, 1984). O antropólogo argumenta ainda, que é recorrendo ao treinamento científico que o pesquisador adquire um “esquema mental” que lhe sirva de apoio e permita estabelecer o objetivo a seguir em seus trabalhos.

O prefácio da monografia de Malinowski foi escrito por James Frazer, enfatizando as forças econômicas são importantes para o desenvolvimento humano, destacando que as relações econômicas e de trabalho serão abordadas como fio mediador da pesquisa de Malinowski. Desmistificando a falsa ideia do homem econômico primitivo, ele destaca que o nativo: “trabalha movido por razões de natureza social e tradicional altamente complexas, seus objetivos certamente não se referem ao simples atendimento de necessidades imediatas nem a propósitos utilitaristas” (1984, p. 56).

Em outro livro de Malinowski (2003), intitulado *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*, o antropólogo separa dois capítulos para retratar as relações econômicas dos povos pesquisados. Por meio da fabricação e utilização da canoa ele verifica que os nativos têm sistemas específicos e complexos de pesca e contam com uma boa organização em suas equipes de trabalho e divisões estabelecidas de funções sociais. “É a soma dos deveres, privilégios e reciprocidade que liga os sócios-proprietários entre si e ao objeto.” (2003, p. 23). Compreender o comportamento e mentalidade do homem e seus propósitos e significados, descobrindo o que é para ele a essência de sua felicidade é a maior recompensa para o estudo do homem de acordo com Malinowski.

Desde então, diferentes caminhos foram tomados em pesquisas antropológicas para pensar economia, relações de trabalho, educação e suas diversas circunstâncias. A construção social de uma cultura, por exemplo, constitui um processo social em fluxo, que permite análises e problematizações a partir de uma sociedade em movimento. Devido aos meandros da vida social, eventualmente pode nos parecer que o empreendedorismo, dentro da escola, se

apresente como algo já dado e pronto, porém a antropologia nos permite interpretá-lo não só a partir dos agentes sociais que compõe este determinado campo e que participam de uma socialização fazendo uso de lógicas do mundo econômico, em um cenário de conflitos e contradições, mas sobretudo por meio da observação do cotidiano que se reflete naquele ambiente em normas, documentos, projetos e práticas escolares. Assim, o que o olhar antropológico nos permite é contar com a observação de comportamentos concretos de indivíduos em situações específicas e indagações de sentidos dessas mesmas relações para buscar fragmentos de compreensão de como a sociedade se transforma.

1.1.1 Em busca de sentidos: empreendedorismo social e educação profissional

Esta trajetória se inicia na interseção entre os campos educacional e do trabalho, lugar onde essa pesquisa se insere, mais especificamente da educação profissionalizante que nas últimas décadas repaginou sua nomenclatura para ensino técnico e tecnológico, ainda que tenha mantido sua essência de formar para o mundo do trabalho. A formação integral humana, diante do capitalismo, e mais especificamente do neoliberalismo, ganhou novos contornos. O trabalho visto como princípio educativo é justamente a não separação das formas humana, técnica, política e científica, ou seja, uma educação integral do ser, que vise não somente a execução do trabalho, mas o pensamento crítico e o conhecimento, que nos últimos tempos vêm sendo pensado recorrendo a dualidade entre técnica e ciência.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei Nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996) estabelece em seu primeiro artigo que a educação deve abranger todos os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, e que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Ao ler esse primeiro artigo é possível perceber as concepções normativas que entrelaçam educação e trabalho. Este vínculo fica mais claro quando falamos da educação profissional, mais especificamente dos institutos federais, que tem como uma de suas principais finalidades ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional².

²Artigo 6 da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Outro exemplo da inter-relação entre educação e trabalho a ser considerado é a Reforma Educacional do Ensino Médio (Lei Nº 13.415, 16 de fevereiro de 2017) que alterou a LDB de 1996. Ainda que aumente em 200 horas a quantidade de tempo que o estudante cursa o ensino médio, o objetivo principal é adequar o ensino às necessidades do mundo do trabalho.

A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2017, não paginado).

Os chamados IF's são instituições públicas de ensino básico técnico e tecnológico, e foram criadas pela lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de uma reestruturação feita pelo Ministério da Educação, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Entre seus objetivos estão estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, formando profissionais humanistas e inovadores³.

No Mato Grosso do Sul, a implantação dos institutos federais começou em 2007 com as escolas técnicas e agrotécnicas nos municípios de Campo Grande e Nova Andradina sendo este o primeiro a entrar em funcionamento em 2010. Atualmente presente em 10 municípios do estado, o IFMS oferece cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação, educação a distância e qualificação profissional. Na cidade de Campo Grande, campo onde se realizou esta pesquisa, o espaço físico funcionou em diferentes locais provisórios até se fixar em 2017 em sua atual sede definitiva.

O PEMIN, programa de imersão empreendedora do IFMS utilizado como objeto de pesquisa, é pautado por três pilares, sendo um deles o desenvolvimento de habilidades empreendedoras nos seus participantes. Este programa, que visa fomentar uma cultura empreendedora e criativa na instituição, orienta que as ideias de negócio propostas pelos alunos sejam, não somente inovadoras, mas carregam consigo a responsabilidade de serem empreendimentos sociais: “que visem não apenas a rentabilidade dos sócios, mas também à transformação social do local onde o mesmo está instalado.” (EDITAL PROPI, 2022, p. 2).

Empreendedorismo, enquanto termo polissêmico, a depender do campo em que é utilizado, pode ter explicações diferentes. E pode ainda, dentro de um mesmo campo, possuir diferentes sentidos para os agentes sociais que o frequentam. Em um recente trabalho intitulado *Empreendedorismo – Um conceito impreciso*, publicado em 2020, a professora Patrícia

³ Missão da instituição disponibilizado em: <https://www.ifms.edu.br/acesso-a-informacao/institucional>.

Tometich, da Universidade Federal Fluminense, abordou a questão sobre a necessidade de se discutir as diferentes definições do termo empreendedorismo, especialmente quando se busca construir conhecimento em pesquisas acadêmicas. A pesquisadora mostra que mesmo dentro do campo da Administração, há a busca pela legitimidade no ensino e pesquisa sobre empreendedorismo.

Tometich, mostra que historicamente, houve a construção da ideia de empreendedor que foi elaborada por diferentes autores como Foucault, Schumpeter e Mises, inclusive mostrando a própria disputa do conceito de empreendedorismo, não só no campo da economia e da administração. Para a autora, é o sociólogo Richard Swedberg (2000, tradução nossa) quem se atenta para as análises do empreendedorismo em outras ciências como a sociologia e a antropologia. Em suas pesquisas o sociólogo encontrou a melhor ideia de empreendedorismo, segundo ele, que será desenvolvida por Max Weber:

Swedberg (2000) entende que, para Weber, o empreendedor somente é encontrado na economia das trocas e que a sua compreensão não pode ser focada na ação individual, localizando a definição de empreendedorismo de Weber em um texto originalmente publicado em 1898: “Empreendedorismo significa assumir e organizar parte da economia, em que as necessidades das pessoas são satisfeitas através da troca, para obter lucro e para o próprio risco econômico” (SWEDBERG, 2000, *apud* TOMETICH, 2020, p. 26).

Já o fenômeno do empreendedorismo social, aparece enquanto um tipo de empreendedorismo, objetivando mudar realidades sociais, emergindo em um contexto de crise do capitalismo, acentuado na década de 90, quando nem o Estado e nem mercado encontram mais meios de solucionar os entraves das questões sociais, buscando formas de inclusão de pessoas pobres e excluídas da sociedade. Esta é uma característica muito singular do Brasil, já que em países europeus a abordagem do empreendedorismo social acontece a partir de uma perspectiva associativa e de ação coletiva (IIZUKA *et al*, 2014). Ao pesquisar sobre empreendedorismo social no Brasil no trabalho: *Empreendedorismo social e negócios sociais: revisão crítica e agenda de pesquisa* (2014), os autores questionam se este tipo de empreendedorismo seria realmente capaz de contribuir com a melhoria social, econômica ou até ambiental em países com características muito específicas.

Neste mesmo período, ocorreu a disseminação da educação empreendedora no Brasil, com o primeiro curso de empreendedorismo na Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Em um trabalho de revisão de literatura sobre métodos e práticas da educação empreendedora, intitulado: *O “bê-á-bá” do ensino em empreendedorismo: uma revisão da literatura sobre os métodos e práticas da educação empreendedora*, os autores Da Silva e

Patrus (2017) identificaram que esse tipo de educação apresenta um papel fundamental na construção da cultura empreendedora e que muitas vezes seu sucesso está atrelado a habilidades específicas do professor identificando quatro formas de abordagem desse tipo de educação que são: econômica, comportamental, sociológica e sistêmica.

Em *A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira*, a socióloga Antonia Colbari (2007) afirma que o discurso empreendedor apresenta “imprecisões semânticas e enquadramento teórico inconsistente dos conteúdos simbólicos” (2007, p. 100), ainda que ele faça parte, na contemporaneidade, de uma construção social da realidade com características específicas dentro da escola. Portanto, é importante esclarecer de antemão que esta pesquisa não tem a pretensão de definir o que seja empreendedorismo e seus tipos e nem explicar o que deva ser uma educação empreendedora, especialmente porque o termo encontra-se em constante processo de disputa e legitimação.

Para o antropólogo Federico Neiburg, em *Os Sentidos Sociais da Economia* (2010), antes de buscar definições teóricas das relações econômicas das sociedades, a antropologia da economia tem o propósito de compreender os sentidos semânticos que se desenham em torno dela. Essas pesquisas são em sua essência etnográficas porque “sua principal fonte de dados é a observação das situações de interação, sobretudo no campo, mas também por meio de exames de documentos e fontes escritas” (2010, p. 03). Para tanto, sua compreensão se dará dentro de um campo específico, neste caso da educação, como parte do processo social de construção de uma cultura.

Justifica-se o estudo deste fenômeno, especialmente o olhar para a educação como “economicamente relevante” a partir da explicação de Weber (2003), pois dele “resultam determinados efeitos que nos interessam sob uma perspectiva econômica.” Como esclarece o autor, são fenômenos que a princípio poderiam não nos interessar no sentido econômico, mas que ganham significado a partir do olhar do pesquisador, já que “um fenômeno só conserva a sua qualidade de “econômico” na estrita medida em que o nosso interesse está exclusivamente centrado no seu significado para a luta material pela existência” (2003, p. 80).

Deste modo, o empreendedorismo social será compreendido dentro de um cenário que apresenta relações de interdependência e onde seus sentidos são constituídos mutuamente e, ora tendem a representar a visão do campo econômico, ora visa responder às demandas do mundo educacional, sendo que em vários momentos aparecerá diante de contradições e conflitos de sentido e significado.

1.1.2 A educação e o novo espírito do capitalismo

Controle, previsibilidade, racionalização e desencantamento são fenômenos ou processos sociais identificados pelo sociólogo Max Weber. Através da ideia de desencantamento do mundo foi possível perceber o desenvolvimento de uma sociedade racional no trabalho com uma cultura baseada na ciência. Esse processo é chamado de burocratização, em que o excesso de leis, normas e regras impostas se transformam na verdade em uma gaiola de ferro. Assim ele chega à noção de *espírito do capitalismo*: para o autor não se trata apenas de um sistema econômico, mas de algo que influencia o ser e o sentir do indivíduo.

Este conceito é utilizado para que se possa entender de que forma o capitalismo influencia as relações sociais, já que como observado pelo autor, objetivo não era mais ter o mínimo de sustento para si e sua família, mas acumular e gerar lucros máximos. Embora tenha encontrado uma ligação importante entre religião e o capitalismo em seu alvorecer, o que de mais significativo do conceito weberiano contribuirá nesta pesquisa será o motivo pelo qual as pessoas se engajam neste sistema, a razão moral pelas quais fazem o que fazem.

O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. Essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio-guia do capitalismo, da mesma forma que soa estranha para todas as pessoas que não estão sob a influência capitalista (WEBER, 2007, p. 50).

Mas afinal, este espírito do capitalismo apresentado por Weber ainda permanece? Os sentidos que engajam os indivíduos séculos atrás são os mesmos de hoje? Qual o lugar da escola neste contexto? O autor deu uma significativa importância aos aspectos econômicos nas relações sociais quando encontrou uma ligação entre o modo de vida dos protestantes e a mentalidade dos capitalistas. Ainda que seu objeto de pesquisa tenha sido a ligação entre economia e religião, Weber abordou em diferentes momentos o papel da educação neste quadro, ao pensar a racionalização da vida, onde as concepções mágicas e míticas que até então davam significado à vida humana são abandonadas para dar lugar a uma burocratização.

O desencantamento do mundo é apresentado pela racionalização das condutas nas diferentes esferas da ação e a educação como um dos veículos da racionalização da vida. O que Weber identificou no século passado, é que a educação, como apresentada, não forma o indivíduo, no sentido integral de formação, como algo humano, com valores da vida cultural e reflexiva, capacitando o ser humano apenas desempenhar tarefas sem ter o objetivo de desenvolver o talento do ser humano. “Educar no sentido da racionalização também passou a

ser fundamental para a empresa capitalista, pois ela se pauta pela lógica do lucro, do cálculo de custos e benefícios, e precisa de profissionais treinados para isso” (RODRIGUES, 2011).

Os conceitos construídos por Weber contribuirão para o entendimento daquilo que se tornou *O novo espírito do capitalismo*, apresentado por Luc Boltanski e Ève Chiapello (2020). Os autores perceberam que não somente as dimensões individuais do capitalismo se apresentavam agora, ou seja, aquilo que os trabalhos de Weber mostraram, as razões individuais morais que levam as pessoas a engajarem esse sistema, mas também suas justificações gerais e coletivas, encontrando formas variadas de razões a adesão ao capitalismo, que poderiam ser observadas devido a sua reestruturação.

Para isso eles utilizam o termo justificação como forma de abranger tanto individuais e gerais: “individuais (aquilo em que uma pessoa encontra motivos para empenhar-se na empresa capitalista) e as justificações gerais (o empenho na empresa capitalista serve ao bem comum)” (2020, p. 41). O objetivo principal foi pensar outras possibilidades de apresentação do espírito do capitalismo, que em grande medida estavam relacionados aos modos trabalho bem como de suas relações. Embora esse sistema estivesse em plena expansão na década de 1990, eles perceberam uma transformação, ainda que a situação não significasse melhora na condição de vida social e econômica das pessoas.

Deste modo, os novos atributos e qualidades esperados dos trabalhadores estão relacionados ao ser: como autonomia, espontaneidade, flexibilidade, criatividade, intuição visionária entre outros exemplos citados pelos autores. Para eles, a cada crítica que o capitalismo recebe, o coopta e se transforma, identificando um lapso, depois da década de 1990, em relação à crítica a esse sistema, apresentado por uma inquietação nas pessoas, que não conseguem identificar de onde vem essa inquietação e nem o que deve ser feito para acabar com ela. É a partir do conceito de anomia durkheimiano que os autores encontram o caminho para pensar a expansão de um mundo em rede e conexão. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2020)

Retomo ao programa de empreendedorismo e inovação do IFMS. Este ir e vir irá ocorrer durante todo esse processo de construção do conhecimento pois, como já alertado anteriormente, esta pesquisa se insere entre dois campos: utilizo as transformações do mundo do trabalho para pensar também sobre novos ou outros sentidos da educação profissional. Ainda sobre às atividades do edital de pré-incubação do IFMS, um dos pilares em que o PEMIN é pautado, são três no total, é proporcionar uma formação empreendedora com o objetivo de desenvolver habilidades empreendedoras nos participantes. Ressalto essa parte porque ela será de grande valia para pensar as questões apresentadas nesta pesquisa. Sobre um momento em que muito mais do que ensinar habilidades técnicas, propostas pela educação profissional com

o intuito de formar o novo trabalhador, ou ainda, educar de forma crítica seres capazes de refletir sobre seu tempo e espaço histórico, sobre causas e consequências, ao que parece a educação se propõem a ensinar também a ser. Um jeito de ser associado a uma forma de viver culturalmente. Será essa uma nova forma de engajamento ao novo espírito do capitalismo?

Ainda referente ao mesmo edital, trago para reflexão a questão sobre as ideias de negócios que devem ser propostas pela comunidade acadêmica: tanto tecnológico quanto social, o objetivo não deve ser apenas o lucro dos empreendedores, mas também a transformação social do local onde ele está instalado. O que se apresenta mediante esta forma de empreendedorismo, caracterizada como um empreendedorismo social, é a busca por resolver as problemáticas causadas pelo próprio processo capitalista e atualmente a ausência do Estado.

Seria está uma forma de assimilar uma resposta tanto à crítica estética quanto a crítica social, ao buscar no empreendedor social autonomia, criatividade, autenticidade e liberdade, ainda que questionável, como forma de diminuir a pobreza e as desigualdades? Como afirmado por Boltanski e Chiapello, a formação de um novo espírito do capitalismo é constituída a partir das críticas que esse sistema recebe. A “crítica estética” refere-se a uma resposta da gestão empresarial em relação às demandas de autenticidade e liberdade. Já a “crítica social”, não estaria sendo atendida, “deixando de lado as questões de egoísmo e das desigualdades tradicionalmente associadas na “crítica social” (2020, p. 129).

Temos que considerar ainda as particularidades para pensar essa forma de trabalhador, o empreendedor, que não é mais um trabalhador assalariado, que não tem vínculos com empresas. Ele é, em única referência muitas vezes, a própria empresa, o dono, o chefe, a equipe, o funcionário. Ele carrega dentro do ser empreendedor praticamente todas as funções que a divisão social do trabalho se propôs a construir historicamente. Para além disso, ainda tem a responsabilidade de melhorar a sociedade, transformando a realidade social de um determinado local. Esta será uma forma de pensar os dispositivos que levam ao engajamento no sistema capitalista atualmente.

Em suas pesquisas sobre as consequências pessoais do trabalho, realizada na década de 90 e apresentadas no livro: *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, o sociólogo Richard Sennett (2021) comparou o mundo do trabalho do século passado, disposto com hierarquia, rigidez, longo prazo, com as novas reorganizações baseadas na flexibilidade, trabalho em equipe, redes e curto prazo. Sennett mostra como essas questões afetam a construção do caráter nesse novo sistema. Ao etnografar a vida de Rico e Jeannette, o autor reconheceu novos valores que norteiam suas relações: curto prazo, flexibilidade, tempo, vínculos fracos: “A escola preparou o jovem casal para frequentar mudanças e trocas de

empregos, e eles fizeram isso. Depois da formatura, em quatorze anos de trabalho, Rico se mudou quatro vezes (2021, p. 17).

É uma nova forma de engajamento, de envolvimento nesse repaginado sistema. Para o autor, o que acontece é “uma mudança na moderna estrutura institucional que acompanha o trabalho a curto prazo, por contrato ou episódico. As empresas buscavam eliminar camadas de burocracia, tornar-se organizações mais planas e flexíveis.” (2021, p. 23). Tanto o sociólogo Richard Sennett quanto os autores Luc Boltanski e Ève Chiapello, realizaram suas pesquisas em um mesmo período histórico, e perceberam o papel da Educação na implementação e difusão de um novo espírito do capitalismo:

Essas justificações devem basear-se em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número bastante grande de pessoas, de tal modo que seja possível conter ou superar o desespero ou o niilismo que a ordem capitalista também não para de inspirar, não só aos que são por ela oprimido, mas também, às vezes, aos que tem a incumbência de mantê-la e de transmitir seus valores por meio da educação (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 42).

Apresentada as questões que irão nortear de modo geral essa pesquisa, irei dividi-la em cinco partes. Na introdução busquei apresentar o tema geral, relacionado à educação profissional e ao empreendedorismo social, além de abordar alguns conceitos utilizados que contribuirão para compreender o fenômeno da cultura empreendedora dentro da escola contextualizando o momento desta pesquisa. No segundo capítulo apresento as questões sobre as transformações do mundo do trabalho e a sua relação com a educação profissional, até o momento em que o termo empreendedorismo, especialmente o empreendedorismo social, adentra a escola, nos chamando a atenção às possibilidades de novas formas de engajamento estimuladas pelo neoliberalismo. O objetivo é apresentar o arcabouço teórico por trás da questão principal desta pesquisa.

A pesquisa etnográfica permeia todo este trabalho, já que “toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 383), porém sua ênfase será dada a partir do terceiro capítulo onde busco compreender os sentidos que compõe a construção social da cultura empreendedora dentro da escola analisando documentos como leis, programas, projetos, editais bem como projetos pedagógicos de curso vinculados ao IFMS. Acompanho em campo as atividades referentes ao edital fluxo contínuo PROPI nº 023/2022, vinculado ao PEMIN.

O quarto capítulo apresentará a discussão e resultados dos dados obtidos com esta pesquisa a partir do referencial teórico utilizado na construção deste trabalho e da ferramenta tipo ideal sendo o método utilizado como lente para refletir sobre a questão. Busco compreender

a construção social da cultura empreendedora no contexto da educação profissional, refletindo sobre o sentido empreendedor, sobre novas formas de trabalho e, especialmente, busco identificar em que medida essa cultura compreende novas formas de engajamento estimuladas pelo neoliberalismo.

Por meio de uma tradição de estudos weberianos da vida econômica, materializado pela teoria da ação social, em conjunto com uma escola antropológica das contradições, que busca refletir sobre como as sociedades se transformam, me guiarei sobre as relações entre educação e cultura empreendedora. Finalizo com o quinto capítulo apresentando as considerações finais.

1.2 SOBRE ESTA PESQUISA

Como servidora pública desde 2016, atuo como técnica-administrativa no IFMS, sendo minha função na instituição a de auxiliar administrativo. Me formei em Serviço Social em 2020, e as questões sobre relações de trabalho e suas interseções com a educação sempre me chamaram atenção. O clichê de que somente a educação pode mudar o mundo se apresentou como questão para mim e me vi perguntando algumas vezes se realmente é por intermédio da educação que se muda o mundo ou se realmente é esse o papel da educação. Ainda, se a educação realmente contribui de alguma forma para mudar o mundo, que mudança é esta que ela está contribuindo. Qual o caminho que ela está seguindo?

Penso que essas questões ficaram mais latentes especialmente por conta do momento que estávamos vivendo e ainda estamos: uma pandemia mundial da Covid-19. Os primeiros casos de coronavírus no Brasil começaram a aparecer, me lembro de ir à farmácia comprar remédio para um de meus filhos e ver uma senhora carregando uma caixa de álcool gel e máscaras de proteção facial. Percebi um certo alvoroço dentro da farmácia por tais itens, mas com filho doente eu estava bem focada em sair dali logo para atender as crianças.

Logo após, no dia 18/03/2020, como medida de proteção contra a disseminação do vírus, as aulas presenciais nas escolas públicas no Brasil foram interrompidas permanecendo por mais de um ano desta forma. O trabalho dentro da escola começou a mudar porque as aulas precisam continuar. Grupos em aplicativos de conversas foram criados como forma de melhorar a comunicação. E-mails passaram a ser a principal forma de comunicação entre alguns setores da escola e seus alunos. A ansiedade de que a suspensão das atividades de forma presencial iria durar pouco tempo era grande: no máximo um mês dizia uns, um pouco mais de dois diziam outros. Chegamos ao final do ano de 2020 com as escolas fechadas e sem vislumbrar uma saída efetiva da situação de pandemia no Brasil.

Como mulher, trabalhadora, pesquisadora e mãe de duas crianças de 8 e 4 anos, confesso que um misto de sentimentos passava por mim. De um lado a possibilidade de estar em casa com meus filhos, os vendo crescer, cuidando de suas necessidades sem precisar terceirizar esses cuidados, tendo a sensação de que em alguma medida o controle do tempo estava sob meu domínio. Por outro lado, me sentindo sobrecarregada de ter que aprender a trabalhar dentro de casa, sem separar nenhuma destas funções que socialmente foram construídas: Não leve trabalho para casa, já ouvi algumas vezes. Quando chegar no seu local de trabalho deixe todos os seus problemas do lado de fora, outras vezes. Mas como separar fisicamente tudo isso, se agora tudo acontecia dentro do mesmo espaço? As reuniões de trabalho aconteciam de forma virtual comigo no mesmo ambiente que meus filhos se encontravam brincando, falando alto, assistindo desenhos. O trabalho na escola não parou, continuamos nos adaptando e atendendo os alunos, agora muito mais do que 8 horas por dia.

Em um acordo de cooperação técnica entre o IFMS e a UFMS, foram disponibilizadas vagas para servidores públicos ingressarem na pós-graduação. Tomei conhecimento do edital UFMS/PROPP-PROGEP nº4, de 25 de janeiro de 2021, pelo e-mail institucional. Pensei que essa seria uma das únicas oportunidades de tentar uma pós-graduação, pois com as aulas acontecendo de forma remota eu poderia participar em casa, cuidando dos meus filhos que estavam sem aulas presenciais e trabalhando em casa também. E foi assim que participei das aulas do mestrado, com duas crianças em casa, tentando contribuir com as discussões, mesmo sabendo que quando pedia a palavra para compartilhar minhas reflexões, o som das crianças fazia parte do momento. Quantas vezes, a minha filha menor, pedia para aparecer junto na câmera, para ver as pessoas. No início sentia receio, mas aos poucos, com a receptividade e tranquilidade dos docentes, fui aceitando os percalços e surpresas daquele momento.

Acredito que não escolhi a Antropologia Social, mas sim ela me escolheu. Digo isso porque, embora tenha tido a disciplina de Antropologia Social na graduação durante o segundo semestre, não foi ali que meu interesse se apresentou. Posso dizer que meu arrebatamento pela antropologia foi surgindo durante as aulas, as leituras, discussões e reflexões. Me informei sobre as linhas de pesquisas disponíveis e entendi que minha vontade era pesquisar dentro da linha 1 – Identidade, Cultura e Poder. Hoje, sinto que não poderia me tornar outra coisa senão antropóloga.

É interessante pensar agora no processo de lapidação e amadurecimento do projeto de pesquisa. Naquilo que apresentei na seleção, o que efetivamente se transformou quando escrevo esta dissertação. Quanto à participação em eventos científicos, discussões em aulas e especialmente no nosso querido e fundamental grupo de estudos GEAT – Grupo de Estudos em

Antropologia do Trabalho, foi possível construir esse trabalho. As trocas generosas com os colegas, dos insights, da descoberta de novos autores, tudo se apresentou como ferramenta para a construção desta pesquisa. A ideia inicial, a relação entre economia e educação, sempre esteve no centro da minha vontade de pesquisar.

O desafio foi descobrir novas possibilidades de se etnografar em tempos de incertezas, de pandemia e contatos virtuais. A construção do conhecimento acontecia agora em novos ambientes e essas relações de certa maneira também eram novas. A escola estava vazia, sem barulho, sem alunos. Com o passar dos meses, a vacina contra a Covid-19 foi sendo disponibilizada, as aulas foram gradativamente voltando para a forma presencial. Assim essa pesquisa acontece ora presencialmente, ora virtualmente.

Em algum momento me questionei sobre como o tema empreendedorismo poderia estar sendo pesquisado, tanto dentro do IFMS, já que a instituição oferece um mestrado profissional por intermédio do PROFEPT – Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, como me questionei também se esse mesmo tema já era pesquisado dentro do PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Essas inquietações me pareceram oportunas, penso que é importante compreender de que forma esta temática está sendo abordada, tanto na instituição de ensino que será pesquisada, como na instituição de ensino que represento como pesquisadora.

Em uma busca na página do site do PROFEPT⁴ encontrei uma aba específica com o nome Produtos Educacionais e Dissertações. Nela estão publicadas as informações sobre 8 dissertações concluídas no ano de 2020, em 2021 são 20 dissertações e seus respectivos produtos educacionais e em 2022, apenas uma dissertação perfazendo um total de 29 dissertações publicadas na página oficial do programa.

Deste total, apenas um trabalho aborda o assunto empreendedorismo como temática principal. Na dissertação intitulada - Imersão ao contexto do empreendedorismo subsidiado por um jogo de negócios mediado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o autor Bruno Delmondes Xavier estruturou um curso de educação para o empreendedorismo para aplicação no contraturno escolar, a fim de complementar as formações já existente no IFMS, sendo o objetivo principal “investigar indícios de aprendizagem e conexões histórico-culturais dos cinco estudantes concluintes do curso” (XAVIER, 2021, p. 18).

⁴ Acesso em: <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-campo-grande/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-educacao-profissional-e-tecnologica/produtos-educacionais-e-dissertacoes-1>.

Já no site do PPGAS⁵ constam 24 dissertações publicadas, sendo que nenhuma delas aborda de forma principal a temática do empreendedorismo. Na antropologia brasileira, de forma mais abrangente, a temática do empreendedorismo pode ser encontrada em diferentes perspectivas: um exemplo é o trabalho da antropóloga Diana Nogueira Lima cujo interesse foi pesquisar “sujeitos sociais que entusiasmada e irrestritamente consideram “sucesso” a resposta financeira obtida daquilo que representam como seu esforço, seu empenho, sua dedicação e seu talento para o mercado” (LIMA, 2007, p. 64). Há ainda os temas sobre ir à luta em seu próprio negócio (MULLER, 2009), e os que buscam as interconexões entre etnicidade e empreendedorismo como cultura negra e empreendedorismo (SILVA, 2018). Sendo assim, acredito que este trabalho pode interpor possíveis barreiras disciplinares, já que pode permear entre o campo da educação, usando conhecimentos antropológicos, para compreender os sentidos sociais do empreendedorismo refletindo sobre diferentes processos sociais.

Senti a necessidade de esclarecer, mais uma vez aqui nesta pesquisa, que meu objetivo principal é o de compreender um fenômeno e não realizar julgamentos do tipo certo ou errado. Esse esclarecimento me pareceu importante, pois sou uma antropóloga pesquisando um “Outro” que faz parte do meu universo laboral, estranhando o que na prática me é cotidiano e familiar. São pessoas que convivo com frequência que lerão este trabalho e que poderão fazer todo e qualquer julgamento. As reflexões da antropóloga Lila Abu-Lughod (2018), compartilhadas em *A escrita contra a cultura*, me ajudam a compreender essa construção equivocada em que estava penetrando na medida em que “o processo de criação de um eu por meio da oposição a um outro sempre acarreta uma violência repressora e ignorante sobre outras formas de diferenças” (2018, p. 196).

No trabalho a autora propõe reconsiderar o valor do conceito de cultura quando explora o deslocamento das fronteiras entre si o outro, alertando sobre a importância da consciência da posicionalidade do antropólogo e sobre a audiência de nossos trabalhos, época em que os sujeitos estudados passam a ler nossos textos. Assim penso que ao me posicionar nas circunstâncias desta pesquisa, colaboro para o entendimento de que busco construir um conhecimento honesto e realista, ciente dos percalços que pesquisar meu próprio local de trabalho poderá apresentar.

⁵ Acesso em: <https://ppgas.ufms.br/dissertacoes/>.

2 “OS INSTITUTOS FEDERAIS SERÃO A GRANDE VEDETE DO FUTURO”: O PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO IFMS COMO OBJETO DE ESTUDO ANTROPOLÓGICO

No decorrer deste capítulo apresento os argumentos, a partir do referencial teórico utilizado, incluindo conceitos e termos, que ajudarão a compreender a construção social da cultura empreendedora dentro do IFMS. Os autores aqui utilizados, contribuirão para, inicialmente refletir sobre as transformações do mundo do trabalho e suas conexões com a educação profissional no Brasil, mostrando o caminho percorrido para a elaboração das principais questões que guiam este trabalho.

Na primeira seção deste capítulo, a problemática abordada refletirá sobre a educação e sua relação com os elementos que contribuem para produzir as disposições atuais do mundo econômico, utilizando sistemas de análises propostos por Max Weber em o “espírito do capitalismo” e por Boltanski e Chiapello em o “novo espírito do capitalismo”. Andando de mão dadas com a pesquisa etnográfica, esta parte inicial da pesquisa é relevante na medida em que dá suporte para a compreensão dos dados que o campo apresenta a partir de contextos e lógicas sociais.

Na segunda seção, apresento os Institutos Federais e sua relação com o mundo do trabalho. O lugar dessas instituições como espaço de confluência entre a educação e a economia, por modo da naturalização do neoliberalismo, de forma a refletir sobre novos ou outros sentidos para a educação profissional. Deste modo contextualizo os sentidos que são atribuídos à educação profissional historicamente, especialmente após a criação dos institutos federais aos atuais sentidos que se apresentam dentro da instituição.

Esse caminho será percorrido fazendo uso de uma entrevista concedida pelo ex-ministro da Educação do Brasil, Milton Ribeiro. O objetivo é pensar a trajetória da educação profissional, desde seu início formando mão de obra para o mercado de trabalho, até atualmente, de uma formação integrada de maneira a pensar o trabalho como princípio educativo. Mas será que estes objetivos de fato se materializam dentro da escola?

Finalizo este capítulo apresentando na terceira seção o programa de empreendedorismo e inovação do IFMS – PEMIN como forma de construir a questão central desta pesquisa: como está acontecendo a construção social da cultura empreendedora dentro do IFMS – *campus Campo Grande*, através de um novo ideal regulador de condutas econômicas que vêm sendo apresentados para os agentes - os alunos e alunas - que frequentam o ambiente escolar.

2.1 A EDUCAÇÃO FRENTE À GÊNESE SOCIAL DAS DISPOSIÇÕES ECONÔMICAS

A frase utilizada no título deste trabalho, sobre os institutos federais serem a grande vedete do futuro, foi dita pelo ex-ministro da educação Milton Ribeiro, de forma afirmativa, durante entrevista concedida à TV Brasil em 9 de agosto de 2021. Na mesma entrevista, Ribeiro disse que a "universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade". A entrevista, que durou cerca de uma hora, traz outras falas sobre cotas, posicionamento político de reitores e professores, além de questões sobre a pandemia. Em março de 2022, Ribeiro foi exonerado do cargo de ministro da educação na condição de alguém envolto a denúncias de corrupção no Ministério da Educação e investigado pela polícia federal sobre suspeita de favorecimento a pastores evangélicos. Ele foi o terceiro ministro da educação do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro entre os anos de 2019 e 2022.

A fala do ex-ministro da educação sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, especialmente em detrimento da universidade, nos apresenta como caminhos para reflexão sobre o sentido destas instituições públicas de ensino técnico e tecnológico hoje no Brasil, especialmente para situá-las dentro das transformações do mundo do trabalho, e especialmente sobre essa visão utilitarista da educação. De certa maneira, a mensagem que o ex-ministro está passando na entrevista, e isto ficará mais claro no decorrer deste capítulo, é de que os institutos federais quando objetivam a formação para o mercado de trabalho tem o sentido devido de ter uma utilidade para a sociedade. Em contrapartida, ir para a universidade, que seria o mesmo que se dedicar a ciência, a pesquisa e a reflexão, não teriam utilidade social ou deveria ser para poucos, segundo Ribeiro.

Porém, antes de adentrar especificamente na entrevista, proponho refletir sobre novos ideários reguladores apresentados pelo mundo do trabalho. Eles ajudarão a compreender as possíveis relações entre a educação profissional e as disposições econômicas. Se anteriormente segurança, direitos, previsibilidade, carreira, estabilidade e longo prazo eram noções centrais do discurso econômico-pedagógico, atualmente a ênfase passa a ser na educação dos agentes com base num ideário em torno da "flexibilidade" e no consequente desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais afins com a ideia de que devemos ser capazes de relativizar - constantemente - normas, valores e compromissos.

Durante o percurso etnográfico aqui compartilhado, em uma conversa com um dos professores do IFMS, me lembro dele contar sobre um aluno que disse querer ser empreendedor, que seu objetivo principal, após terminar o ensino médio, era ganhar dinheiro ao invés de ir para a faculdade. Enquanto o professor falava, naquele nosso encontro para conversarmos sobre

minha pesquisa etnográfica e sobre meus objetivos, fiquei refletindo sobre a fala do aluno e alguns questionamentos me passaram pela cabeça. Eu não estava escrevendo nada, fiquei com receio de levar algo para anotar naquele momento inicial. Pensei que poderia apenas falar e ouvir, trocar informações despretensiosamente como forma de simplesmente mostrar quais eram minhas intenções para esta pesquisa. Enquanto ele falava, as perguntas iam surgindo na minha cabeça e eu me esforçava para continuar prestando atenção no que ele dizia e ao mesmo tempo me esforçava para não esquecer de absolutamente nada daquelas questões que estavam se apresentando para mim.

Assim que terminamos e eu fiquei sozinha, peguei meu caderno de campo e coloquei no papel as seguintes reflexões: o sentimento do aluno, a vontade de empreender como contrapartida à possibilidade de investir nos estudos, será este o discurso que atualmente tem sido normatizado dentro da escola? Como o lugar, as problemáticas e questões da educação profissionalizante se relacionam com as transformações do mundo do trabalho? Em que medida a escola pode ser um campo de motivação para a orientação das ações dos sujeitos que ali frequentam?

Neste contexto, a formação para o mundo do trabalho, por meio da educação profissional no Brasil, acontece em um ambiente de contradições, conflitos e transformação dentro do capitalismo. O empreendedorismo, por exemplo, está cada vez mais adentrando a escola, não só nas próprias relações de trabalho que ali se estabelecem, como também é possível encontrá-lo em documentos que normatizam a educação, exemplo dos projetos pedagógicos de curso e de políticas e programas educacionais.

Bourdieu (1973) percebeu em seus estudos, que a relação entre campo econômico e campo escolar está no início da defasagem entre *habitus* e estrutura. Para ele, essa defasagem está nas leis que imperam sobre os sistemas educacionais e sobre a economia. A escola é um espaço de reprodução das desigualdades sociais já que a ideia de sucesso apresentada para o aluno como conquista possível fazendo uso somente do seu esforço individual, muitas vezes não leva em consideração que há influência dos saberes e disposições incorporados ao longo de sua trajetória. A escola estaria posicionada em um campo de contradições porque contribui para a inculcação de uma visão meritocrática, especialmente em relação a distribuição dos títulos escolares, dos cargos e funções.

Em *O Desencantamento do Mundo* (1973), Bourdieu analisou a posição estratégica da educação na perpetuação de uma racionalização econômica. Especificamente como algo que parecesse natural, sendo que a economia molda desde a infância o *habitus* econômico. E quanto mais essa organização, enquanto sistema econômico, cresce, evolui e se impõe acaba por exigir

“dos indivíduos um certo tipo de práticas e disposições econômicas: adquiridos e assimilados insensivelmente através da educação implícita e explícita” (1973, p. 15). Essa educação, segundo o autor, partiria da família e da escola. Ao considerar essas disposições:

A adaptação a uma ordem econômica e social, qualquer que ela seja, supõe um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas solidárias e um ethos que permite agir com razoáveis probabilidade de sucesso. É assim que a adaptação a uma organização econômica e social tendendo a assegurar a previsibilidade e a calculabilidade exige uma disposição determinada em relação ao tempo e mais, precisamente, em relação ao futuro, sendo que a "racionalização" da conduta econômica supõe que toda existência e organiza em relação a um ponto de fuga ausente e imaginário (BOURDIEU, 1973, p. 15).

Para o autor, as transformações culturais e de valores de uma sociedade são ao mesmo tempo consequência e condição para as transformações econômicas. Bourdieu utiliza os estudos do sociólogo e economista alemão Werner Sombart para mostrar como “na fase do capitalismo nascente, é o empresário que faz o capitalismo, ao passo que na fase mais avançada, é o capitalismo que faz o empresário.” E continua argumentando que aquilo que o sistema capitalista exige como técnicas materiais ou de uma "filosofia vivida", “foi elaborado lentamente no decorrer da história e que é transmitida tanto pela primeira educação fundamental a cargo do grupo familiar como pela educação formal” (1973, p. 15).

Ainda citando Sombart, Bourdieu mostra que a necessidade de racionalizar a economia, fez surgir diferentes ocupações para muitas pessoas. Um exemplo “os professores que ensinam o princípio da economia privada em nossas escolas de comércio até os incontáveis contadores, calculadores, fabricantes de todas as espécies de máquinas automáticas” (1973, p. 15), cujo objetivo principal é utilizar toda sua capacidade para o bom andamento dos negócios e consequentemente do sistema capitalista. Mais uma vez Bourdieu lembra o local da antropologia nestes estudos, já que muitas vezes o próprio sistema econômico a representou apenas como uma parte da economia. Para o autor, estudar estes processos de adaptação das disposições e das ideologias da economia não recai no subjetivismo aparente, já que os próprios sujeitos econômicos estão no cerne das relações objetivas (econômicas e sociais).

Trago ainda, para a construção da compreensão aqui proposta, aquilo que o antropólogo Federico Neiburg (2010) denomina de sentidos sociais da economia⁶, mediante as motivações

⁶ Neste trabalho Neiburg traçou os objetivos das pesquisas antropológicas que usam a economia como temática principal, desde a busca por “compreender os sentidos das categorias que servem para pensar e atuar no mundo tido como “econômico”, passando pelas buscas por “compreender os sentidos que as transformações sociais em curso tinham para pessoas singulares, de carne e osso” até os dias atuais “em que o campo da antropologia é muito maior e mais diversificado, o interesse pela economia faz fronteira com diversos outros assuntos que apaixonam os antropólogos: [...] como a construção de culturas econômicas” (NEIBURG, 2010, p. 6).

que orientam as ações dos sujeitos como uma das questões iniciais da antropologia da economia. O antropólogo argumenta que as pesquisas de Max Weber darão início a estes trabalhos quando relaciona as crenças religiosas e a ética econômica. Já nas pesquisas mais atuais que tem a finalidade de refletir sobre as questões morais que legitimam determinada ética econômica, cita o trabalho dos autores Boltanski e Chiapello, além de Bourdieu com as pesquisas que enfocam a sociogênese de determinados sujeitos e *habitus* econômicos (NEIBURG, 2010).

Weber (2007) percebeu que antes do surgimento do capitalismo, o homem não buscava *naturalmente* ganhar mais e mais dinheiro como forma de lucrar a todo e qualquer custo, pelo contrário, preferia viver inclusive trabalhando menos e ganhando o necessário para sobreviver.⁷ O *ethos*, representado por intermédio do espírito do capitalismo, ou como muitas vezes atribui sentido ao termo, como uma conduta de vida, é materializado por um processo de racionalização da vida econômica, no qual o aumento de produtividade no trabalho se justifica por mecanismos científicos e racionais e não mais pela natureza. Para ele, após o surgimento do capitalismo a aquisição e acumulação de dinheiro se torna o propósito central do homem. Essa inversão é o princípio norteador do capitalismo e o que parece tão natural para quem está dentro deste sistema é estranho para quem não está sob sua influência.

No decorrer de sua pesquisa, para formular aquilo que denominou de espírito do capitalismo, Weber aponta em alguns momentos o papel da educação nesse engendrado social desde seu surgimento até aquele período em que realizava a pesquisa em 1920, especialmente ao considerar que o trabalho era tido como vocação, um fim em si mesmo. “Mas tal atitude não é de forma alguma um produto da natureza. Não pode ser evocado apenas por salários altos ou baixos, mas é resultado de um processo longo e árduo de educação” (WEBER, 2007, p. 62). Assim, a educação ocorre enquanto treinamento especializado, o que ele chama de pedagogia do treinamento, sendo compreendida como ascensão social e status privado. Desta forma o próprio sistema capitalista, dominador de todos os aspectos da vida econômica, encontra suporte na educação para selecionar e educar os sujeitos mais aptos para sobreviver economicamente.

⁷ Em a Ética protestante e o “espírito” do capitalismo, Weber mostrou como o homem médio da era pré-capitalista, com o comportamento prático chamado de tradicionalismo, foi o principal adversário na adaptação dos seres humanos aos pressupostos do capitalismo. O exemplo utilizado foi o *salário por tarefa*. “o aumento do pagamento por tarefa o mais das vezes não teve por resultado maior produtividade do trabalho no mesmo intervalo de tempo, mas sim menor, porque os trabalhadores respondiam aos aumentos das taxas de remuneração não com o incremento da produtividade diária, mas sim com a sua diminuição (WEBER, 2007, p. 52).

Os sistemas utilizados por Weber para pensar as instituições sociais se materializam nesta pesquisa etnográfica através de documentos, normas e leis que regem a educação. Em sua análise compreensiva, cujo objetivo foi entender o comportamento guiado pela racionalidade dos indivíduos em relação a outros indivíduos, ele também olhou para a educação como instituição, que se apresenta como modo de agir dos homens na sociedade. “O agir em sociedade é um agir em comunidade no qual as expectativas se baseiam nos regulamentos sociais vigentes” (RODRIGUES, 2011, p. 58).

Desde então a sociedade vem se transformando e novas questões se apresentam: Quais seriam as características de um novo espírito do capitalismo? E de que forma ele se relaciona com a educação? Quais seriam as características específicas deste *ethos* em um país com especificidades próprias como o Brasil? Para pensar essas questões, a década de 1990 é especialmente significativa, pois há uma percepção por parte de alguns autores⁸ sobre a transformação do capitalismo, inclusive de um lapso crítico a esse sistema. Para Boltanski e Chiapello (2020) o sentimento ou a sensação das pessoas era de algo estranho, mas elas mesmas não sabiam identificar de onde vinha.

Ao pesquisar documentos empresariais da década de 1990, os sociólogos construíram as características do que se apresentava como o *novo espírito do capitalismo*. Para os autores, o espírito *do capitalismo* é a ideologia que justifica o engajamento nesse sistema, entendendo ideologia na interpretação desenvolvida pelo antropólogo Louis Dumont “de conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade” (2020, p. 34). Como o capitalismo passa por uma crise, são necessários novos ideários para mobilizar as pessoas. Diante disso, os autores identificam o papel significativo da família e da escola:

O fato é que as mudanças ocorridas na esfera econômica e na esfera da vida privada estão suficientemente sintonizadas para que o mundo familiar se mostre cada vez menos capaz de funcionar como um escudo de proteção, em especial para garantir os filhos posições equivalentes às dos pais, sem que a escola, para a qual fora maciçamente transferido o trabalho de continuidade cultural a partir dos anos 60, esteja em condições de realizar as esperanças de que nela foram depositadas (BOLTANSKI ; CHIAPELLO, 2020, p. 25).

⁸ Alguns exemplos que serão utilizados nesta pesquisa são: Boltanski e Chiapello que irão refletir sobre um novo espírito do capitalismo, Diana Nogueira Lima que realiza uma etnografia para compreender a transformação histórico-crítica vivida pela sociedade brasileira na década de 1990 a partir de um *ethos* “emergente” e Dalila Andrade de Oliveira para pensar sobre a reestruturação do trabalho docente a partir de dispositivos como a precarização e a flexibilização.

Assim foi possível identificar o primeiro espírito que tinha o valor moral destinado a poupança como principal característica, passando para um intermediário, identificado pelos autores a partir das manifestações de 68 ocorridas na França, com o valor no trabalho e na competência, até chegar em um outro espírito que se apresenta pós década de 1990, com mudanças nas relações com o dinheiro e, sobretudo, com o trabalho. Neste período, vida privada e vida trabalhada que permaneciam separadas, passam a se unir de tal modo que muda tanto o ritmo como a forma de trabalho. Ainda segundo Boltanski e Chiapello (2020), na relação com a moral, o ascetismo racional que pautava o início do século deu lugar a uma responsabilidade ao saber, chegando ao que se apresenta atualmente: é necessário agir o tempo todo, não se acomodar, mover-se, constantemente fazer algo.

Os autores perceberam que estas transformações que ocorreram nos últimos 30 anos, estão, de modo geral, relacionadas às críticas feitas e direcionadas ao capitalismo, embora algumas modificações possam acontecer sem elas. Seria esse seu poder: cooptar esta crítica e transformá-la em algo que se torna aceito e assimilado pelos sujeitos. A *crítica estética* ligada a autenticidade e liberdade e *crítica social* ao egoísmo e desigualdade que passa por uma crise e mesmo com as mudanças que se apresentam não caracteriza força mobilizadora suficiente atualmente.

Para os autores, essas críticas a que está exposto o capitalismo são determinantes para a formação de um novo espírito característico de uma determinada época e ao tentar responder às demandas de autenticidade e liberdade, a nova gestão empresarial da década de 90 não deu atenção a questões que tradicionalmente eram levantadas, associadas ao egoísmo e desigualdades. Assim a crítica feita a racionalidade, burocracia e a tudo que era formalizado, dá espaço a humanização com ênfase na criatividade, no desabrochar das emoções e no reconhecimento da intuição (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020).

Esses novos dispositivos de justificações afetam a subjetividades dos agentes. São ambíguos, mas encontram formas de engajar tocando o íntimo das pessoas. A regra agora é tornar-se dono do próprio negócio, com coragem e perseverança para empreender, como se a possibilidade de sucesso estivesse ao alcance de todas as pessoas, basta querer. O *ethos* identificado neste período é diferente do tipo ideal construído por Weber, porque o consumo de bens e serviço se apresenta como característica para o próprio prazer e conforto dos agentes.

A antropóloga Diana Nogueira Lima (2007), ao etnografar diferentes jornais e revistas no Rio de Janeiro, percebeu um *ethos* “emergente” que ganhou espaço e conquistou progressivamente diferentes sujeitos ao longo dos anos 90. Esse fenômeno de emergência identificado pela autora, reconhece o sucesso como um produto do trabalho, ao alcance de todos

e não mais da sorte, desde que tenham características específicas como competitividade, vontade de crescer, espírito empreendedor. Com força simbólica nas últimas duas ou três gerações, especialmente na geração que se profissionaliza neste período, estas características são um fato socialmente fabricado na recente história do Brasil (LIMA, 2007).

Em uma recente pesquisa realizada na França, a socióloga Olívia Chambard (2021) reconheceu o destaque e a urgente necessidade dada à educação de conscientizar os jovens quanto a um “espírito empreendedor”, especialmente a partir das reformas do ensino superior francês. Ao pesquisar de forma etnográfica, possibilidades de socialização de jovens universitários para o empreendedorismo, Chambard reconhece a narrativa de que para ter sucesso profissional basta apenas ter o *ethos* empreendedor. A criação de empresas já não é mais suficiente para a empregabilidade desses jovens, o poder público percebe que é necessário o engajamento total por meio de uma educação empreendedora que tem dois objetivos paradoxais: “conscientizar a geração mais jovem sobre a concorrência como forma normal de relações sociais e a outra de reformar a educação conforme normas, valores e práticas pedagógicas do polo econômico” (2021, p. 74).

Não é muito diferente das transformações e reformas educacionais que tem acontecido recentemente no Brasil, embora compreender características e especificidades faça parte dos objetivos aqui buscados, como apresentado pela professora Carolina Catini (2020) no trabalho *Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação*. Essas reformas feitas nos processos pedagógicos que aconteceram a partir de 2016 e 2017, com as reformas na educação, de maneira geral, vendem a ideia de que a escola precisa resolver os problemas dos jovens em relação ao emprego. Especialmente ao propor, a partir de eixos estruturantes dos novos currículos, o empreendedorismo como forma de protagonismo juvenil e o compromisso da escola com o projeto de vida dos alunos.

Neste cenário o professor passa a ter papel de coach⁹ (CATINI, 2020). Como se a escola retirasse o peso da família de se responsabilizar sobre o futuro destes jovens e colocasse na educação essa responsabilidade. Conclui a autora que:

⁹ “Na tradução para o português, coach significa treinar, ensinar, instruir, preparar. Ao profissional que conduz esse processo – o coach - no que tange às organizações, compete diversas atribuições, dentre elas, dar subsídios para que as pessoas envolvidas no contexto organizacional possam ter conhecimento, habilidades atitudes necessárias para, diante das oportunidades, agir em direção aos objetivos pessoais/ organizacionais” (DE MELO; BASTOS; DE ALMEIDA BIZZARIA, 2015, p. 142), ou seja, esta prática surgiu associada a profissionais que trabalham em grandes organizações, porém hoje também pode ser associada a influenciadores digitais que buscam ensinar habilidades comportamentais, cognitivas e não cognitivas, de modo a inculcar o sentimento de faça como eu faço e você terá sucesso.

É preciso reconhecer que, assim como o trabalho, a educação pode não ser formativa. Ela é uma relação objetiva que pode mesmo ser um obstáculo para a formação. Uma educação em estado falso, para contenção, para subserviência, alienação, aceitação e adaptação a condições cada vez mais brutais de existência. Nossa cumplicidade e colaboração com esse sistema seria um verdadeiro trabalho sujo na história da educação (CATINI, 2020, p. 66).

Estas reformas educacionais afetam não só o ambiente escolar como também os profissionais que nele trabalham realizando mudanças profundas na natureza do trabalho escolar. Em *A reestruturação do trabalho docente: Precarização e Flexibilização (2004)*, a educadora Dalila Andrade de Oliveira, mostra como estas reformas, especialmente nos anos 90 com o imperativo da globalização, cobra dos docentes um maior engajamento e maior responsabilização. O objetivo, segundo a autora, é formar alunos para a empregabilidade utilizando teorias administrativas que agora abarcam o campo pedagógico como produtividade, eficácia, excelência e eficiência, já que a educação escolar anterior, especialmente dos anos 60, não responde a melhor distribuição de renda e nem funciona como mobilidade social.

Especialmente após Constituição Federal de 1988, com a possibilidade de maior participação social na escola, de pais e responsáveis em conselhos e colegiados, o sentimento segundo Oliveira, é de o que se faz na escola não requer mais uma habilidade específica, um profissionalismo singular surgindo assim uma tendência a desprofissionalização, com perda de autonomia e autoridade docente. Desta forma alguns valores “como autonomia, participação, democratização foram assimilados e reinterpretados por diferentes administrações públicas, substantivados em procedimentos normativos que modificaram substancialmente o trabalho escolar” (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

Em *Três Teses sobre a Relação Trabalho e Educação em Tempos Neoliberais*, Pablo Gentili (2002) argumenta que há uma mudança nos sentidos da economia dentro da escola, que passa de uma promessa integradora, onde a educação funcionaria como uma ferramenta institucional de integração social para uma função mais individualista, de garantir o pleno emprego relacionado a capacidades pessoais do trabalhador:

Passou-se de uma lógica da integração em função das necessidades e demandas de caráter coletivo (a economia nacional, a competitividade das empresas, a riqueza social etc) para uma lógica econômica estritamente privada e guiada na ênfase das capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho. (GENTILI, 2002, p. 51)

As dinâmicas econômicas dentro da escola não são uma singularidade da educação profissional. Alguns outros trabalhos mostram essa relação em outros níveis da educação. Como

é o caso do trabalho: *O Novo "espírito do capitalismo" na reforma curricular do ensino médio da rede pública estadual do RS* (PETRY, 2017) onde o enfoque foi dado ao ensino médio e em *O novo espírito do capitalismo e a construção da universidade empreendedora no contexto brasileiro* (FRANZ; COELHO, 2020) sobre o ensino superior. O que nos mostra que mesmo que o aluno vá para a rede de ensino regular ou para o ensino superior encontrará as lógicas econômicas associadas ao empreendedorismo.

A centralidade destes trabalhos pautou-se na análise de documentos que normatizam os respectivos modelos de ensino e que contribuem para a compreensão de como acontece o processo de subjetivação do novo espírito do capitalismo. No caso das universidades, os autores perceberam que os documentos possuem “um apelo moral e normativo, capaz de exercer forte influência no ambiente acadêmico”. Ainda segundo eles, ao difundir conteúdos voltados ao empreendedorismo dentro da universidade e estimular sua aplicação naquele ambiente acabam direcionando “a um tipo-ideal de universidade que assume o adjetivo de “empreendedora” (FRANZ; COELHO, 2020, p. 289).

A questão é que esse entrelaçamento, educação e lógicas econômicas, pode ter outras razões quando posicionadas para a perspectiva da educação profissional no Brasil, já que ela nasce com objetivos de formação para o mundo do trabalho como já mostrado nas leis de criação destas instituições. Entretanto, como alertado por Weber (2003) “o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões “objetivas” entre as “coisas”, mas as conexões *conceituais* entre os problemas” (2003, p. 83). Ora, se o objetivo dos institutos federais é formar mão-de-obra mercantil, haveríamos de concluir que se as necessidades do mercado de trabalho mudam as formas de educar, educar profissionalmente mudaria também.

Contudo, a educação profissional no Brasil, a partir da implantação dos institutos federais, buscou mudar seus sentidos, a partir de uma formação humana, que abranja todas as características de formação social, de tal modo que a educação olhe para o trabalho como princípio educativo e proporcione uma formação omnilateral, uma forma de resistir as lógicas mercantis provocadas pelo trabalho alienado e pela divisão social do trabalho. Diante disso, o próximo passo será apresentar o que são os institutos federais e assim aprofundar a análise para responder: teria atualmente os IF's novos ou outros sentidos que diferem daqueles propostos em sua implantação?

2.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS COMO ESPAÇOS DE CONFLUÊNCIA ENTRE EDUCAÇÃO E ECONOMIA NO CONTEXTO DA NATURALIZAÇÃO DO

NEOLIBERALISMO: OS NOVOS OU OUTROS SENTIDOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A análise temporal destas instituições nesta pesquisa se dará a partir da implantação do IFMS em Mato Grosso do Sul, por procedimento da lei 11.534 de 25 de outubro de 2007, perfazendo os últimos 15 anos. Porém antes, irei fazer uma breve contextualização histórica da educação profissional no Brasil relacionando com as transformações do mundo do trabalho. Penso que mesmo breve, esta contextualização seja necessária para contribuir com o entendimento que mostra a relação da educação profissional com o trabalho, aceitando que esta questão será apenas um fragmento daquilo que poderá ser compreendido.

A educação profissional no Brasil se inicia na gestão de Nilo Peçanha, onde são criadas as escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs) por instrumento do decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, cujo objetivo foi “proporcionar ocupação aos desvalidos da sorte e da fortuna” (RAMOS, 2014, p. 9), mostrando ser uma medida com objetivos sociais, especialmente assistencialista. Este fato apresenta uma dualidade estrutural entre um ensino propedêutico que era voltado para as elites formarem seus filhos como chefes, donos, dirigentes e a educação assistencialista voltada aos pobres na intenção de formar mão de obra. É neste momento que o Estado assume e desenvolve as políticas sociais voltadas à educação.

A educadora Marise Nogueira Ramos, apresenta em *História e Política da Educação Profissional (2014)* que é a partir da década de 1930, com a instauração do modo de produção capitalista no Brasil e o processo de industrialização, que surge a necessidade de formação dos trabalhadores, momento este em que a necessidade econômica se sobressai. “Nesse período, a formação dos trabalhadores é tratada como uma necessidade da expansão industrial, porém, à parte da política educacional” (2014, p. 25). Já nas décadas de 1940 e 1950 continua a dualidade estrutural entre o ensino propedêutico e a educação profissionalizante que era constituída pelos cursos normais, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, tendo o mesmo tempo de duração do chamado colegial, mas que não habilitaram os estudantes para o ensino superior. Assim é possível perceber o distanciamento do objetivo assistencialista do início da educação profissional para o ensino voltado a atender os objetivos econômicos nacionais.

Ainda neste período aconteceram algumas reformas na educação, inclusive com as discussões iniciais sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases, que só foi efetivamente publicada em 1961. Há ainda que se considerar o processo de ditadura civil-militar que ocorreu no Brasil. Estas lutas entre projetos de poder fazem parte de um processo significativo que ocorreu no país onde se destacaram: “o ponto de maior impacto no ensino secundário foi a reforma de

1971, quando se instituiu a Lei n 5.692, que, de certa forma, orientou a concepção de educação básica e profissional por mais de duas décadas” (RAMOS, 2014, p. 15).

Quando escreve sobre a condição proletária no Brasil, entre as décadas de 1960 a 1980, o autor Eder Sader (1988) identifica o papel da qualificação profissional, através da educação, quando a busca individualista para progressão social começa a se destacar nas relações sociais. O autor identifica a importância da experiência do trabalho como forma de inserção do indivíduo na rede social e o quanto a diferença entre remuneração, condições de trabalho e padrões contratuais serviram para marcar explorações extremamente diferenciadas chegando no ponto em que as condições de trabalho passam a ser definidas pelas condições de mercado.

É nesse momento, segundo o autor, que o comportamento estimulado é uma corrida individualista à melhores posições e condições sociais e a busca por qualificação passa a ser entendida “como habilitação para as ocupações mais procuradas pelas empresas, está estampada pelo enorme crescimento das escolas técnicas e profissionais, dos cursos noturnos e mesmo em geral da escolarização das classes trabalhadoras” (1988, p. 87). O sentimento de vencer na vida foi propulsor dessa busca para que diferentes profissionais sentissem sua importância nos processos de trabalho.

Sader identificou características importantes sobre o processo de trabalho neste período, onde havia operários qualificados que se destacavam nos postos de trabalho não manuais. Eram carreiras rápidas que não requeriam qualificações prévias e que tinham uma cultura própria. As habilidades frente ao rápido desenvolvimento industrial foram mais importantes e ainda assim exigiam qualificação da mão-de-obra. Isso tudo com um padrão de comportamento importante dos trabalhadores assalariados provenientes das “classes médias”, com uma escolaridade considerada média e que começavam a apresentar “repulsa pelo trabalho assalariado”. Esse padrão é singular porque ele será uma das bases de mudança das características do mundo trabalho, que passa a cobrar habilidades diferentes do trabalhador.

A transição para a década de 1990 é significativa sobre as mudanças no mundo do trabalho, ainda que seja um mundo difícil de interpretar. O texto *Permanentes e temporários*, de Pialoux e Beaud, relata os dias de greve que aconteceram em 1989 em uma fábrica da Peugeot na França e seus desdobramentos anos depois. Os autores mostram o comportamento dos trabalhadores durante a greve considerados permanentes, aqueles contratados com registros e direitos em relação aos trabalhadores mais jovens caracterizados como temporários. Estes não podiam aderir à greve pois corriam o risco de perder seu emprego embora apoiassem moralmente os grevistas. O texto aborda também a questão da informatização na fábrica.

Estes jovens temporários, segundo os autores, encontraram grandes dificuldades em conseguir emprego depois de sair da escola e, portanto, vivem na expectativa de conseguir um emprego estável. “O universo escolar aparece como determinado mundo no qual não funcionam as solidariedades coletivas e não é suficiente a constituição de uma *relação de forças favorável* – para retomar uma expressão militante” (PIALOUX; BEAUD, 2003, p. 319). Já no Brasil, o trabalho é visto como uma categoria do conhecimento, ou seja, ser trabalhador é associado a ser cidadão. Este período é a base para a instalação das reformas neoliberais no país.

Segundo Gentili, é durante a década de 90 que a Teoria do Capital Humano¹⁰, utilizada para justificar a relação existente entre trabalho e educação mudou para pior. Essa justificativa girava em torno de mudar o foco da educação como âmbito de formação para o emprego. Para o autor, uma “mudança na função econômica atribuída a escola” (2002, p. 47), sendo a principal apresentada na função integradora da escola, não mais garantidora do primeiro emprego após a conclusão dos estudos e sim conectada ao ensino de capacidades pessoais do trabalhador.

Esse processo “permitiu a progressiva aceitação do fato de que a educação e a pobreza podem conviver em um vínculo conflitante, porém funcional com o desenvolvimento e a “modernização” econômica” (2002, p. 48). Os discursos individualistas e meritocráticos ficam mais evidentes e a educação deixa de ter um papel integrador de forma que a ênfase da educação seja no papel da economia nas competitividades desta nova era.

No contexto da educação profissional é na década de 90 que as Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. O objetivo era beneficiar a classe trabalhadora brasileira redirecionando a educação, superando assim a dicotomia entre educação técnica e profissional.

Em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Concepção esta que, na verdade, foi derrotada pela aprovação do projeto de LDB apresentado pelo senador Darcy Ribeiro e que, por seu caráter minimalista, permitiu ao governo realizar a reforma da educação profissional e do ensino médio por meio do Decreto n. 2.208/97 (RAMOS, 2014, p. 16).

Em *Mutações do trabalho e experiência urbana* (2006), Vera Telles relança a discussão sobre os sentidos do trabalho na tessitura do mundo social. Para a autora, o trabalho é parte da estrutura da vida social e, portanto, suas novas configurações sociais abrem a possibilidade de investigações sobre como essas experiências se processam. Fazendo uso da etnografia, Telles

¹⁰ Segundo Gentili (2002) A Teoria do Capital Humano é principal enquadramento teórico usado para definir o sentido da relação trabalho-educação no capitalismo contemporâneo.

percebe alterações nas referências sobre o mundo do trabalho que pautavam e rimavam a vida social afetando as formas e os sentidos da vida. Devido a essas mudanças será necessário buscar outras possibilidades de apreender este mundo, se afastando das “binaridades clássicas” pautadas em referenciais como regularidade e disciplinamento, que até aquele momento eram utilizadas para interpretar o mundo social, como formal-informal, trabalho e não trabalho (TELLES, 2006).

A pesquisa aproxima-se de um *ethos* empreendedor ao mostrar como dois jovens, Maurício e Nair, se veem dentro do mundo do trabalho. “E é a própria experiência das novas gerações e seus circuitos, no nervo exposto das complicações atuais, que nos dá as pistas para tentar outra descrição do mundo social” (2006, p. 179). Os sentidos atribuídos pelos jovens a serem empreendedores possuem nuances semelhantes, mas ao mesmo tempo com particularidades que diferem do encontrado hoje nos jovens estudantes do IFMS, ainda que se pautasse pelo individualismo. Para a autora, o jogo de referências muda, especialmente se comparado a gerações dos pais. Telles identificou que, o fato de sair da favela, local onde moravam, para procurar emprego e mudar de emprego várias vezes buscando o que eles enxergam como melhor, ou seja, a busca por mudanças de vida e não acomodação, faz com que esses jovens se enxerguem como empreendedores e são essas referências que pautam sua vida social.

É uma situação que está a exigir um giro em nossas categorias, de modo a construir um plano de referência que permita colocar em perspectiva e figurar esses processos, ressituar os problemas, levantar outros tantos e perceber nas dobras das redefinições e desagregações do “mundo fordista” outros diagramas de relações, campos de força que também circunscrevem os pontos de tensão, resistências ou linhas de fuga pelas quais perceber a pulsação do mundo social (TELLES, 2006, p. 174).

Novas contradições sobre a classe trabalhadora são apresentadas, como mostra a pesquisa realizada em *call centers* feita por Ruy Braga (2006) em *Uma Sociologia da condição proletária contemporânea*. Neste período os jovens se apresentavam por meio de uma nova gramática, o que pode ser percebido, segundo o autor, “pela fragmentação dos coletivos de trabalhadores, pelo crescimento acelerado da oferta de empregos no setor de serviços e pela superação da relação salarial” (2006, p. 133). A anterior classe trabalhadora estava se desestruturando e as formas como se organizavam eram consideradas antigas e ultrapassadas. Os atuais jovens trabalhadores não se inseriram nas “lógicas de identificação política e simbólica da classe trabalhadora do passado e acabam sendo tragados na espiral de uma proletarização marcada por tentativas individuais de progresso social” (BRAGA, 2006, p. 148).

Desta forma, a estruturação da força de trabalho no modelo fordista que se apresentava na década de 1960, muda com o ideário globalizante da década de 1990 e a educação pode ser uma peça-chave para pensar esse novo cenário de conflito, contradições e relações de poder. Nessa transição a educação também passa por transformações dos seus objetivos, estruturação e funções na tentativa de se adequar às mudanças em curso. A educação, vista como fator de mobilidade social, não responde mais pelas demandas de preenchimento de vagas e geração de empregos.

A promessa em relação à educação se baseava na definição de “estratégias orientadas para criar as condições “educacionais” de um mercado de trabalho em expansão e na confiança (aparentemente incontestável) na possibilidade de atingir o pleno emprego.” (GENTILI, 2002, p. 49). Em outras palavras, o discurso de que era necessário qualificação para se conseguir um bom trabalho, não se encaixa mais na realidade. Os dados mostram cada vez mais pessoas qualificadas e cada vez menos empregos formais. Segundo pesquisa realizada pelo DIEESE, em 2018¹¹, as oportunidades são desiguais para os jovens após a conclusão do ensino médio: “Enquanto 25% dos egressos do ensino médio em 2017 e de lares mais ricos foram para o ensino superior em 2018, apenas 5% dos jovens de domicílios mais pobres seguiram esse caminho” (DIEESE, 2018).

A conclusão do estudo é de que a maior oferta de cursos profissionalizantes não é suficiente para absorver toda esta mão de obra que será qualificada¹². O argumento de que a Reforma Trabalhista poderia apresentar soluções para estas questões também é refutado pela pesquisa na medida em que a atual reforma cria modalidades de trabalho pautados em redução de direitos dos trabalhadores e, conseqüentemente, em menor estabilidade a partir de dispositivos como os contratos intermitentes ou as jornadas parciais. “Em vez de resolver o problema, esse tipo de contrato cria vagas de curta duração, o que pode jogar os jovens continuamente de volta para a condição de desemprego” (DIEESE, 2018, p. 5).

Retomo a entrevista do ex-ministro da educação Milton Ribeiro que iniciou este capítulo. Ela teve importante repercussão na mídia. O destaque foi dado, especialmente, ao argumento utilizado por Ribeiro de que a universidade deveria ser para poucos. A pergunta, feita pelo entrevistador, se referia aos institutos, sobre o futuro destas instituições de ensino

¹¹ Nem-nem ou sem-sem? Jovens querem trabalhar, mas não têm oportunidades no mercado. DIEESE - Número 11 - Dezembro 2018. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta11.html>

¹² Ver Nota Técnica nº199 do DIEESE, disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec199qualificacaoProfissional.html>.

técnico e tecnológico. Ao justificar porque enxerga que os institutos federais serão as grandes vedetes do futuro, o ministro diz:

Se você pegar os motoristas, profissão muito digna, mas tenho muito engenheiro, muito advogado, dirigindo UBER, porque não consegue colocação de vida (no mercado de trabalho) mas se ele fosse um técnico em informática estaria empregado porque há uma demanda muito grande. Então eu acho que o futuro são os institutos federais, como é na Alemanha hoje. A Alemanha dá atenção, são poucos os que fazem universidade. A Universidade, na verdade, ela deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade (RIBEIRO, 2021, entrevista em vídeo).

A análise da fala do ministro é importante porque corrobora com um discurso atual que a princípio culpabiliza a falta de vagas no mercado de trabalho ao excesso de profissionais capacitados com ensino superior. Este ponto é crucial para compreendermos o papel da educação e suas interseções com as relações de trabalho. É possível perceber, com os estudos mostrados até aqui, que em um certo período da história o discurso normativo dirigido ao trabalhador se pautava no conceito de que quanto mais capacitados, melhores vagas de trabalho ele conseguiria. Com o passar do tempo, especialmente depois da década de 1990, com o avanço do sistema neoliberal e os índices de desemprego batendo recorde, o discurso mudou e agora a falta de emprego é justificada pelo excesso de profissionais capacitados para além da demanda da economia.

Proponho destrinchar a entrevista do ex-ministro, pois acredito que ao nos atermos aos detalhes, nuances e entrelinhas dela poderemos encontrar indícios de novos ou outros sentidos que estão sendo atribuídos a qualificação profissional, no contexto da educação hoje no Brasil, especialmente em relação aos institutos federais. Me refiro a novos ou outros porque como é possível perceber até aqui, há casos em que o sentido atribuído a educação profissional retoma antigos momentos históricos, que já foram legitimados não chegando a ser necessariamente um novo. Porém, especialmente em relação a década de 90 é possível perceber um novo sentido a educação profissional, mais pautado em garantir os atributos pessoais do novo trabalhador do que necessariamente a conquista do pleno emprego.

De acordo com Ramos (2014) os institutos federais centram politecnicidade, que diz respeito ao conhecimento científico para a execução de diferentes tipos de trabalho, especialmente em relação às formas de trabalho moderno. Ao mirar em conhecimentos científicos, seu objetivo é de uma formação humana rompendo com a dicotomia entre educação básica e técnica, abarcando a integração na formação educacional de cultura, ciência, humanismo, tecnologia como forma de desenvolver todas as potencialidades humanas. Sendo assim os fundamentos principais de uma formação omnilateral do ser humano (RAMOS, 2014).

Retomo a pergunta de abertura da entrevista, ela já nos mostra a relação que é feita entre mundo do trabalho, educação e modernização. A apresentadora, a jornalista Marina Machado, afirma que com a modernização da educação em todo o mundo, as demandas por profissionais formados na universidade diminuíram e que o enfoque agora é nos cursos técnicos. Inclusive, segundo a jornalista, áreas nobres como desenvolvimento de games nem tem curso específico. Ela direciona a seguinte questão a Ribeiro é: - como o senhor vê esta transformação e como o ministério trabalha para que o brasileiro possa estar mais bem preparado para esse mercado de trabalho que é tão dinâmico?

Na resposta, o ex-ministro diz que enxerga sua gestão como interessante e que o grande segredo é ouvir a sociedade, respondendo às perguntas e suas demandas. Esse ponto é especialmente interessante porque a resposta do ministro mostra que essa necessidade de transformação da educação, para atender as necessidades do mercado de trabalho, é como se fosse uma demanda da própria sociedade. E para ele, uma das grandes lacunas na educação brasileira está relacionada a educação financeira.

No livro *A escola não é uma empresa* (2019) o professor Christian Laval percebeu na França o cenário ambíguo de certas instituições que tem papel de aproximar os mundos educacionais e econômicos, não só com objetivos de análises, observações e pareceres, mas também, de “envolver o mundo escolar na lógica econômica, construindo, entre outras instâncias e outros lugares, o novo ideal normativo que vem se impondo ao sistema educacional” (2019, p. 91). Um exemplo destas instâncias que podemos perceber no Brasil é citada na entrevista. Ao responder à pergunta sobre a grande lacuna que existe na educação brasileira em relação à educação financeira, o ex-ministro cita um recente convênio feito entre o MEC e a CVM para capacitar mais de 500 mil professores sobre essa temática.

O acordo de cooperação técnica N9 31/2021 com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM mencionado pelo ministro, visa à implementação do Programa de Formação Docente para Atuação com Educação Financeira nas Escolas Públicas. O objetivo deste acordo é disseminar a educação financeira a crianças, jovens e adultos brasileiros. Ressalto, para detalhar melhor essa relação mencionada por Laval, que a comissão é um órgão vinculado ao Ministério da Economia e que consta no planejamento estratégico da CVM, para a área educacional, a criação o Centro CVM/OCDE de Educação e Letramento Financeiro para a América Latina e Caribe, que integra a Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE (INFE), considerada a maior do gênero em todo o planeta. O Centro tem por objetivo difundir pela América Latina as melhores práticas de políticas públicas, além de desenvolver ações educacionais para jovens,

idosos, mulheres, universitários, pequenas e médias empresas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019, p. 2)

De acordo com o ex-ministro, a CVM é quem irá definir o conteúdo que será abordado nessa capacitação a partir do que ela julgar importante. Entre os temas que serão abordados nos cursos estão: formação de poupança; consumo consciente; orientação a investimentos; proteção contra fraudes financeiras; e desenvolvimentos de hábitos e atitudes que contribuam para o bem-estar financeiro¹³. Uma das justificativas da necessidade da educação financeira na escola, utilizado pela comissão, são os dados divulgados no relatório do Banco Mundial (BM) sobre o impacto de um projeto piloto, elaborado e conduzido pelo BM, em escolas públicas de ensino médio, entre 2009 e 2011, durante a construção de uma estratégia nacional de educação financeira para o país.¹⁴

O argumento é que segundo estes dados haveria um aumento positivo no país, com a implementação do projeto em larga escala, do nível de poupança dos jovens do programa, hábito de fazer listas de gastos mensais, negociação de preços e formas de pagamento ao realizar compras, entre outros pontos. Me pareceu pertinente aqui, uma reflexão que li na internet, e dessa forma sem autor vinculado, pois estava em uma página de reflexões do aplicativo *Instagram*: que o ensino da educação financeira na escola busca ensinar o aluno a lidar com o pouco dinheiro que ele ganha e que o objetivo principal da escola deveria ser ensiná-lo a se questionar sobre o porquê de ganhar pouco dinheiro.

Há um debate dentro do IFMS¹⁵ que busca compreender como a academia pode acompanhar as transformações do mundo do trabalho, inferindo assim que há uma certa distância entre a formação profissional e a prática profissional. Uma das perguntas feitas a Ribeiro na entrevista aborda justamente essa temática. Ao afirmar que a universidade não está conseguindo acompanhar o ritmo de mudança da sociedade, o Professor Ricardo Caldas, um dos debatedores do programa de entrevista, pergunta ao ex-ministro “qual seria a solução para isso?”:

¹³ Informações sobre o acordo de cooperação ver: https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/convenios/anexos/Acordo_de_Cooperacao_Tecnica_CVM_x_MEC.pdf.

¹⁴ The Impact of High School Financial Education: Experimental Evidence from Brazil. Acesso em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/753501468015879809/pdf/WPS6723.pdf>.

¹⁵ Um exemplo é a atividade de extensão realizada pelo IFMS campus Campo Grande disponível no canal do *youtube* da instituição onde professores, egressos e representantes de empresas de TI debatem sobre este tema. Compartilho mais informações sobre isso no trabalho apresentado na VIII RAMS com o título “O trabalho como princípio educativo: a formação profissional para um mundo do trabalho em transformação em uma instituição pública de Campo Grande/MS.

Em relação ao conteúdo nós não podemos interferir devido a autonomia acadêmica, mas nós temos empresas que nos ajudam nesse sentido, como a Embrapii que realiza essa conversa do setor produtivo com a pesquisa universitária. São 26 universidades que estão com a Embrapii. Ela faz essa catalisação quando o mundo financeiro ou produtivo conversa com a universidade” (RIBEIRO, 2021, entrevista em vídeo).

A EMBRAPPI, citada por Ribeiro, é a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, organização social financiada tanto pelo Ministério da Educação como pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ela tem por missão apoiar instituições de pesquisa tecnológica, em selecionadas áreas de competência, para que executem projetos de desenvolvimento de pesquisa tecnológica para inovação, em cooperação com empresas do setor industrial.¹⁶ Mais um exemplo que podemos tomar da entrevista dos casos de instituições com papel ambíguo apresentado por Laval. Para ele, esta é uma característica do sistema capitalista: atender as vontades do patronato de determinar o conteúdo a ser utilizado para a formação de mão de obra necessária. “Em outras palavras, houve progressivamente uma “partilha do poder pedagógico” (LAVALL, 2019, p. 93).

Durante a entrevista, Ribeiro diz que hoje 50% das vagas nas instituições federais são destinadas a cotas de alunos provenientes, sobretudo, de escolas públicas. Segundo o ex-ministro, a crítica que havia no passado de que só filhinho de papai estuda em escola pública, se desconstrói com essa regra, essa lei. Para ele:

Embora os outros 50% naturalmente sejam de alunos mais bem preparados que não trabalham e por isso podem frequentar a escola de dia, ou fazer cursinho, o que também eu acho justo considerando que os pais desses meninos tidos como filhinhos de papais são os que pagam os impostos no Brasil e bem ou mal sustentam a universidade pública. Eles não podem ser penalizados pelo fato de os pais pagarem impostos que sustentam a educação e todo sistema brasileiro (RIBEIRO, 2021, entrevista em vídeo).

Para o ex-ministro, são os pais dos alunos com melhores condições de renda que pagam impostos no Brasil e que “sustentam” a escola pública. Porém, de acordo com um estudo realizado em 2014, pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT¹⁷, é a população brasileira que recebe até três salários-mínimos que mais gera arrecadação de tributos no país, o que compreende a mais de 53% da arrecadação tributária total do Brasil. Para o estudo foi utilizado dados do Censo 2010 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. Apenas

¹⁶https://embrapii.org.br/wp-content/images/2018/12/embrapii_relatorio-de-desempenho-embrapii-2016_anual1.pdf.

¹⁷<https://ibpt.com.br/populacao-que-recebe-ate-tres-salarios-minimos-e-a-que-mais-gera-arrecadacao-de-tributos-no-pais/>

16% do que é arrecadado em tributos no Brasil vem da população cujo rendimento mensal fica entre 5 e 10 salários.

Uma outra pergunta feita para o ex-ministro da educação Milton Ribeiro, aborda o que o entrevistador entende ser as diferenças entre o ensino humanista e o ensino técnico. Ao formular sua questão, o professor Ricardo Caldas diz:

Gostaria de fazer uma reflexão sobre dois modelos do ensino: na formação humanista você tem livros genéricos, você estuda um pouco de filosofia, um pouco de história mundial, geografia do mundo todo e se prepara para as chamadas artes clássicas, para o humanismo de um modo geral. E nós temos um novo tipo de educação agora com a aprovação do novo ensino médio, que é uma educação mais focada, baseada em roteiros, que o aluno vai optando ao longo da sua carreira, ao longo da sua passagem da vida escolar, para áreas que ele quer se direcionar e onde ele quer se tornar um profissional. Em que momento nós faremos a divisão daqueles alunos que irão seguir o modelo humanista que é o modelo tradicional e hegemônico no Brasil e ou aos poucos vamos preparando as crianças para um ensino mais técnico mais focado como é por exemplo nos EUA? (RIBEIRO, 2021, entrevista em vídeo).

De acordo com o ex-ministro, o MEC tem procurado deixar cada vez mais os livros didáticos técnicos, afastando essas questões de valores, princípios e ideologias em um primeiro momento. E esse seria um dos passos para essa transformação do ensino, segundo Ribeiro, de humanista para técnico. Essa forma de enxergar o ensino profissionalizante é diferente daquela sobre sua concepção inicial norteadora. Faz parte de seu embasamento epistemológico a visão do trabalho como princípio educativo, a partir de uma formação mais ampla que contemple todas as áreas de desenvolvimento do ser humano. Justamente numa perspectiva que não divide o ensino entre preparar para o trabalho, em seu diâmetro técnico e operacional, mas também uma formação humana. Para Ramos (2014) “formação humana integral, que sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (2014, p. 84). Assim o trabalho visto como princípio educativo orienta:

Um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana, concluindo que a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (RAMOS, 2014, p. 85).

Ao final da entrevista, a pergunta direcionada ao ex-ministro da educação foi sobre o livro que mais influenciou-o na vida. Considerando a Bíblia como primeiro livro, ele responde que *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *A ética protestante e o espírito do*

capitalismo de Weber são os principais livros. A fala de Ribeiro durante toda a entrevista converge para aquilo que Weber compreendeu como o papel da educação dentro do capitalismo, no início do século passado, através de uma pedagogia para o treinamento. Ainda que os homens vejam o mundo por meio dos seus valores, como alertado por pelo autor, esses mesmos valores podem ser “compartilhados, é claro, mas são inculcados, introjetados (são subjetivados) de modos distintos, conforme o processo de interação em que o indivíduo está inserido” (RODRIGUES, 2011, p. 52).

A discussão sobre os propósitos da educação profissional também pode ser percebida nos debates que ocorreram durante as campanhas eleitorais no ano de 2022. Como exemplo, a campanha para o governo do estado de São Paulo abordou de forma significativa a educação profissional. Destaco aqui a fala do candidato que representou o Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, durante debate conduzido pela Rede Bandeirantes de televisão, com os candidatos no dia 08 de agosto do mesmo ano. Apresento esta fala pois Haddad foi ministro da educação do Brasil entre os anos de 2005 e 2012, nos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Foi durante sua gestão no MEC em 2008 que os IF's foram implantados no Brasil.

Para ele, sem educação e sem trabalho não se constrói uma sociedade [...]. Sem um instituto estadual nos moldes dos institutos federais para revolucionar o ensino médio, a juventude vai continuar desempregada” (HADDAD, 2022). No mesmo programa Haddad apresenta como proposta de governo para a educação de São Paulo o exemplo dos institutos federais para o ensino médio estadual, dizendo que esta é a reforma do ensino médio que o estado precisa. Esta fala permite refletir sobre as diferentes perspectivas em relação aos institutos federais, seu lugar de referência, seu sentido nos diferentes discursos posicionados no espectro político.

Em um recente trabalho intitulado: *Visões etnográficas da (nova) virada autoritária do Brasil*, Neiburg e Thomas (2020, p. 9, tradução própria) argumentam que:

Como aconteceu há um século na Europa, um dos ingredientes centrais da atual onda autoritária é o anti-intelectualismo. Em sua variação brasileira, isso assume formas muito precisas, como o desmantelamento sistemático de instituições públicas de ensino e produção científica. Muitos de seus defensores afirmam que estão envolvidos em uma “guerra cultural”, que se traduz em um ataque cruel às artes, às ciências e, em particular, às humanidades e aos valores seculares.

Embora de formas diferentes, tanto a chamada direita radical e a esquerda no Brasil utilizam os institutos federais como exemplo para justificar a construção de uma educação

nacional, ainda que como percebido nas palavras do ex-ministro Milton Ribeiro o que se apresenta de fato seja um plano educacional pautado em ideologias, que mudam a depender de quem está no poder. Não há um projeto de educação para o país e sim um projeto de educação para diferentes tipos de governo. Essas diferentes formas de significar a educação, sobretudo a maneira como o governo apoia este ou aquele projeto de poder, há depender de quem esteja ou almeje ali estar, nos permite possibilidades de interpretação e compreensão sobre os motivos da construção social de uma cultura dentro da escola e o empreendedorismo tem um papel crucial neste sentido.

Colbari (2007) assinala que a noção de empreendedorismo começa a se deslocar gradativamente de uma matriz liberal pautado em construções mais teóricas e ideológicas se apropriando de “conteúdos mais próximos das vertentes comunitaristas, como cooperação, solidariedade, reciprocidade e confiança. (2007, p. 102) Em outras palavras, o fenômeno do empreendedorismo que anteriormente esteve associado a individualismo, meritocracia, sucesso pessoal, também se apropria de outras narrativas ideológicas. Podemos usar como exemplo, o empreendedorismo social, que busca absorver um discurso pautado na resolução das desigualdades sociais, de melhorar as necessidades de um determinado grupo social, de ajuda e cooperação.

Deste modo as lógicas morais do empreendedorismo aparecem como mudança cultural para além do eixo produtivo e econômico. E o sistema educativo contribui com essa mudança de sentidos, sobretudo se refletirmos no seu papel. Como lembra Bourdieu (1992) em *A Reprodução: Elementos de uma teoria do sistema de ensino*, é necessário olhar os sistemas de ensino de diferentes prismas, como propositivo de inculcação, seleção e legitimação de uma cultura.

Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve às características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (auto-reprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto à realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social) (BOURDIEU, 1992, p. 64).

Assim, já que a educação atualmente possa ser um instrumento utilizado como forma de inculcar valores em sua comunidade, é que o fato de a cultura empreendedora ser incentivada e valorizada dentro da escola me parece necessária de observação de estudo e análise e sobretudo de reflexão. Embora não esteja mais no cargo de ministro da Educação, Milton Ribeiro

representa a visão e os objetivos para a educação da gestão Bolsonaro até 2022. Especialmente após analisar a entrevista e verificar a forma enfática com que ele fala sobre o ensino técnico, inclusive separando-o da questão humanista. Ainda, a forma como enxerga os institutos federais como vedete no futuro. Desta forma, os diferentes sentidos entram em disputa. E como fortalecê-los? Como fazer com que ele ganhe coerência, a sociedade o aceite e o entenda? Para fazer valer onde ele precisa estar escrito, incrustado, redigido, normatizado? Estas questões guiam a próxima seção.

2.3 O PEMIN E O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO

O mercado de trabalho, segundo os autores Lipovetsky e Serroy (2015), atualmente valoriza mais as características comportamentais dos indivíduos do que as técnicas, uma busca pela performance individual. Explora-se características imateriais como: inteligência emocional, empreendedorismo como qualidade intrínseca ao ser humano, inovação, imaginação, intuição. “Na era hipermoderna, a “gaiola de ferro” da racionalidade instrumental e burocrática realizou a façanha de assimilar, integrar seu contrário: a dimensão pessoal e intuitiva, imaginária e emocional (2015, p. 28).

Na apresentação do livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* Antônio Flávio Pierucci mostra que o objeto de estudo de Weber não era o capitalismo como sistema econômico ou modo de produção, mas sim “enquanto espírito, isto é cultura – a cultura capitalista moderna, o capitalismo vivenciado pelas pessoas na condução metódica da vida de todo dia. Em outras palavras, o “espírito” do capitalismo como conduta de vida” (PIERUCCI, 2007, p. 7). Como já dito anteriormente, o que de mais significativo dos achados de Weber sobre o espírito do capitalismo contribui nesta pesquisa, é a ideia do autor de que as pessoas precisam de motivos, especialmente morais para se engajar no capitalismo. Lipovetsky e Serroy alertam para as mudanças nesse engajamento que anteriormente era racional e burocrático, tornando-se agora pessoal, intuitivo e emocional.

Outra mudança, em relação as formas de trabalho, foi apresentada pelo sociólogo Richard Sennett, e estão relacionados ao trabalho individual em comparação ao trabalho em equipe. Para ele o contraponto seria a visão de chefe e carreiras hierarquizadas que mudaram suas características em relação ao trabalho nos anos 90. Sennett aponta em seu livro que “As formas modernas de trabalho em equipe são em muitos aspectos o oposto da ética do trabalho como concebia Max Weber” (SENNETT, 2021, p. 126). Especialmente se analisados em

relação ao tempo de trabalho, que atualmente é realizado em equipe é mais flexível, com tarefas que podem e devem ser executadas em curto prazo.

Já os autores Boltanski e Chiapello optaram por utilizar tanto as dimensões individuais do trabalho, argumentando que Weber insistia “na necessidade de o capitalismo apresentar razões individuais” (2020, p. 41). Mas ressaltam que as dimensões coletivas das justificações gerais capitalistas também serão consideradas. Os autores perceberam através dos estudos de documentos empresariais da década de 90, que a forma ou os modos como os indivíduos engajam no capitalismo atribuindo sentido para seus atos está em transformação.

Ou seja, além das motivações individuais, conforme apresentou Weber, e as motivações coletivas apresentadas pelos autores, há novas motivações, “supondo um novo conjunto ideológico mais mobilizador” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 39). Porque, para que os indivíduos se engajem é necessária uma contrapartida por parte do capitalismo. Essa contrapartida, que por vezes esteve ligada a valores éticos e por longo tempo ligada ao bem maior da sociedade, parece aos autores não responder às necessidades criadas aos indivíduos. Questões para ação prática das pessoas como “adequação meios-fins, racionalidade prática, aptidão para o cálculo, autonomização das atividades econômicas, relação instrumental com a natureza” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 40) já estão em harmonia com as instituições, especialmente família e escola, de forma a incutir esses ideais nos indivíduos.

Ainda de acordo com os autores, as mudanças deste espírito do capitalismo se apresentam de forma a traçar “uma existência em harmonia com as exigências da acumulação, para que grande número de atores considere que vale a pena vivê-la” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 43). Seguindo este entendimento, o discurso sobre a liberdade de empreender, por exemplo, serviu e ainda serve como injunção ao sistema andando lado a lado ao medo do desemprego, endividamento, vantagens que carreiras seguras podem oferecer, esperanças de carreira etc.

Além das justificações em termos de bem comum, necessárias para responder à crítica e explicar-se perante os outros, os executivos, em especial os jovens, também precisam, tal como os empresários weberianos, de motivos pessoais para o engajamento. Para valer a pena esse engajamento, para que ele seja atraente, o capitalismo precisa ser-lhes apresentado em atividades que, em comparação com as atividades alternativas, possam ser qualificadas de “estimulantes” ou seja, de modo muito geral, capaz de oferecer, ainda que de maneira diferentes em diferentes épocas, possibilidades de autorrealização e espaços de liberdade de ação” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 48).

Os autores trazidos para esta discussão mostraram que o capitalismo mudou, sendo agora também imaterial na forma como afetam as relações sociais e especialmente nas relações

de trabalho, se apresentando como um sistema que narra suas próprias histórias e elabora ideologias de sentidos de querer, sofrer e viver. Para os autores Safatle; Silva Junior; Dunker (2021), citando o famoso discurso de Margareth Thatcher em que diz: “Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e alma”, o que se apresenta é uma nova engenharia social, como um novo modelo econômico, para eles esse novo modelo será o neoliberalismo.

Um exemplo que pode ser utilizado para pensar sobre essas novas lógicas econômicas dentro da educação se apresenta na proposta de uma organização curricular mais flexível que tem por objetivo permitir que o estudante escolha as disciplinas que irá cursar, considerando sua formação técnica e profissional. Se a proposta do novo ensino médio é promover autonomia ao jovem de modo que ele possa escolher o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho que mais lhe interesse e que essa escolha se dará a partir do que a instituição de ensino lhe oferece, já que as redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, é de se questionar se a escolha dos jovens será feita de forma consciente. E a competitividade que se dará entre as escolas, especialmente entre as escolas públicas e particulares, sendo que é de se esperar ainda em uma dinâmica neoliberal que a oferta desse conjunto de técnicas vise a atender primordialmente às necessidades do mercado e da economia.

O caráter fundamental da nova ordem educacional está ligado à perda de autonomia da escola, acompanhada de uma valorização da empresa, que é levada ao ideal normativo. Nessa “parceria” generalizada, a própria empresa se torna “qualificadora” e “envolvida no aprendizado” e acaba se confundindo com a instituição escolar em “estruturas de aprendizagem flexíveis” (LAVAL, 2019, p. 30).

A recente Nota Técnica, divulgada em junho de 2022, com o título - Novo Ensino Médio e Indução de Desigualdades Escolares na Rede Estadual de São Paulo, produzida pela Rede Escola Pública e Universidade, mostra que a propaganda feita em torno da reforma de proporcionar uma liberdade de escolha para o estudante se torna limitada. Outro problema é a falta de professores na rede pública que faz com que o planejamento de aulas para os novos itinerários seja impactado e que o aumento da carga horária escolar que se efetiva com o ensino a distância, acaba “precarizando a oferta educacional em vez de ampliar seus efeitos com melhoria de qualidade” (REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE, 2022, p. 29).

Em termos gerais, os dados analisados nesta Nota Técnica mostram que os/as estudantes mais pobres da rede estadual – particularmente os/as do Ensino Médio noturno – são sempre mais prejudicados/as: têm menos possibilidades de escolha, mais aulas sem professores e a oferta de expansão de carga horária mais precarizada (REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE, 2022, p. 30).

Na busca de apresentar como este fenômeno se apresenta dentro do IFMS, darei continuidade com o percurso argumentativo por meio da análise antropológica do PEMIN - Programa de Empreendedorismo e Inovação desta instituição escolar. O programa foi aprovado pela Resolução N° 097/2016, de 16 de dezembro de 2016, apresentando em seu terceiro artigo um dos seus objetivos específicos que visa promover, incentivar, estimular, valorizar e fortalecer a *cultura empreendedora* na comunidade interna do IFMS e nas regiões em torno dos campi. O programa é referenciado pela Lei Federal n° 10.973/2004, aprovada durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as alterações realizadas mediante a Lei Federal 13.243/2016, neste caso aprovada durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Na análise das respectivas leis será dada atenção ao uso do termo empreendedorismo para entender como ele ganha sentido a partir destes documentos.

A lei de 2004 dispõe sobre os incentivos para a inovação e a pesquisa científica e tecnológica. O termo empreendedorismo aparece nesta lei, no artigo segundo, quando considera que as incubadoras de empresas têm como um de seus objetivos prestar apoio tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação, além de regular as formas de fomento para essas atividades. É a partir das alterações na lei de 2016 que o termo empreendedorismo aparece mais vezes no documento, com a informação de que as instituições deverão instituir sua política de inovação, estabelecendo suas diretrizes e objetivos de empreendedorismo, além de orientação das ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo.

Nestes conjuntos de leis e normas institucionais, a Política de Inovação do IFMS, aprovada pela Resolução n° 054, de 07 de julho de 2017, traz considerações importantes sobre empreendedorismo na instituição, sendo um de seus objetivos promover e estimular o empreendedorismo, zelando pelo desenvolvimento e execução do PEMIN. Além disso apresenta o conceito de incubadora de empresas que mais adiante será necessário para compreender a construção da cultura empreendedora educacional. Segundo consta no documento, incubadora é uma organização com objetivos de estimular diferentes tipos de apoio, sendo logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador especialmente em conhecimento. O objetivo seria facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação (2017, p. 07). É através dessas incubadoras que os alunos podem propor ideias de negócios e participar de atividades que visam a estimulação da cultura empreendedora.

Já para a análise do edital nº 023/2022, o ponto de partida será uma das etapas chamada de “Mercado de ideias”, onde após apresentarem para uma banca multidisciplinar suas ideias de negócios, os alunos recebem instruções para saber se ele é viável. A partir de uma conversa breve com o responsável da atividade, apresentei os objetivos da pesquisa e os caminhos etnográficos que pretendo realizar. Uma das dúvidas que tive antes deste primeiro encontro era se eu deveria levar algo para anotações, ou se deveria apenas mostrar que se tratava de uma conversa informal. Optei pela segunda ideia e creio que por isso nossa conversa fluiu tranquilamente.

Percebi que as dúvidas que eu tinha e as questões que eu estava me propondo a compreender, especialmente sobre os sentidos do empreendedorismo dentro daquele campo, também faziam parte dos questionamentos de outros agentes que ali frequentam e isso me tranquilizou para seguir o trabalho de campo. Acertamos que eu retornaria para acompanhar a atividade seguinte, chamada de “imersão”, com duração de 30 dias. De acordo com o edital, neste período os alunos receberão capacitações sobre o empreendedorismo inovador, com o intuito de conhecer metodologias e ferramentas que auxiliem no desenvolvimento das propostas apresentadas, despertando seu perfil empreendedor. (EDITAL PROPI, 2022, p. 3).

Retorno para os documentos analisados até aqui, em nenhum deles há especificamente o conceito do termo empreendedorismo, o que ele significa sendo necessário observar como ocorre a construção de seu sentido. Este termo usado em grande escala recentemente pode ser encontrado de diversas formas, em diferentes lugares. Não está mais restrito ao ambiente econômico, hoje pode ser encontrado na comunicação, nas mídias sociais, no governo e especialmente para essa pesquisa, interessa seu uso na educação. “O “empreendedorismo” faz parte do vocabulário cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras de atividades profissionais de várias gerações, revelando a produção de novas percepções sobre o trabalho e o emprego” (LEITE; LINDÔSO, 2021, p. 793).

Em um recente trabalho intitulado *Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia (2021)*, as autoras Márcia P. Leite e Raquel O. Lindôso discute o empreendedorismo enquanto uma manifestação ideológica do neoliberalismo enxergando-o como centro da racionalidade neoliberal. Elas perceberam uma nova forma de ressignificar o trabalho por conta própria com uma visão glamourosa e celebrativa deste tipo de trabalho, característica de países periféricos. Essa constatação é importante porque a ideologia do empreendedorismo reitera a explicação anterior atribuído a este tipo de trabalho, como depreciativo, uma forma de glamourização de um tipo de trabalho que na realidade é precário, trazendo uma visão meritocrática para essa relação.

Além de ser utilizado como forma de designar as relações de trabalho atuais, o empreendedorismo tem se apresentado dentro da escola com novos sentidos, muitas vezes relacionado a um futuro que em certa medida torna-se um contraponto da escolha de outros caminhos que o aluno pode seguir: “acreditando que o sucesso de cada um depende apenas da educação para dar condições a que as pessoas possam competir e ganhar um espaço na economia mundial” (LEITE; LINDÔSO, 2021, p. 796). Como se ser empreendedor pudesse de alguma maneira contribuir para a ascensão social. A questão fundamental, bem levantada pelas autoras, é que com o neoliberalismo e o aumento das desigualdades sociais, da pobreza e da miséria, houve uma necessidade de uma justificação dessas próprias desigualdades como forma de encobrir as mazelas sociais.

A partir daí há uma concepção antropológica do homem – empresa, conforme apresentado por Dardot e Laval, onde não somente as noções de empreendedorismo como relação de trabalho se apresentam, mas também como noção do homem “empresário de si mesmo”. Para este tipo, o trabalho é enxergado como primordial, duro, investimentos em educação e formação e ainda o uso de todo e qualquer tempo para atividades econômicas. Como a dimensão empresarial sendo constitutiva do ser humano (DARDOT; LAVAL, 2016 *apud* LEITE; LINDÔSO, 2021, p. 799).

Assim este primeiro capítulo buscou mostrar o caminho percorrido, mais especificamente o referencial teórico utilizado para refletir sobre as questões principais desta dissertação, a partir das atuais dinâmicas apresentadas pelo novo espírito do capitalismo. A compreensão de como esses dispositivos são normatizadas dentro da escola contribuem para refletir sobre a construção social da cultura empreendedora dentro do IFMS. As mudanças no mundo do trabalho, bem como suas relações com as mudanças na educação profissional, permitem buscar conexões de sentidos, já que às instituições educacionais podem ser um importante dispositivo que leva ao engajamento no sistema neoliberal. A normatização desta relação pode ser observada em alguns documentos institucionais atrelados à educação, especialmente nos últimos 20 anos no que se refere à educação profissional no Brasil.

Para além, o referencial teórico utilizado permite pensar sobre um tipo particular de empreendedorismo que chama atenção, com características singulares, também compreendido como empreendedorismo social, e a forma como este fenômeno ganha sentido por meio dos autores aqui referenciados a partir de perspectivas e conjunções específicas. O objetivo do próximo capítulo é compartilhar como o percurso etnográfico deste trabalho foi desenhado, partindo da análise do espaço designado na instituição para o empreendedorismo, das práticas pedagógicas relacionadas ao PEMIN, que nesta pesquisa correspondem às etapas do edital de

empreendedorismo do IFMS no ano de 2022, concluindo com a análise de documentos, especificamente o projeto pedagógico do curso técnico em Informática com um olhar específico sobre como o empreendedorismo é apresentado neste documento.

3 “NÃO QUERO IR PARA A FACULDADE, QUERO SER EMPREENDEDOR!”: CONSTRUÇÃO SOCIAL DE ESPAÇOS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DISCURSOS OFICIAIS

Continuei durante todo o ano de 2022 acompanhando as atividades relacionadas ao edital de fluxo contínuo para pré-incubação 023/2022 do IFMS. Já me sentia mais segura transitando naquele ambiente, porque embora a instituição me fosse familiar, as atividades e locais sobre o empreendedorismo me eram desconhecidos. Agora procura me apresentar nestes ambientes, não como servidora, mas como pesquisadora e achava bem interessante a curiosidade, tanto dos alunos quanto dos professores sobre minha pesquisa e sobre o porquê de estar ali.

Andar com meu caderno de campo em mãos e fazer anotações durante os encontros e as conversas tornou-se corriqueiro, diferentemente de quando no início, sentia receio de intimidar meus interlocutores com aquele caderno e caneta na mão, embora isso não tenha acontecido sempre. Compartilharei ao longo deste capítulo, alguns momentos específicos de tensão no campo de pesquisa, onde anotar ou não, gravar ou não, acabou se tornando desafios e percalços da pesquisa.

Diante disso, optei por preservar a identidade de meus interlocutores, e, quando possível, juntar vozes e algumas vezes dividir falas. Isso se justifica quando o fazer etnográfico acontece permeado por relações de poder, perfazendo espaços em que muitas vezes, como pesquisadores, estamos em uma posição inferior em relação a estas mesmas dinâmicas de poder que estudamos (CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014). Este é o meu caso em que os processos sociais que pesquiso acontecem dentro do espaço em que desenvolvo minha atividade profissional e as relações de poder estão intrínsecas nestas dinâmicas.

Uma estratégia semelhante, ainda que em outro cenário, foi utilizada por Sennett (2021), admitindo que esta forma de escrever poderia forçar a confiança do leitor, o autor se justifica ao buscar conquistar uma narrativa bem-feita e coerente com as vidas sociais. “Minha esperança é ter refletido com exatidão o sentido do que ouvi, embora não, exatamente, as circunstâncias” (2021, p. 11). Ao estruturá-lo desta maneira, meu objetivo, é o de garantir credibilidade e confiabilidade dos dados obtidos, e em certa medida, de manter segura a posicionalidade desta pesquisa como aqui já compartilhado, já que ela se desenvolve em um contexto social e político específico e penso que compartilhar essas questões explicam sua própria natureza antropológica de ser.

Rodrigues (2011), ao explicar as possibilidades de pesquisa na educação pelos estudos de Weber, justificou que a realidade ganha sentido conforme o olhar que o pesquisador lança sobre ela. Para ele, “as ações sociais praticadas pelo cientista social em seu trabalho de investigação, que são da mesma natureza das ações praticadas por qualquer homem ou grupo de homens por ele investigado, são, portanto, fundamentais” (2011, p. 52). Será nesta teia de relações que mergulharei e que compartilharei neste capítulo.

Considero oportunas as reflexões da antropóloga Bernadete Beserra sobre a pesquisa antropológica na educação de que a “Antropologia perturba porque apresenta o funcionamento cotidiano das instituições modernas, como, aliás, sempre apresentou, no caso das tradicionais” (BESERRA, 2017, p. 16). E a importância da pesquisa etnográfica se justificava porque, ainda segundo Beserra,

Diferentemente do olhar sociológico mais preocupado em captar a mudança num sentido mais abrangente e mais abstrato, o nosso interesse é compreender, com o recurso da etnografia, cada escola, cada sala de aula, cada professor, cada aluno e a forma particular como individual ou coletivamente articulam o desejo das políticas públicas de produzir um certo tipo de educação, e suas condições concretas de fazê-lo (BESERRA, 2017, p. 18).

Durante este percurso e provavelmente, por já estar participando das atividades e processos dos quais pesquisei, acabei por me tornar um rosto comum dentro daquele ambiente. Isso ficou mais claro para mim, quando uma docente me questionou se, quando eu terminasse minha pesquisa, teria interesse em contribuir com as atividades da TecnoIF - Incubadora Mista e Social de Empresas do IFMS, já que em certa medida eu estava conhecendo um pouco mais sobre aquele setor ainda em construção, tanto físico como de seus sentidos, e desconhecido por grande parte dos agentes que compõem aquele campo. Também me sentia mais pertencente aquele ambiente e aquelas atividades quando os professores me avisavam dos cronogramas das etapas que iriam acontecer e me convidaram para participar.

Aos poucos fui compreendendo que os processos relacionados ao empreendedorismo ainda estavam em construção e começava a enxergar, em certa medida, que a sociedade se apresentava entrelaçada entre aqueles indivíduos (RODRIGUES, 2011). O ambiente físico e social, aquela sala onde as atividades aconteciam, as próprias atividades pedagógicas relacionadas ao empreendedorismo, e o projeto pedagógico de curso, mais especialmente seus sentidos, eram construídos durante as ações sociais que aconteciam. Esses processos ainda não se apresentavam interdependentes nas minhas reflexões, porém durante a etnografia, alguns indícios de que seus sentidos se constituem mutuamente foram aparecendo na escrita dos dados

etnográficos, ainda que neste capítulo tenha optado por apresentá-los em seções separadas de forma a auxiliar na compreensão e na construção desta interdependência.

Assim, este capítulo será dividido em três partes: na primeira compartilho a construção física e social do ambiente da TecnoIF a partir de um olhar etnográfico pautado nas mudanças onde o próprio ambiente possui um propósito em construção para aqueles agentes. Sugiro um olhar antropológico para os espaços, mais especificamente este espaço físico destinado a ser um dos locais da cultura empreendedora dentro da instituição como forma de pensar construção de sentidos a partir da construção de espaços sociais. Como este ambiente foi pensado? Para ser utilizado de que forma? Sua construção e ocupação faz parte de processos de conflitos dentro da instituição? Como ele se materializa, para os agentes que ali frequentam, como espaço para o empreendedorismo?

Na segunda seção sigo o percurso etnográfico do PEMIN – Programa de empreendedorismo e inovação do IFMS onde o enfoque será dado às práticas pedagógicas abordadas pela instituição; acompanhando em campo as atividades relacionadas ao edital de fluxo contínuo PROPI nº 023/2022, vinculado ao PEMIN. Desde 2016, anualmente é lançado pela instituição um edital de pré-incubação, mas é a partir de 2021 que o termo “*cultura empreendedora*” aparece como um de seus objetivos. Além da etapa “mercado de ideias”, acompanho também as próximas atividades, onde os alunos participam de uma capacitação em empreendedorismo. O objetivo é compreender como a prática pedagógica é abordada, de forma que a partir dos seus sentidos, ela esteja associada à construção social da cultura empreendedora dentro da instituição.

Na terceira e última parte deste capítulo, construo uma etnografia de documentos, para compreender e interpretar o projeto pedagógico do curso técnico em Informática do campus Campo Grande com foco no termo empreendedorismo. Alguns questionamentos guiam a minha investigação: O que nos dizem esses projetos pedagógicos? Como o empreendedorismo é apresentado nestes documentos? Quais sentidos estes documentos possuem?

3.1 ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL

Ainda no primeiro semestre de 2022, quando conversava com um professor na sala da TecnoIF, designada especificamente para atender as atividades direcionadas ao empreendedorismo e inovação do IFMS – campus Campo Grande, um aluno entrou e disse: “professor, posso falar com você? Tive uma ideia de um negócio muito bom!” O aluno sentou-se à mesa comigo e com o professor e começou a falar sobre a ideia de criar um aplicativo. Ao

final o discente disse: “acho que dá para ganhar dinheiro com isso”. O professor fez algumas ponderações, assinalou que era uma ideia interessante e que poderia ser amadurecida futuramente. O aluno se despediu e continuei a conversa com o professor. Ele me disse que estava se tornando comum ouvir dos alunos que ao invés de irem para a universidade preferem, quando terminarem o ensino médio, empreender e ter o seu próprio negócio.

Me chamou a atenção o fato de o aluno perceber que aquele ambiente ali onde estávamos era propício para ele dividir sua ideia, já que uma das finalidades da TecnoIF, segundo seu Regimento Interno¹⁸, é identificar e apoiar potenciais empreendedores para que possam desenvolver suas próprias atividades empresariais. Bourdieu (2013), no texto *Espaço Físico, espaço social e espaço físico apropriado*, propõe distinguir o espaço físico do espaço social para que a partir daí surja a indagação de como e em que este mesmo espaço físico, sua localização “pode afetar a representação que os agentes têm de sua posição no espaço social e, portanto, de sua própria prática” (2013, p. 136).

Em outro momento, ao chegar para acompanhar uma das atividades na mesma sala percebi que ela estava vazia, pela janela de vidro, olhando para o lado de dentro, verifiquei que ela continha poucos objetos. Dentro havia alguns móveis de marcenaria planejados, feitos recentemente graças a um incentivo no valor de R\$ 10.000,00 e disponibilizados através de um edital publicado pelo instituto no ano de 2021, cujos recursos seriam utilizados para serem aplicados na estruturação das salas de inovação¹⁹. A sala também tinha algumas mesas, cadeiras e folders com propaganda da incubadora de ideias. A sensação é de um lugar ainda inacabado, recém montado, cujo uso ainda está em definição.

Parece que, na prática, o objetivo é que haja um ambiente físico, onde a comunidade, não só a escolar, possa tomar como referência caso queiram conversar sobre empreendedorismo. Como destacado por Bourdieu (2013), o espaço social não é o mesmo que o espaço físico, embora ele tenda a se realizar neste espaço, o que explica muitas vezes a dificuldade de constituí-los enquanto espaços separados porque “O espaço, tal como nós o habitamos e como o conhecemos, é socialmente marcado e construído” (2013, p. 136). Desta forma, continuo a descrição do espaço físico na medida em que busco compreender a construção do espaço social.

¹⁸ <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regimentos/regimento-interno-da-tecnoif-incubadora-mista-e-social-de-empresas.pdf>

¹⁹ Acesso em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/servidores/edital-no-086-2021-estruturacao-dos-ambientes-integrados-de-inovacao-ocupados-pela-tecnoif-incubadora-de-empresas>.

Embora o objetivo fosse de que o espaço físico também se tornasse referência para a comunidade externa ao campus, percebi que durante o período em que estive ali, ao longo daquele ano, que a sala era frequentada especialmente por professores da área de administração e alguns poucos grupos de alunos que vieram incentivados por esses próprios professores a propor ideias de negócios para o edital. Inclusive o próprio aluno citado no início desta seção é um caso deste. Filho de pais empresários, têm uma condição social diferente da maioria dos alunos do IFMS²⁰. Assim, não foi naturalmente que ele identificou aquele espaço físico, como espaço social para o empreendedorismo. Além de possuir algumas disposições para tanto, a influência dos professores foi determinante para isso. E os outros alunos? Os que não possuem tais disposições? O que determina com que alguns alunos sejam estimulados a participar da atividade e outros não?

Em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as diferenças sociais de um modo deformado (mais ou menos) e, sobretudo, mascarado pelo efeito de naturalização acarretado pela inscrição durável das realidades sociais no mundo físico: diferenças produzidas pela lógica social podem, assim, parecer emergidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”) (BOURDIEU, 2013, p. 134).

O campus Campo Grande possui mais de 8 mil m² de área construída. Para quem chega a primeira vez ali, descobrir onde está a sala da TecnoIF sem a devida orientação pode ser complicado. Não há sinalização específica, ela está instalada nas chamadas salas modulares, não possui uma identificação que possibilite enxergar à distância. De fato, a sala não chama a atenção de quem passa por ali, como pode ser visualizado na figura a seguir.

²⁰ Em levantamento feito no ano de 2020 sobre o perfil do aluno, o IFMS mostrou que 33,54% dos alunos possuem uma renda per capita de até 1 salário mínimo e 22,05% de até meio salário mínimo. Disponível em Perfil do estudante do IFMS, campus Campo Grande, divulgado em: <https://www.youtube.com/watch?v=u9bbWbkkfho&t=1220s>

Figura 1 – Sala modular onde fica a TecnoIF no campus Campo Grande.



Fonte: Registro Próprio

Não só o ambiente físico, mas o próprio responsável pelas atividades que ali eram realizadas me pareceu um tanto quanto perdido no objetivo de como colocar em prática as etapas do programa de empreendedorismo. Tive essa percepção, pois, ao informar que pretendia acompanhar especialmente a etapa de “imersão” do edital, onde os alunos participam durante 30 dias de aulas com temáticas voltadas para o empreendedorismo, ele me informou que esta parte ainda estava em elaboração e que não sabia ainda quais seriam os cursos disponibilizados para os alunos e como necessariamente esta etapa iria funcionar. Era mais um indício de que os processos relacionados ao empreendedorismo dentro do campus estão em construção de sentidos e significados.

Diferente de outros campi, a sala da TecnoIF no campus Campo Grande funciona em salas modulares de modo improvisado, porque segundo o mesmo professor, estes ambientes foram projetados para as instalações de onde seria um hotel tecnológico, mais um espaço destinado a inovação no campus. De acordo com ele, é importante destacar o conceito deste termo para as pessoas, pois aconteceu um fato que causou surpresa em outro campus. Neste fato o professor explicou que foram construídas suítes, quartos com banheiro, como se

realmente fossem um hotel mostrando que nem a equipe técnica do projeto arquitetônico entendiam o que era para ser um hotel tecnológico.

Em vários momentos das nossas conversas o professor me disse que a comunidade acadêmica não sabe o que é e para que serve aquele ambiente. Eu questionei se ele achava que o fato daquela sala não estar totalmente pronta poderia influenciar nisso, e ele concordou. Ele disse que muitos ali dentro confundem inovação com pesquisa e, portanto, não compreendem, ou tem muita dificuldade em compreender o porquê desses espaços. Ainda, para o professor, muitos agentes daquele campo são contra o modelo do empreendedorismo, principalmente quem é marxista.

Utilizei a deixa e perguntei se ele achava que era possível pensar no empreendedorismo voltado para a construção de um tipo de educação e ele respondeu que estamos exatamente no meio de um processo de transição, já que o modelo de educação atual está ultrapassado. Aproveitei o rumo que nossa conversa estava tomando e a disponibilidade do professor em me atender e conversar comigo que fiz alguns outros questionamentos. Não tinha estruturado estas entrevistas, nem havia pensado que de fato naquele momento iríamos conversar, mas essas são as surpresas que a etnografia nos apresenta, às vezes quando menos esperado é quando assuntos interessantes aparecem nos diálogos. Falei para o professor que durante o campo, minha percepção era de que o sentido de empreendedorismo era bem plural, com significados diferentes e questionei se ele achava que isso contribuía para a resistência da maioria dos docentes e alunos em se envolverem naquelas atividades.

Para o professor, que é da área de administração, o conceito de empreendedorismo está em evolução e é muito mal interpretado pela sociedade que confunde empreendedor com empresário. Ainda, segundo ele, alguns docentes da instituição ainda acham que ser empreendedor é ser dono do seu próprio negócio, sendo que este conceito nem é mais utilizado²¹. Para ele, o empreendedorismo dentro da escola refere-se a um tipo de habilidade. Questionei se ele não achava que, como estamos falando de uma educação profissional voltada para o mundo do trabalho, poderia levar a crer que o empreendedorismo dentro da escola estaria atrelado a um tipo de trabalho. Ele respondeu que não especificamente a um tipo de trabalho, mas sim focado em habilidades que permitam aos alunos serem capazes de “resolver problemas” em diferentes circunstâncias de suas vidas.

Ao analisar os documentos institucionais sobre incubação de empresas, consta que a TecnoIF é um agente facilitador do processo de geração e consolidação de empreendimentos

²¹ Ao realizar a análise do projeto pedagógico do curso será possível perceber que é justamente esse conceito que consta no documento.

inovadores, por processo da formação complementar de empreendedores em áreas compatíveis, em seus aspectos técnicos e gerenciais, com as atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pelo IFMS.²² Para cumprir seus objetivos, a TecnoIF tem como base o PEMIN como forma de fomentar a *cultura empreendedora* na comunidade interna e externa.

Retomo ao edital nº 086/2021 – Propi/IFMS, publicado em 2021, para a estruturação dos ambientes integrados de inovação ocupados pela TecnoIF. Este local foi pensado, segundo o documento, como um ambiente para que se pudessem desenvolver atividades relacionadas ao empreendedorismo. Especificamente, o apoio concedido foi financeiro, para a implementação de projetos de marcenaria planejada. Alguns critérios como conforto, acessibilidade e funcionalidade deveriam integrar este espaço como uma forma de estimular o interesse de toda a comunidade acadêmica pelas temáticas relacionadas ao empreendedorismo.

Ao analisá-lo, alguns termos me chamaram a atenção como *hubs* de inovação. O objetivo é “a formação de hubs de inovação que fortaleçam o ecossistema sul-mato-grossense sob o protagonismo da TecnoIF no âmbito de suas unidades locais.” (EDITAL PROPI, 2021, p. 1). Fui em busca da definição deste termo. O site do Sebrae²³ informa que *hubs* “são ambientes baseados na filosofia da inovação aberta, ou seja, que buscam, por meio da colaboração, gerar oportunidades de parcerias bem-sucedidas para o desenvolvimento de soluções inovadoras.” Em certa medida, o fundamento seria semelhante ao de uma praça, como ponto de conexão entre pessoas, sendo que no caso dos *hubs*, elas se baseiem especialmente em empreender e inovar e está diretamente associado ao conceito de ecossistema de inovação:

Na literatura científica internacional, o termo ecossistema de inovação é usado para descrever um ambiente onde estão presentes empreendedores, empresas dos mais diversos tamanhos, indústria, comércio, serviços, conhecimento oriundo da academia e de outras instituições científicas, além de políticas públicas no sentido de construir uma interação harmônica e colaborativa entre os diversos atores. (FELIZOLA; DE ARAGÃO, 2021, p. 10)

Uma das linhas de análise desses autores partiu da relação dos ambientes com seus atores, nestes casos específicos os ecossistemas universitários, ecossistemas de incubadoras, ecossistemas dos parques tecnológicos ou ainda outros formatos a partir destas relações com um destaque importante dado ao caso das universidades. Porém, Felizola e De Aragão (2021) alertam para o fato de que é necessário fazer um contraponto no caso das universidades, já que

²² Artigo 2º, acesso em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regimentos/regimento-interno-da-tecnoif-incubadora-mista-e-social-de-empresas.pdf/view>.

²³ Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-e-um-hub-de-inovacao-e-como-funciona.32b22cb3509c4810VgnVCM100000d701210aRCRD>

é previsível que acadêmicos que pesquisam esses locais, reflitam a favor sobre a importância das universidades nesse ecossistema. Em sua pesquisa os autores encontraram palavras-chave que ajudam a compreender o funcionamento dos ecossistemas de inovação, estão entre elas: competição, cooperação, coexistência, objetivos em comum, atores, inovações tecnológicas, instituições, conexões, interesses individuais.

Outro destaque feito pelos autores é de que esses ecossistemas de inovação são espaços de “muito conflito e cooperação e com a participação de um número bem amplo de atores” (FELIZOLA; DE ARAGÃO, 2021, p. 20) ainda que seja alertado por eles a necessidade de mais pesquisas sobre ecossistemas universitários. No caso da TecnoIF do campus Campo Grande, no período que realizei esta pesquisa etnográfica, os atores que frequentavam o local costumavam ser os mesmos: alguns poucos alunos que eram incentivados a se inscrever nos editais pelos docentes, professores em sua maioria da área de administração ou em cargos de gestão e pouquíssimos técnicos administrativos exercendo atividades mais relacionadas a apoio administrativo.

Fiquei refletindo sobre a possibilidade daquele ambiente ser um ambiente de conflitos, afinal o espaço social também objetiva as relações de poder. Bourdieu (2013) afirma que o domínio sobre o espaço é confirmado, ou poderíamos dizer legitimado, “pela posse do capital sob suas diversas espécies”, e segundo o autor “se retraduz no espaço físico apropriado sob a forma de uma distribuição espacial das posses ou das oportunidades de acesso aos bens e serviços raros, privados ou públicos”. (2013, p. 141) Comecei a treinar o olhar etnográfico para esta questão de modo a tentar perceber se ali naquele espaço havia conflitos que eu talvez não estivesse conseguindo enxergar. Me lembrei das alunas que acompanhei no início da pesquisa e que haviam desistido de continuar alegando que precisavam se dedicar aos estudos por estarem nos anos finais do ensino médio.

Será que realmente foi este o motivo? De alguma maneira, me questioneei, se elas não poderiam ter sentido que aquele espaço social não era para elas. Afinal, permanecer e frequentar esses espaços requer um certo capital cultural, econômico e quanto mais específico, como é o caso por se tratar de um ambiente para o empreendedorismo, requer um capital social prévio. Esses espaços inclusive, acabam excluindo ainda que não claramente, “todos aqueles que não apresentam todas as propriedades desejadas, ou que apresentam (ao menos) uma das propriedades indesejáveis” (Bourdieu, 2013, p. 140).

A partir das reflexões pensei em conversar com algumas pessoas que não necessariamente tivessem atividades vinculadas ao empreendedorismo, ou que não frequentam assiduamente aquela sala. Meu objetivo era compreender os possíveis sentidos que aquele

espaço, e mais especificamente o empreendedorismo pudesse ter para aquelas pessoas. Alguns trabalhos que pesquisam esta temática e buscaram interpretar esses fenômenos dentro da escola utilizando do novo espírito do capitalismo, optaram por desenhar sua coleta de dados privilegiando, ora o olhar do aluno, ora o que diziam seus documentos²⁴ norteadores. A pesquisa etnográfica me permitiu uma visão mais holística para essas questões dentro da escola buscando não privilegiar um tipo de técnica de coleta de dados ou de discursos, mas buscando um olhar antropológico que me permitisse apresentar os diferentes outros que compõem esse campo.

Foi assim, após uma conversa com uma professora do campus, que me foi apresentada a possibilidade de um olhar também por meio dos gestores escolares. Ao questioná-la sobre o espaço da TecnoIF a professora compartilhou suas impressões. Para ela, não existe uma diretriz, um norte, um caminho, um objetivo real pensado para a TecnoIF. Tanto os documentos da base epistemológica do pensamento²⁵, da formação do indivíduo, de uma formação omnilateral²⁶, muito menos como esse espaço seria utilizado para que realmente fizesse parte a formação integral do aluno. Para ela, essas orientações não existem, e conclui: “para mim hoje a TecnoIF é só um espaço, um espaço bonitinho.”

A partir deste diálogo busquei conversar com mais pessoas na instituição, especialmente as que em grau maior ou menor, estivessem relacionadas à gestão escolar. Nem sempre o acesso a todos os agentes do campo aconteceu de forma tranquila. Mais uma vez, anotar ou não anotar no caderno de campo durante a pesquisa etnográfica tornou-se uma questão. Em um dos casos, quando entrei em contato com um gestor por telefone, ele disse que estava me respondendo o que eu perguntava sobre empreendedorismo, mas que aquilo não era de fato uma resposta oficial como em uma entrevista estruturada e me sugeriu agendar uma entrevista para que o fizesse de maneira formal.

Neste momento captei a tensão que pairava para algumas pessoas falar sobre empreendedorismo dentro da escola. Tinha dúvidas se o receio era sobre o tema ou sobre a forma de abordagem. Após conseguir um horário com este mesmo professor para conversarmos

²⁴ Cito a pesquisa “*Empreender para alcançar o mundo?*” A reforma do Ensino Médio e o Ensino Técnico Integral da autora Maria Clara Pereira dos Santos (2022) onde a implementação do curso de empreendedorismo na escola foi analisada a partir do olhar dos discentes e o trabalho *O Novo “espírito do capitalismo” na reforma curricular do ensino médio da rede pública estadual do RS*, de Cleriston Petry (2017) onde a análise dos discursos foi feita a partir da interpretação de documentos.

²⁵ Mais esclarecimentos podem ser encontrados em: *Formação No e Para o Trabalho* da professora Sandra Soares Della Fonte.

²⁶ Para a autora Marise Nogueira Ramos em *História e Política da Educação Profissional*, a natureza filosófica, da formação integral dentro da educação profissional. expressa “uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são constituídas pelo trabalho, a ciência e a cultura.” (RAMOS, 2014, p. 87)

“oficialmente”, me lembro que cheguei na sala e perguntei se poderia gravar a conversa. Não sei por que tomei essa decisão, até o momento já havia tencionado as questões sobre fazer anotações ou não durante a pesquisa etnográfica e já havia me convencido de que, quanto menos anotasse durante as atividades que participava, mais tranquilo era meu caminhar por aquele espaço. Mas, talvez, pela pressão que senti de fazer algo formal, com agendamento de entrevista e tudo mais, acabei questionando se poderia gravar. Neste mesmo momento, quando ia ligar o celular, percebi que não deveria ter tomado essa atitude. Na hora, o docente perguntou se eu tinha um termo de consentimento livre esclarecido para que ele assinasse e pudesse se resguardar sobre o que iríamos conversar.

Me lembrei de um ensaio que havia lido chamado *O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'* da antropóloga Cláudia Fonseca. Nele a autora reflete sobre a especificidade da pesquisa etnográfica em condições sociais e políticos atuais e como esses dilemas interferem na pesquisa antropológica. No trabalho, a autora compartilha a visão da Associação Brasileira de Antropologia - ABA e de sua então presidente Miriam Grossi²⁷ sobre o não reconhecimento da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). “Além de termos nosso código de ética, não reconhecemos que pessoas da área médica possam julgar as implicações éticas de nosso trabalho – que é julgado, e com grande rigor, por nossos pares” (GROSSI *apud* FONSECA, 2007, p. 41).

Fonseca, ao analisar uma etnografia da prática, que segundo a autora ganha destaque após os anos 70, quando os antropólogos enfocam processos sociais em transformação, questionando como as sociedades se transformam, mostra que muitas vezes nesta lógica, o que não nos é dito, os locais, práticas culturais, atos, formas e jeitos é o que compõe o arcabouço de dados que será utilizado pelos antropólogos. As desigualdades de poder, as relações conflituosas, a política e seus contextos são parte constituinte de nossos textos, tendo o próprio texto etnográfico um “trabalho político”, segundo a antropóloga.

Juízes, assistentes sociais, professores e outros profissionais das camadas médias – mesmo reconhecendo que “estão sendo pesquisados” – raramente imaginam que o estilo de suas roupas, sua entonação de voz e atitudes corporais, suas brincadeiras informais ou brigas institucionais podem ser considerados dados relevantes para a análise antropológica. (FONSECA, 2007, p. 45).

²⁷ Miriam Pillar Grossi foi membro da diretoria da ABA entre 2004 e 2006 junto com: Peter Henry Fry, Cornélia Eckert, Antonella Tassinari, Esther Jean Langdon, Flavio Braune Wiik, Lia Zanotta Machado, Jane Beltrão, Elisete Schwade e Emília Pietrafesa de Godoi.

Tentando encontrar a melhor saída para a situação, na frente do professor, optei por não gravar e não anotar nada. Tentei levar nossa conversa para outros temas da forma mais tranquila. Decidi depois daquela situação que, na maioria das vezes, as próximas abordagens deveriam acontecer de forma mais natural possível e que, as anotações poderiam ser feitas em outro momento. Entendi que, para determinados sentidos que eu buscava compreender, até agendar ou não uma conversa, anotar ou não anotar um diálogo, pedir autorização para gravar, fazia parte de um campo que, pode não parecer, mas está em tensão. Como alerta Bourdieu sobre a relação entre o pesquisador e o pesquisado é que essa relação “produz um efeito de censura muito forte, redobrado pela presença do gravador: é sem dúvida ela que torna certas opiniões inconfessáveis” (2008, p. 701).

Mas porque o tema do empreendedorismo gerava essas situações? Porque para uns era tranquilo falar sobre o assunto, já para outros parecia uma forma de se comprometer com alguma coisa? Em outro momento, ao encontrar outra professora, iniciamos um bate papo sobre o empreendedorismo dentro da escola. Questionei qual seria o sentido da cultura empreendedora ali naquele lugar. Conversamos por mais de uma hora. A professora disse que via o empreendedorismo na escola como algo contraditório, mas essa contradição, estava no fato dele aparecer, nos projetos pedagógicos de curso, por exemplo, como algo significado a um tipo de trabalho. A professora também lembrou que essa não era a razão da educação profissional, embora a legislação referente aos institutos federais oriente para a formação de um futuro profissional técnico, ela lembrou que na essência esse aluno precisa sair da instituição com uma formação completa, integral, que relaciona cultura, trabalho e ciência. Um aluno crítico e reflexivo sobre o mundo em que vive.

Mas, ao mesmo tempo, ela disse que dentro da escola não se estava fomentando uma cultura empreendedora e que isso era importante, porque estava relacionado a uma postura diante do mundo que se espera dos nossos alunos. Era como se o empreendedorismo, para ela, tivesse que ser algo natural, fazer parte cotidiano da escola. Por várias vezes, em sua fala, repetia que o empreendedorismo deveria fazer parte do dia a dia, mas não o empreendedorismo reconhecido como abrir um próprio negócio, mas sim relacionado a habilidades e competências para viver no mundo.

Aproveitei e perguntei sobre a sala da TecnoIF, se ela a reconheceu como um espaço para aprofundar as temáticas relacionadas ao empreendedorismo na instituição e me disse que hoje, aquele ambiente, não tinha essas características, que era apenas uma sala bem arrumada servindo a outros propósitos e lembrou que o empreendedorismo não deveria estar fechado em

uma sala, ele deveria estar em todo lugar. Neste caso, o espaço social do empreendedorismo deveria ser diferente do espaço físico.

Em outro momento, ao encerrar uma atividade dentro da sala da TecnoIF, o responsável disse ao público presente que o objetivo havia sido passar as bases para os alunos empreenderem em qualquer momento da vida e que essas técnicas e habilidades fazem parte de um projeto de formação de competências muito maior que está em construção dentro dos institutos federais. Propôs a necessidade de arrumar a sala da TecnoIF, pois “tinha cara mais de um hospital” e que o objetivo principal era desenvolver uma cultura empreendedora na instituição.

O que eu estava percebendo, ao transitar naquele espaço, conversar com as pessoas e direcionando meu olhar para o empreendedorismo era que ele estava em um constante processo de legitimação. A construção de seus sentidos compõe esse processo. Aos poucos me parecia que era essa a relação entre querer ou não falar sobre empreendedorismo dentro da escola: como se falar sobre algo que estivesse relacionado a um tipo de trabalho precário fosse aceitá-lo e ir contra os princípios epistemológico da educação profissional, mas ao transformá-lo um conjunto de características e habilidades que poderiam ser desenvolvidas nos alunos ele já perdia esse lado de algo “errado”.

De todos os interlocutores que conversei, apenas uma pessoa disse ser contra “o fato de o empreendedorismo estar dentro da escola”. Os outros, a depender do sentido que atribuíam, relativizam seu ensino escolar. Outros agentes dentro daquele campo podem não concordar com ensino do empreendedorismo dentro da escola, mas muitos não falam ainda do assunto, ou por entenderem que debatê-lo possa legitimá-lo ou por não enxergarem como uma ameaça de fato a qualidade da educação naquele momento. O espaço social da TecnoIF compõe esse processo. Há uma busca por legitimá-lo ainda que isto não seja evidente.

No encerramento daquela atividade ficou mais claro de que a construção daquele espaço social como legítimo ao empreendedorismo também estava em disputa. Se uma forma de o legitimar seria transformá-lo em empreendedorismo social, na medida que sua justificativa de mudar uma realidade social fosse torná-lo aceitável ao maior número de pessoas, outra forma seria não o considerar como de fato aconteceu na prática. O objetivo final foi realmente se o empreendimento daria lucros ou não aos seus proponentes. “O espaço apropriado é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e provavelmente sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida” (BOURDIEU, 2013, p. 135)

3.2 MERCADO DE IDEIAS

O segundo semestre de 2022 começou com um novo responsável pelas atividades relacionadas ao empreendedorismo na TecnoIF. Mais uma vez precisei marcar uma conversa para apresentar minha pesquisa na expectativa de acompanhar os novos alunos que se inscreveram para participar das atividades. O edital Propi nº 023/2022 é publicado anualmente para a seleção de projetos de negócios para integrar a TecnoIF. Ele prevê quatro etapas que acontecem durante a pré-incubação do negócio proposto, são elas: “mercado de ideia”, onde a banca avalia e dá instruções necessárias para tornar o negócio viável. A próxima etapa é a “imersão”, com duração de 30 dias, onde as equipes participam de capacitações sobre empreendedorismo para, entre outras coisas, “despertar seu perfil empreendedor”. Em seguida acontece a etapa de “execução”, onde as equipes aprimoram e desenvolvem os serviços, produtos ou protótipos que foram modelados na primeira etapa.

A última e quarta etapa referem-se à “apresentação final”, com o “produto pronto” para uma nova banca. Como abordado anteriormente, as duas alunas nas quais acompanhei a apresentação da etapa inicial, desistiram de continuar com a atividade, justificando precisarem se dedicar ao final do curso e preparo para o ingresso na universidade. Meu objetivo era acompanhar novos alunos que se inscrevessem para participar destas atividades relacionadas ao empreendedorismo na instituição.

O professor responsável me respondeu o e-mail pedindo que eu enviasse um resumo da minha pesquisa para que ele pudesse compreender do que se tratava antes de conversarmos. Encaminhei as informações conforme ele solicitou e agendamos a conversa. Um misto de sentimentos passava por mim, teria que explicar novamente sobre a pesquisa e esclarecer que meu objetivo não era de fazer julgamentos do tipo certo ou errado, mas sim que buscava uma compreensão de um processo social em fluxo. A todo momento eu era lembrada de que estava em um espaço social em construção.

Mais uma vez, o levar o caderno de campo para anotar minhas impressões ou gravar a conversa em áudio se apresentou como questão para mim. Principalmente porque, quando eu estava acompanhando uma das atividades e anotava quase em ritmo frenético no meu caderno de campo, ouvi de um professor o seguinte comentário: “nossa você anotou bastante coisa hoje né?” O comentário do professor me fez refletir sobre um possível interesse em saber quais questões mais se apresentavam como ponto de reflexão para mim, e como em certa medida me parecia que a questão do empreendedorismo era enigmática. Às vezes legitimada, às vezes não entendida. Frequentemente eu procurava compartilhar com todos os agentes ali meus objetivos

e como participar daquelas atividades era importante para que eu compreendesse a construção social da cultura empreendedora dentro do campus Campo Grande.

Optei por levar meu caderno já que me sentia mais segura como pesquisadora. O professor estava agitado, ainda que muito solícito. Embora eu tentasse falar da minha pesquisa várias vezes, a impressão é de que ele queria me mostrar outros caminhos que eu poderia trilhar sobre o trabalho. Me sugeriu leituras e abordagens diferentes das que eu dizia seguir. Foi durante esta conversa, falando sobre as atividades do edital que eu estava acompanhando e sobre a TecnoIF em si que percebi que essas questões ainda não estavam consolidadas para aqueles agentes e sobretudo que estavam em construção. Talvez por isso o professor insistisse em me apresentar outras possibilidades de pesquisa.

Certas entrevistas trazem numerosos traços do trabalho que faz o pesquisado para dominar os constrangimentos inerentes na situação ao mostrar que ele é capaz de assumir sua própria objetivação e de tomar ele mesmo o ponto de vista reflexivo cujo projeto está inscrito na própria intenção da pesquisa (BOURDIEU, 2008, p. 702).

Figura 2 – Momento durante as atividades na sala da TecnoIF.



Fonte: Foto tirada pelo professor e disponibilizada para uso na pesquisa. Ao fundo, eu com meu in(separável) caderno de campo.

A etapa de abertura das atividades do edital de pré-incubação, consistia na “Mercado de Ideias”. Para participar houve duas inscrições: uma constituía do aluno que mencionei anteriormente, que havia entrado na sala quando eu, em um momento anterior conversava com o antigo coordenador das atividades, e dito que tinha tido uma boa ideia de negócio e que preferia ser empreendedor ao ir para a universidade. Já a outra inscrição foi feita por um grupo de três alunos. Não acompanhei presencialmente essa etapa, mas como ela foi gravada, pude assistir aos vídeos com as apresentações e fazer as análises que compartilharei nos próximos parágrafos.

A primeira apresentação durou aproximadamente dois minutos. O aluno demonstrou desenvoltura, argumentava sobre suas ideias de negócio com segurança e firmeza embora tenham utilizado poucos minutos para isso e interrompido seu raciocínio de forma abrupta e concluído sua fala. Já o segundo grupo demorou cerca de 8 minutos entre o uso de slides, falas e diálogos. A principal diferença entre as ideias de negócio compartilhadas nesta etapa que me chamou a atenção foi sobre os negócios sociais. Na primeira apresentação ficou mais evidente que o objetivo era uma transformação social enquanto na segunda a ideia girava em torno do retorno financeiro. Essas questões me chamaram atenção porque de acordo com o edital nesta etapa o objetivo da banca seria dar instruções para tornar a ideia de negócio viável ainda que o objetivo principal é de que os projetos visavam não apenas os lucros dos sócios, mas também a transformação social do local onde o ele seria instalado.

A próxima etapa, chamada de “imersão”, terá duração de 30 dias. O objetivo é que os alunos participassem de capacitações relacionadas com a temática do empreendedorismo, entre outras coisas, despertando seu perfil empreendedor. Nesta etapa eles realizaram cursos online sobre empreendedorismo disponibilizados no site do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. O edital não informa qual seriam estes cursos. Questionei ao professor quais cursos seriam sugeridos aos alunos realizarem e por mais de uma vez ele me disse que seriam os que tivessem relacionados a temática do empreendedorismo no site.

Buscando saber exatamente quais seriam esses cursos, pois acredito que eles sejam de fundamental importância na construção da cultura empreendedora, e pode ser realizado pelos alunos do IFMS, acabei por curiosidade entrando no site e realizando eu mesma um dos cursos online disponíveis. Para construir a interpretação que busco nesta pesquisa, compartilho algumas formas de atuação que acredito serem relevantes sobre o SEBRAE. Especialmente a relacionada a cultura empreendedora, pois de acordo com o próprio site, o SEBRAE ajuda “a construir um país onde as pessoas tenham mais liberdade de empreender”. Continua o site: “no despertar das habilidades individuais e levando conhecimento para que o empreendedor

brasileiro”, formando assim uma “cultura empreendedora no país”, através de seu principal vetor, que seria a educação empreendedora.²⁸

A educação empreendedora não consiste em apenas abrir e gerenciar um negócio, mas procura, também, desenvolver habilidades para que as pessoas se tornem capazes de enfrentar desafios, alcançar objetivos e promover transformações na sociedade. O resultado disso é a disseminação de um comportamento empreendedor que prepara as pessoas para atuar no mercado de trabalho dentro de uma empresa ou administrando o próprio negócio. (SEBRAE, 2023, não paginado)

Na aba inicial do site, é possível escolher o tema educação. Dentro dela algumas outras opções, cliquei em por estudante. Ao abrir a página aparecem três possibilidades de perfil empreendedor do estudante para escolha: futuro empresário, engajado e realizador. Escolhi engajado. Nesta página me chamou a atenção um curso chamado *Como agir de maneira empreendedora*²⁹. Comecei a assisti-lo e irei compartilhar algumas impressões. No início do curso são apresentadas as atitudes que levam o empreendedor a buscar soluções para seus problemas, quais sejam: saber aonde quer chegar, identificar e aproveitar oportunidades, manter-se bem informado, persistir e buscar autonomia.

O curso é dividido em quatro unidades, irei focar as duas primeiras unidades que respectivamente abordam as seguintes temáticas: o que é empreender e características empreendedoras. De acordo com a explicação oferecida, empreender está relacionado a sonho, a transformar uma ideia em negócio, em fazer as coisas acontecerem, sendo que qualquer pessoa pode desenvolver um padrão de comportamento empreendedor, embora cite a questão do insucesso que se apresenta como uma possibilidade de aprendizado e evolução, contribuindo para um comportamento empreendedor que mistura razão, emoção e ação.

Consta ainda a informação que, de acordo com a última pesquisa GEM³⁰ publicada, o Brasil é um dos países com maior taxa de atividade empreendedora do mundo e sugere conhecer e refletir mais sobre a atividade empreendedora conhecendo os resultados da pesquisa. Realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), o relatório da *Global Entrepreneurship Monitor – GEM*, divulgado em 2021, mostra que o Brasil possui 43 milhões de empreendedores, formal ou informal, ficando em 6ª posição, atrás de países como Guatemala, Cazaquistão, Polônia e Turquia.

²⁸ Disponível em: <https://oqueosebraefaz.com.br/>

²⁹ Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/como-agir-de-maneira-empreendedora,2ac0b8a6a28bb610VgnVCM1000004c00210aRCRD>

³⁰ Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Sebrae%2050+50/Not%C3%ADcias/gem-fev-2022.pdf>

Este relatório apresenta uma queda de mais de 5% na quantidade de jovens, entre 18 e 24 anos, considerados empreendedores iniciais, ou seja, que abriram pela primeira vez seu próprio negócio no ano da pesquisa. Outro dado para o qual chamo a atenção é o motivo pelos quais as pessoas têm empreendido. Enquanto houve uma diminuição entre os que empreendem para ganhar a vida pois os empregos são escassos, houve um aumento nos que pretendem empreender para fazer a diferença no mundo.³¹ O número de empreendedores escolarizados, com ensino superior completo, também cresceu, de acordo com a pesquisa, totalizando 28,5% do número de empreendedores, ainda que a maioria, 47,1% possuam apenas o ensino médio completo.

Ao abordar as características empreendedoras, a segunda unidade do curso, salienta os comportamento e hábitos que podem ser desenvolvidos por empreendedores, entre eles estão: proatividade, estratégico, bons relacionamentos, disposição e inclinação para fazer sempre mais e melhor, flexível às mudanças, resiliente, confiante, otimista e determinado. Essas características também são apresentadas aos alunos que estão participando das atividades da TecnoIF. Continuei acompanhando a etapa de imersão, os alunos estavam realizando uma atividade e o professor, que estava aplicando a atividade, propôs que eles pensassem nas perguntas que poderiam ser feitas aos futuros clientes. Uma outra professora, que também participava da atividade, lembrou aos alunos que o empreendedorismo social se propunha a ajudar o outro e por isso deveriam se perguntar sobre o que outro precisa, qual a demanda daquela pessoa?

Na mesma atividade o professor questionou se alguém sabia o que era a técnica 5W2H³². Os alunos levantaram as mãos dizendo que sim e o professor escolheu um deles para apresentar. Eu não tinha a menor ideia do que se tratava e a princípio fiquei surpresa deles saberem. Foi quando, em uma outra conversa com o professor, ele me lembrou que esses alunos já tinham algumas disciplinas que abordam essas questões, como a disciplina de empreendedorismo. O objetivo era pensar em um plano de ação para ser realizado em um curto prazo. São sobretudo novas formas de pensar sobre o tempo: demandas, realizações, a organização do tempo e o tempo de trabalho (SENNETT, 1999). Encerradas as atividades e após reler minhas anotações

³¹ Em 2020, 82% dos empreendedores diziam empreender por conta da escassez dos empregos, enquanto em 2021 esse número foi de 77%. Já os que informaram empreender para fazer diferença no mundo passou de 66% em 2020 para 76% em 2021.

³² Trata-se de uma ferramenta gerencial utilizada para mapear e padronizar processos. “É de cunho basicamente gerencial e busca o fácil entendimento através de definição de responsabilidade, métodos, prazos, objetivos e recursos associados. A sigla em inglês representa as iniciais das palavras why (porquê), what (o que), where (aonde), when (quando), Who (quem), how (como) e how much (quanto custa).” (DOS SANTOS; GUIMARAES; DE BRITO, 2013, p. 98)

no caderno de campo, refleti mais uma vez sobre a questão tempo e a necessidade atual de se fazer tudo em curto prazo de tempo.

Mais uma atividade seria realizada nos próximos dias dentro da etapa “imersão”. O professor me explicou que se tratava do “mapa da empatia”. Seria uma outra ferramenta utilizada pelo campo da administração e que serviria para mapear os sentimentos dos possíveis clientes. Cheguei mais cedo e encontrei os alunos na porta da sala aguardando as atividades iniciarem. Aproveitei para conversar um pouco com eles, perguntei se eles tinham empreendedores na família e a resposta foi negativa. Pedi para eles me falarem da ideia de negócio deles e depois de apresentarem, perguntei de onde tinha vindo a ideia. Eles não souberam responder bem, mas afirmaram que o objetivo era ganhar dinheiro. Os alunos também me faziam perguntas, queriam saber em qual setor eu trabalhava na instituição, qual era o objetivo da minha pesquisa.

Fui respondendo e conversando com eles, que estavam interessados em saber se era um bom negócio ser servidor público. Me falaram que tinha concurso aberto para o IFMS e que pretendiam fazer. Interessante que embora focados na atividade de empreendedorismo, os alunos estavam pensando em várias possibilidades de como levar a vida. Aproveitei e questionei sobre a universidade, qual era o lugar dela para eles e me disseram que ela era o principal, que se o negócio desse certo era pura sorte, o mais importante era a universidade.

Os professores chegaram e as atividades retornaram. Ao aplicar o mapa da empatia o professor disse que o objetivo era refletir sobre o que o cliente diz, fala, ouve, vê, pensa, sente e isto ajuda na hora de modelar o negócio. Esta estratégia, segundo ele, ajuda a mapear uma dor ou quem sabe uma inovação que ainda não foi descoberta. Ele propôs algumas perguntas que poderiam guiar a elaboração de um perfil comportamental do futuro cliente.

Figura 3 – Questões apresentadas no slide durante a aula

Quais pessoas e ideias te influenciam? Como se sente em relação ao mundo? Suas preocupações? Seus sonhos? O que se passa em sua cabeça? Como se sente em relação a vida? Quais frases ouve dos pais, amigos?
--

Fonte: Elaboração Própria

Um dos alunos que participava da atividade observou que se sentia quase um psicólogo ao fazer esses questionamentos para o cliente. Os outros alunos concordaram e riram da

observação. De acordo com o professor estas técnicas permitem ampliar o leque de possibilidades em relação ao produto ou serviço que será oferecido. Ele propõe fazer um mapa da empatia com os alunos, como se eles fossem o cliente da TecnoIF. Uma das perguntas feitas foi sobre o que os alunos pensam e sentem em relação a TecnoIF? As respostas dos alunos foram: se o negócio iria dar certo, outro aluno disse raiva e ambição e outra empolgação. O docente entregou pequenos papéis coloridos para os alunos e pediu para que eles escrevessem o que sentiam e colocassem no quadro de atividades.

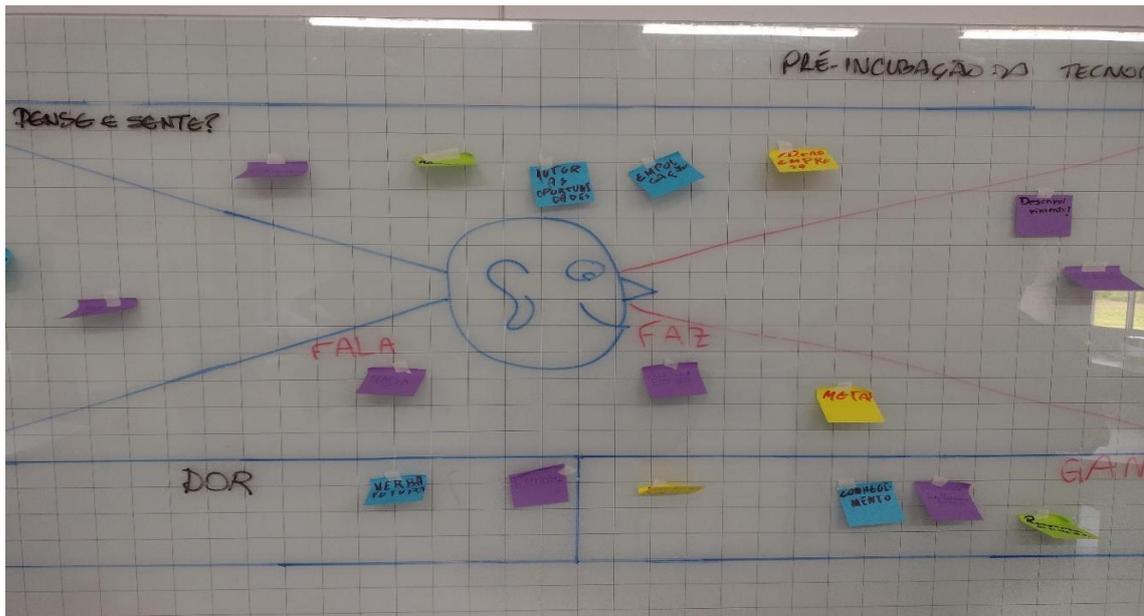
Figura 4 – Alunos elaborando o mapa da empatia



Fonte: Registro Próprio

Ao final da atividade o professor perguntou se eu gostaria de tirar uma foto do mapa, aproveite e anotei algumas palavras que os alunos escreveram: oportunidade, vida futura, empolgação, criar uma empresa, bons profissionais, responsabilidade. Me despedi e combinamos que eu voltaria na fase final agora das apresentações.

Figura 5 – Mapa da empatia



Fonte: Registro Próprio

A última etapa, referente a “apresentação final”, aconteceu no encerramento do segundo semestre de 2022. Quando cheguei na sala estavam presentes os docentes que comporiam a banca final de avaliação das propostas, alguns diretores do campus, professores e servidores ligados de alguma maneira a TecnoIF. O clima era de encerramento de atividades e de semestre, havia um lanche na mesa para a confraternização final. Percebi que apenas um grupo iria apresentar o trabalho e questionei o motivo da desistência do outro aluno. Mais uma vez a resposta era de que ele precisava se dedicar aos estudos e especialmente a entrada na universidade por estar concluindo o semestre.

Os alunos começaram a apresentação, estavam nervosos e ansiosos, contudo, conseguiram explicar bem a ideia de negócio que tinham elaborado durante todas as etapas do edital. Optei por não mencionar qual foi a ideia de negócio proposta pelos alunos, primeiro porque acredito que seja indiferente na construção desta pesquisa, mas especialmente por questões de propriedade intelectual³³, já que futuramente os negócios propostos por eles podem ser patenteados. Como assinalado por Boltanski e Chiapello (2020), as questões de direitos intelectuais, sob esse novo espírito do capitalismo, passam a ser tratados com características de contrato de locação, uma nova forma de relação com a propriedade privada. Segundo os autores,

³³ De acordo com o edital nº18/2023 – PROPI/IFMS de submissão de propostas de registro e/ou depósito de propriedade intelectual advindas das atividades de ensino, pesquisa ou extensão desenvolvidas por servidores ou estudantes da instituição e tem como objetivo identificar e proteger as produções intelectuais tangíveis e intangíveis, com potencial inovador, desenvolvidas no IFMS ou em parceria com outras instituições públicas ou privadas por meio da propriedade intelectual (direito autoral, propriedade industrial e proteção sui generis).

o homem preferirá locar casa e o carro que utiliza, por exemplo, ciente da quantidade de mudanças que irá realizar ao longo da vida, ao invés de adquirir esses bens materiais de modo permanente. No caso das ideias, antes consideradas um bem comum, agora necessitam ser objetificadas em patentes.

Ao final das apresentações, houve a avaliação da proposta concluída, feita por uma nova banca formada por docentes da instituição. Duas falas dos docentes me chamaram a atenção no encerramento das apresentações: primeiro um dos professores criticou o segmento de clientes escolhido pelos alunos. Para ele existiria um outro nicho de mercado no qual os alunos poderiam absorver e onde o retorno financeiro seria maior. Outro ponto que me chamou a atenção durante a apresentação foi a dificuldade de identificar naquele negócio uma proposta de empreendedorismo social. Lembrando que um dos objetivos do edital é de que as propostas realizassem mudanças na realidade social próxima da instituição. Um dos docentes da banca, inclusive, se mostrou atento a isto e lembrou aos alunos se eles haviam pensado sobre o descarte de material que seria utilizado de forma que não agredisse ao meio ambiente.

3.3 DISCURSO OFICIAL

Desde que entendi que para a construção do conhecimento que buscava com esta pesquisa, precisaria aprofundar a análise de alguns documentos específicos da instituição, um questionamento me sondou: como seria realizar uma pesquisa etnográfica a partir de documentos? Como seria olhar etnograficamente para esse grupo de papéis que trazem significados importantes para esse trabalho? Me lembrei das palavras da professora Mariza Peirano (2014) quando argumenta que etnografia não é propriamente um método, mas sim formulações *teórico-etnográficas*.

De acordo com a antropóloga, etnografar compõe um processo instintivo. Conclui que as perguntas que estavam permeando meus pensamentos, talvez fossem respondidas após o contato com os documentos. Ou quem sabe eu não respondesse as perguntas, mas sim elaborasse novos questionamos a partir deles, afinal esse seria o objetivo da etnografia, ainda segundo Peirano, “alcançar novos voos, provocar novas dúvidas, ampliar o leque de possibilidades interpretativas.” (PEIRANO, 2014, p. 387)

A empiria, necessária a pesquisa antropológica, para compreendermos o sentido das formulações teórico-etnográficas, aconteceria do estudo destes documentos. O texto, junto dos acontecimentos, eventos, cheiros, gostos, sons, palavras, momentos e tudo mais que pode afetar nossos sentidos, fazem parte do material que analisamos. Compõe os ingredientes que Peirano

classifica como a boa etnografia: consideração do contexto da situação, transcrição da experiência em texto e eficácia social das ações de forma analítica. (PEIRANO, 2014)

Assim procuro nesta seção, ao olhar etnograficamente para os documentos, interpretações que a antropologia me permita, de forma a considerar especialmente, as entrelinhas e subjetividades na sua elaboração e construção, ao invés de privilegiar somente o embasamento a partir de legislações que o orientam e regulamentam. Desta forma, esta seção visa olhar para os questionamentos, que muitas vezes não estão escritos no projeto pedagógico do curso, mas que compõe fundamentalmente sua elaboração, dando sentido ao seu existir. Para tanto, serão dados dois enfoques principais, primeiro a forma como o empreendedorismo e suas possíveis explicações aparecem neste documento e, conseqüentemente, o perfil do egresso que será construído através dos objetivos deste projeto pedagógico que é esperado pela instituição.

A escolha da análise do Projeto Pedagógico do Curso de Informática³⁴ nesta pesquisa se dá por questões que acredito serem relevantes e que irei compartilhar. O primeiro é que este curso é o que obtém maior procura da sociedade. De acordo com informações da própria instituição³⁵ em 2020 ele foi o curso mais concorrido de todo o IFMS computando 10,40 candidatos por vaga. É também nas carreiras ligadas à informática que é possível perceber mais nitidamente as transformações nas relações de trabalho. Abordo mais sobre essa questão no trabalho intitulado *O trabalho como princípio educativo: a formação profissional em uma instituição pública de Campo Grande/MS sob a ótica da antropologia do trabalho* (CASTELANI; CRUZ, 2021).

O primeiro PPC foi elaborado em 2010 e teve algumas alterações em 2017 e o segundo PPC em 2019, já dentro do período em que a reforma do ensino médio havia sido publicada, mais especificamente, a Lei nº 13.415/2017 – que alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional ainda que na prática, ou no documento, essa alteração não apareça. Desde o PPC de 2010 o empreendedorismo é considerado uma disciplina na instituição, embora no documento mais recente a proposta apresentada seja:

“a caracterização efetiva de um novo modelo de organização curricular que privilegia as exigências do mundo do trabalho cada vez mais competitivo e mutante, no sentido de oferecer à sociedade uma formação profissional compatível com os ciclos tecnológicos” (INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2019, p. 12).

Mas, antes de entrar propriamente no PPC, optei por buscar o empreendedorismo em outros documentos que balizam a reforma do ensino médio: a lei que altera a LDB já

³⁴ Irei me referir daqui para frente no texto a este documento como PPC, na expectativa de tornar o texto mais dinâmico.

³⁵ Acesso em: <https://www.ifms.edu.br/noticias/processo-seletivo-registra-mais-de-4-mil-candidatos>.

mencionada aqui, o que inclui a BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Meu objetivo não será aprofundar a análise destes documentos, na medida que alguns recentes trabalhos já o fizeram e podem contribuir com este entendimento³⁶, mas sim utilizá-lo como fio condutor para compreender seu sentido na construção dos discursos a partir dos documentos do IFMS, de modo a fazer parte da construção social da cultura empreendedora neste local. Estes documentos, especialmente relacionados a uma instituição pública, não possuem fundamento por si só, fazem parte de grupo de resoluções, leis, decretos, planos e projetos que se sustentam.

Busquei olhá-los como sugere Vianna (2014) a partir de um “aldeamento”, não somente em arquivos e pastas numeradas fisicamente como propõe a autora, mas como forma de inter-relação entre eles, compondo grupos de significados que muitas vezes podem perder sentidos se olhados separadamente. Procurei agrupá-los conforme sua utilização, como uma possível fundamentação para a construção do PPC. Mesmo trabalhando na educação, essa quantidade de normas, leis, decretos e regulamentos muitas vezes são confusos e se perdem nesse emaranhado de normatização. Tentarei demonstrar da forma mais clara possível este entrecruzamento, de modo que o enfoque seja no termo empreendedorismo.

Início pela lei 13.415/2017 também conhecida como Novo Ensino Médio, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 e o artigo 35-A da mesma lei que trata sobre a BNCC, que é um dos documentos que norteia a elaboração de projetos pedagógicos das escolas. A facilidade de acessá-los hoje pela internet é um ponto significativo, embora o contraponto seja a aventura de definir quais pertencem a este “aldeamento” e devam ser etnografado. Além da BNCC, também compõe a estrutura da nova lei o artigo 36 que trata dos itinerários formativos.

Retomo para um dos pontos importantes da lei que altera a LDB, chamada de Novo Ensino Médio. Os próprios termos utilizados para se referir a esta lei, como novo ou reforma pode transparecer uma mudança positiva, porém é necessário questionar os objetivos dessa reforma. Reforma para quem? Para construir que tipo de sociedade? Trata-se de uma reformulação nas estruturas de políticas educacionais onde não houve debates e reflexões na sociedade. Como afirma Piolli e Sala (2021, p. 2) esta reforma “mudou significativamente a estrutura do Ensino Médio no país, alterando vários artigos da Lei 9.394/1996, a Lei de

³⁶ Destaco a recente dissertação de mestrado "O novo ensino médio: a transição da compreensão de empregabilidade para o empreendedorismo", de Amanda Campos Maia. A pesquisa concluiu que o conceito de empreendedorismo apresentado na BNCC, possui concepções de sociedade, de homem, além de um projeto de nação cujas ações estão orientadas para o mercado.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que é o principal dispositivo normativo infraconstitucional da educação brasileira.”

O artigo 35-A sobre a BNCC, por exemplo, inclui em seu campo de normatização o ensino médio. Procuo olhar para este documento agora de forma a encontrar como o empreendedorismo é ali apresentado. Ele define o que considero aprendizagem essencial ao longo do ensino básico, sendo que seus fundamentos pedagógicos serão baseados no desenvolvimento de competências e habilidades nos estudantes, seguindo o enfoque adotado por órgãos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco.

Esta mudança de enfoque em relação à educação, sobretudo de um ensino conteudista para um ensino baseado na construção de competências e habilidades, está no cerne da crítica a esse novo sistema de ensino que, em suma, acaba por atender uma demanda do mercado. Competências, por exemplo, está relacionada ao que os alunos devem saber a partir da constituição do conhecimento, habilidades, atitudes e valores e no saber fazer, alinhados especialmente com as necessidades e concepções do mundo do trabalho, mais ainda no “saber-ser”, ou seja, na forma como devem se comportar neste mundo, como apreendê-lo, o que sentir, querer e desejar. Estes saberes se apresentam como uma antítese do que seja burocrático e racionalizado. Como explicam Boltanski e Chiapello:

De modo mais geral, pondo-se a tônica na polivalência, na flexibilidade de emprego, na capacidade de adaptar-se a novas funções, em oposição ao domínio de uma habilidade, em qualificações adquiridas, na capacidade de assumir compromissos e comunicar-se, nas qualidades relacionais, a nova gestão empresarial volta-se para aquilo que se denomina, com frequência cada vez maior, “saber-ser”, em oposição ao “saber” e ao “saber-fazer” (2020, p. 131).

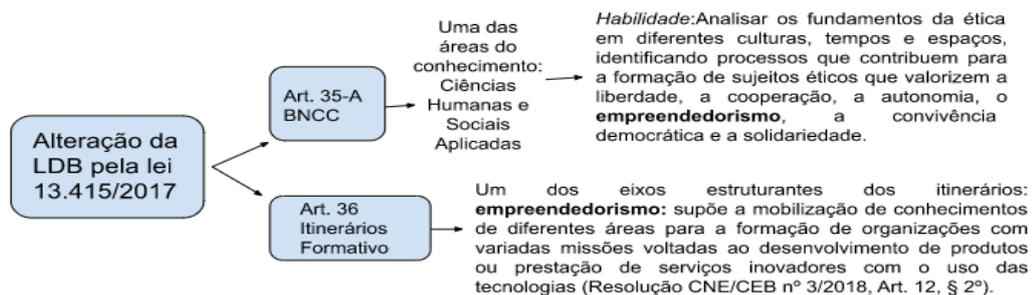
Um ponto importante que cabe destaque é que, ao relacionar as competências que devem ser desenvolvidas para o mundo do trabalho, a BNCC entende este mesmo mundo do trabalho como *complexo e imprevisível*, considerando que o projeto de vida do aluno será viabilizado dentro das capacidades de se *adaptarem, com flexibilidade*, a estas novas condições de ocupação do trabalho. Destaco estas questões porque embora o texto tente mostrar que essa adaptação ao mercado “não significa a profissionalização precoce e precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho” (BRASIL, 2018, p. 465), o mesmo parágrafo diz que ao desenvolver as competências necessárias eles poderão se inserir no mercado de trabalho de forma crítica e responsável “adaptando-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.” (BRASIL, 2018, p. 465). Ou seja, o

documento é contraditório porque mesmo dizendo que não, o que de fato se espera do aluno é que ele adquira competências e habilidade para se adaptar a este mercado de trabalho, ao invés de questioná-lo ou transformá-lo. É a partir de então que a escola deve se estruturar de maneira a:

[...] proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade ((BRASIL, 2018, p. 466).

Entre os eixos estruturantes que compõem os itinerários formativos está o empreendedorismo. Outro trecho que destaco do documento corresponde às habilidades específicas esperadas no ensino das ciências humanas, aplicadas ao ensino médio, que de modo geral refere-se no documento a competência de identificar e combater injustiças e preconceitos respeitando todos os direitos humanos. A imagem abaixo apresenta um esquema sobre como o empreendedorismo está presente na nova lei sobre o ensino médio.

Figura 6 – Esquema da lei 13.415/2017 com foco no empreendedorismo



Fonte: BRASIL, 2017. Elaboração própria.

O que podemos constatar é que a BNCC, especialmente para o caso do ensino médio, “defendem uma formação instrumentalizada, limitada a desenvolver habilidades e competências para adequação do estudante às realidades do mundo do trabalho flexível, instável, composto por relações trabalhistas frágeis” (MAIA, 2022, p. 10). E toda essa normatização orienta a elaboração dos projetos pedagógicos de curso das instituições escolares. Além disso, o empreendedorismo dentro deste documento ocupa espaço de sentido de duas

formas: quando compões um dos eixos estruturantes dos itinerários formativos, o empreendedorismo se refere a um tipo de trabalho, já quando aparece como uma habilidade esperada relacionada a área de conhecimento das ciências humanas e sociais, refere-se a um jeito de ser e viver o mundo.

Retomo o PPC 2019 do IFMS, onde consta que entre os documentos que compõem o “aldeamento” de sua fundamentação geral e organização, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações, ainda que fundamente a construção do documento nas alterações da LDB de 96, não está claro que se trata das novas diretrizes da BNCC e do Novo Ensino Médio, como prazo para adaptação às novas diretrizes curriculares até 2022³⁷. Um destaque importante a se fazer sobre os projetos pedagógicos do IFMS, em relação ao empreendedorismo e seus sentidos dentro deste documento, é que desde 2010 ele consta como uma disciplina no documento, com a mesma quantidade de carga horária, equivalente a 40 horas/aula, sendo que a mudança é em relação ao nome da disciplina que passa de empreendedorismo para empreendedorismo e inovação.

Em uma das memórias das reuniões que ocorreu entre a equipe de trabalho que elaborou o documento, consta que foi levantada a questão de mudar a ordem da disciplina de empreendedorismo no PPC com a justificativa de que os conhecimentos sobre como gerir uma empresa deveriam ser antecipados. De acordo com o argumento, são necessários conhecimentos empreendedores previamente para que os alunos pudessem criar uma concepção de uma empresa e formas de atuação nela e no mercado de trabalho, para que no próximo semestre, ao cursarem novas disciplinas, os estudantes já tivessem conceitos de gestão de empresas. Uma forma de abordagem do empreendedorismo enquanto gerir empresas e ter seu próprio negócio.

Um questionamento que permeia essas análises em relação aos projetos pedagógicos de curso é de quem são as pessoas, dentro deste campo, que têm legitimidade para elaborar documentos que normatizam e regem a educação? No caso do PPC há uma comissão formada especialmente por professores e pedagogos que elaboram o documento, mas em última instância a aprovação final acontece através de um Conselho Superior.³⁸ O conselho é formado por representantes docentes, discente, técnico-administrativo, egresso, sociedade civil, entre outros. Oliveira (2004) afirma que a reestruturação da organização escolar permite uma maior

³⁷ De acordo com o cronograma de implantação da lei, a data limite para as alterações seria o ano de 2022. Com a troca de governo e a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a discussão sobre a nova lei entrou novamente no debate atual de modo que este prazo foi mais uma vez estendido, girando em torno entre revogar ou não a nova lei.

³⁸ Acesso em <https://www.ifms.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-colegiados/conselho-superior/composicao>

participação da sociedade civil em decisões relacionadas a procedimentos que anteriormente requeriam uma especialização, e que este fato contribui para uma precarização do trabalho docente.

No momento em que eu conversava com uma das professoras da instituição sobre o PPC, ela fez uma observação sobre a equivalência da carga horária da disciplina de empreendedorismo, com outras disciplinas que ela considera relevante na formação do aluno, e que fazem parte do núcleo articulador do projeto, mostrando a importância que a disciplina de empreendedorismo tem para a instituição. O quadro abaixo mostra que, em relação a ementa e a bibliografia básica, houve algumas alterações:

Figura 7 – Quadro comparativo dos Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática referente aos anos de 2010 (com alterações em 2017) e 2019.

Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática 2010		Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática 2019	
Unidade Curricular: EMPREENDEDORISMO	30 h/r 40 h/a	Unidade Curricular: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	30 h/r 40 h/a
Ementa: Conhecer e aplicar os conceitos de empreendedorismo no processo de tomadas de decisão. Identificar o perfil do empreendedor. Identificar as principais características do empreendedor. Identificar o papel dos empreendedores dentro das empresas. Elaborar Planos de Negócios. Mercado atual e laboralidade. Bases do empreendedorismo. Modelo de negócio. Ambientes de apoio ao empreendedorismo. Planos de negócios.		Ementa: Tipos de Empreendedor e Empreendimentos. Perfil empreendedor. A inovação e sua importância para a competitividade nos negócios. Identificação de oportunidades de Negócios. Modelagem de negócio. Questões legais de Constituição da Empresa.	
Bibliografia Básica:		Bibliografia Básica:	
DOLABELA, F. Oficina Do Empreendedor – A Metodologia De Ensino Que Ajuda A Transformar Conhecimento Em Riqueza. São Paulo: Sextante Campus, 2008.		DORNELAS, José. Empreendedorismo, transformando ideias em negócios. 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018. 288 p.	
DOLABELA, F. O segredo de Luiza. São Paulo: Sextante Campus, 2008.		DORNELAS, José. Introdução ao Empreendedorismo: desenvolvendo habilidades para fazer acontecer. São Paulo: Empreende, 2018. 160 p.	
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.		OSTERWALDER, Alex et al. Value proposition Design. Tradução por Bruno Alexander. São Paulo: HSM do Brasil, 2014. 320 p.	
DEGEN, R. J. O empreendedor – empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson / Prentice Hall, 2009.			
Bibliografia Complementar:		Bibliografia Complementar:	
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo – Dando Assas Ao Espírito Empreendedor, São Paulo: Saraiva, 2008.		KOTLER, Philip. Marketing 4.0. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. 208 p.	
DRUCKER, P. Inovação e Espírito Empreendedor: Entrepreneurship – Prático e Principios. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.		BLANK, Steve. Startup: Manual do Empreendedor o guia passo a passo para construir uma grande companhia. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014. 572 p.	
SALIM, C. S. Introdução ao Empreendedorismo. São Paulo: Campus, 2009		TOLEDO, Marcelo. Dono: um caminho revolucionário para o sucesso da sua empresa. Rio de Janeiro, RJ:	

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017; 2019.

Nos dois documentos o empreendedorismo está atrelado a um saber fazer relacionado a gerir empresas e empreendimento. Esta questão fica mais evidente quando analisamos o perfil esperado do profissional ao concluir o curso, onde faz parte da especificidade da formação deste profissional criar e gerenciar um empreendimento. Esta é uma característica nos dois documentos.

Saliento que, no caso da educação profissional há ainda documentos mais específicos, embora a BNCC se refira ao ensino médio de forma geral, a Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021 irá definir as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Esclareço este ponto porque esta pesquisa aborda uma construção

social que está em andamento, a partir de recentes alterações legais que ainda geram dúvidas e controvérsias dentro da própria educação profissional. Embora possa parecer ao ler a reformulação da lei 13.415/2017 que ela não trata especificamente do ensino médio profissional “dando a falsa impressão de que a reforma não atingiria a Educação Profissional, ela teve consequências diretas para essa modalidade de ensino” (PIOLLI, SALA, 2021, p. 23). E é exatamente por isso, como lembram os autores, que pesquisas empíricas precisam estar acontecendo no chão da escola, para realmente compreender como a real implantação dessas normatizações estão acontecendo.

Retomo as diretrizes citadas no parágrafo anterior, nela a temática do empreendedorismo aparece dentro da estruturação dos cursos da educação profissional, considerando – o como um dos fundamentos aplicados aos cursos. Além disso, o documento afirma no artigo 28 sobre o que devem os cursos da educação profissional, como um incentivo ao desenvolvimento da capacidade empreendedora. É possível perceber neste documento também que o empreendedorismo ora ele se refere a um tipo de trabalho, ora referindo-se a um conjunto de habilidades específicas esperadas dos alunos para agir no mundo do trabalho.

Como observei até aqui, estes documentos normatizadores utilizados nesta pesquisa etnográfica são componentes de um “aldeamento”, e estão buscando legitimar diferentes sentidos do termo empreendedorismo. E estas questões integram o processo social aqui analisado, como a construção social da cultura empreendedora dentro do IFMS. Assim, busco no próximo capítulo a análise e interpretação dos dados apresentados até aqui como forma de construir o tipo egresso empreendedor social.

4 EGRESSO EMPREENDEDOR SOCIAL – OS SENTIDOS EM DISPUTA

Os caminhos percorridos para a construção de uma pesquisa giram em torno de diferentes destinos e possibilidades. Neste capítulo o objetivo será compartilhar aquilo que foi possível encontrar durante o percurso desse trajeto. Para aquilo que havia pensado, o primeiro pré-projeto para admissão no programa, até o que ele realmente se tornou hoje, há um grande e valoroso processo de aprendizado pessoal e espero resultados que possam contribuir com a sociedade em que vivemos.

Me lembro de algumas discussões e debates que ocorreram durante as primeiras aulas do mestrado, em especial na disciplina de metodologia de pesquisa em Antropologia Social. Nos questionamos se a pesquisa antropológica tinha a “responsabilidade”³⁹ de mudar algo, alguma realidade social do mundo que vivemos. Várias vezes, ouvindo as ponderações dos colegas, me sentia em dúvida. Aos poucos, fui compreendendo que a resposta era algo muito particular e fazia parte de um emaranhado de sentidos que atribuímos ao mestrado em nossas relações. Mas ainda não tinha muita certeza de qual era a minha resposta, do que eu pensava sobre o assunto.

Foi durante a leitura do livro *Sociedade de Esquina*, do antropólogo William Foote Whyte (2005), que cheguei bem perto do meu entendimento sobre essa questão. Ao compartilhar a história da pesquisa etnográfica que realizou em uma região pobre e degradada em Corneville, EUA, habitada por imigrantes italianos, o autor mencionou um importante diálogo que teve com seu principal informante, chamado Doc, antes de iniciar a investigação. Ele conta que apresentou tudo que podia sobre sua pesquisa, sobre o que pretendia fazer, sobre o papel do informante neste processo e de tudo que ele precisava que fosse lhe mostrado. Doc então pergunta a Foote Whyte se ele queria escrever algo sobre aquela realidade que iria encontrar.

O antropólogo responde que sim, em algum momento. Doc questiona se ele pretende, ao escrever, mudar as coisas. De certa maneira ele queria saber se o objetivo da pesquisa era melhorar a realidade daquelas pessoas, contribuir de alguma forma. Foote Whyte (2005, p. 295) responde que sim, que não tem como chegar naquele local, ver a realidade daquelas pessoas e não desejar que as coisas mudem, embora compreenda que cada pessoa faz aquilo para qual se adequa melhor “Não quero ser um reformador, e não sou talhado para ser político. Só quero

³⁹ Optei por colocar a palavra responsabilidade entre aspas, justamente porque discutimos várias vezes se esta palavra era a mais adequada para as reflexões que estamos nos propondo a fazer. Embora algumas vezes outras palavras a substituíssem em nossas conversas, volta e meia era responsabilidade que usávamos.

entender essas coisas o melhor que puder e escrever sobre elas, e se isso tiver alguma influência...” ao que Doc responde: “Acho que você pode mudar as coisas desse jeito. Na maior parte das vezes, é assim que as coisas são mudadas, escrevendo sobre elas.”

Assim, neste capítulo, busco compartilhar os achados em campo, os resultados que foram possíveis, neste espaço de tempo desta pesquisa, e discuti-los com os autores utilizados no referencial teórico. De modo a apresentar os possíveis sentidos que entrelaçam empreendedorismo e educação profissional, para chegar ao objetivo principal desta pesquisa, que é a compreensão da construção social da cultura empreendedora dentro do IFMS, *campus* Campo Grande.

Para tanto, lanço mão da ferramenta tipo ideal, desenvolvida pelo sociólogo Max Weber, para compreender as ações sociais aqui observadas. Esta metodologia ajuda “na compreensão de determinados aspectos que interessam para uma análise específica, por meio de um confronto entre o real e o não-real, entre aquilo que é idealizado e o empírico” (SCHÜTZ; DA SILVA, 2018, p. 142). Utilizando esse recorte da realidade, aqui apresentado, que procuro analisar e interpretar os dados encontrados, com o auxílio da etnografia em campo.

No que se refere à investigação, o conceito do tipo ideal propõe-se formar o juízo de atribuição. Não é uma “hipótese”, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos (WEBER, 2003, p. 106).

Para isso retomo os objetivos específicos desta dissertação refletindo sobre a relação entre educação profissional e as disposições econômicas, compartilhando o que identifiquei como os sentidos do empreendedorismo dentro da escola e o modo como eles permeiam um campo em tensão da educação profissional. São diversos sentidos e um dos papéis da antropologia é permitir aos antropólogos a possibilidade de estar em campo antes dos acontecimentos ou dos fatos, ou ainda durante a construção de situações e eventos que terão uma grande relevância, fornecendo “estruturas únicas para a compreensão desses eventos, estruturas que possam incorporar a conjuntura vivida pelos sujeitos nos cenários pesquisados em análises que levem em conta processos de mais longo prazo” (NEIBURG; THOMAZ, 2020, p. 1).

4.1 RESULTADOS, DISCUSSÃO E O QUE ESTA PESQUISA TEM A DIZER

A entrevista do ex-ministro da educação do Brasil, Milton Ribeiro, sobre o fato de que, para ser útil à sociedade os institutos federais devem formar seus alunos para o mercado de

trabalho, é um exemplo paradigmático que utilizei durante as discussões desta dissertação. Especialmente para refletir sobre a relação entre a educação profissional e as disposições econômicas. Embora Ribeiro tenha apresentado de forma mais clara em suas declarações que a razão da educação profissional é formar para o mercado de trabalho e, conforme apresentado no primeiro capítulo estas declarações tenham permeado as discussões que se referem a educação profissional, o que se percebe hoje dentro da escola é que elas têm tomado caminhos ambíguos, como é o caso do empreendedorismo.

Empreendedorismo inicialmente se refere a um tipo de trabalho precarizado, mas como cerne de sua ressignificação também representa algo glamouroso e celebrativo, embora a epidemia de coronavírus tenha escancarado sua falácia para os próprios trabalhadores (LEITE; LINDÔSO, 2021). Na educação sua relação pode ser encontrada na precarização e reestruturação do trabalho docente (OLIVEIRA, 2004) e nos processos de controle empresarial e privatização da educação que alteram seus sentidos (CATINI, 2020). Eles compõem não só as faces da construção de um modelo profissional (COLBARI, 2007) mas também e especialmente, a construção de um “saber-ser” de indivíduos como forma de viver o mundo fazendo uso da cultura empreendedora.

Retomo o argumento utilizado por Colbari (2007) de que o empreendedorismo se apresenta como um “fenômeno cultural expressando hábitos, práticas e valores, referindo-se inicialmente a um sujeito, mas depois se deslocando para a organização”. (2007. p,77). Este argumento é interessante porque contrapõe o que foi percebido dentro do IFMS. Por exemplo, a partir da análise dos documentos, foi possível identificar que o empreendedorismo se refere a algo relacionado à organização, ao negócio e a empresa, e só depois ele passa a vislumbrar uma cultura, ou seja, a práticas e valores, caracterizando também uma forma de ser e viver outras relações. É possível estender esse entendimento até o tipo empreendedorismo social, onde espera-se que o aluno tenha como objetivo, ao propor uma ideia de negócio, a mudança de realidade social.

O empreendedorismo social no IFMS passa a fazer sentido também na sua relação com valores pessoais. Isso fica mais claro quando na cena etnográfica apresentada no início deste trabalho, o motivo de empreender das alunas é melhorar algo no mundo social. Também pode ser percebido na fala de alguns docentes, quando acreditam que mesmo que os negócios propostos pelos alunos não vinguem, o mais importante é que eles tenham assimilado uma maneira de ser empreendedora. “Diante desta perspectiva, os conteúdos relativos a práticas e valores do empreendedorismo passaram a integrar a socialização da população mais jovem, sobretudo entre os estudantes de nível médio e superior.” (COLBARI, 2007. p,84).

Em outro momento relatado nesta pesquisa, o aluno diz que prefere empreender ao invés de ir para faculdade como forma de ganhar mais dinheiro. Neste caso o valor moral está associado ao lucro. Franz e Coelho (2020) identificaram que a lógica do discurso empreendedor nas universidades projeta a profissionalização do aluno em detrimento da formação, a partir de uma postura empreendedora de docentes e alunos. No caso dos institutos federais, a ambiguidade de sentidos, encontrado por via da pesquisa etnográfica, possibilita que o discurso perpassasse as relações de trabalho.

Ou seja, para aquilo que Boltanski e Chiapello (2020) identificaram como um “saber-ser” em oposição a um “saber” e um “saber-fazer” no campo do trabalho, percebemos que na educação profissional os sentidos do “saber-ser” empreendedor pode se referir de forma mais abrangente a qualquer campo da vida social. Um exemplo é quando podemos identificar na fala dos agentes sociais pesquisados, que mesmo que o aluno não consiga ter seu próprio negócio o objetivo principal é que ele tenha assimilado conhecimento empreendedor suficiente para referenciar qualquer parte de sua vida.

Outro ponto importante a ser refletido é que mesmo que o aluno desista das atividades sobre empreendedorismo para se dedicar a universidade, como o caso de alguns alunos que participaram da TecnoIF, isso não fará com que eles não tenham contato com as disposições empreendedoras em outro momento. Pelo contrário, pesquisas como a de Franz e Coelho (2020) nos mostra que ele não escapará nem na universidade. O que podemos perceber é que a cultura empreendedora tem permeado todos os níveis da educação no Brasil.

É importante considerar que dentro do ambiente escolar, estes sentidos se misturam, se entrelaçam, se conectam e desconectam, como pude perceber nas falas e ações dos agentes que frequentam o campo pesquisado. Compreende-se uma cultura empreendedora como parte de processos sociais que compõem um quadro de complexidade (FELDMAN-BIANCO, 1987). Um exemplo é quando uma docente afirma que a natureza da educação profissional está em formar um aluno que vá para o mundo do trabalho com aprendizados que o permita refletir criticamente sobre o mundo social no qual faz parte, e em outro momento a mesma docente diz que não vê sentido em ensinar empreendedorismo enquanto disciplina, como aparece no projeto pedagógico do curso, que isto seria o mesmo que evidenciar a formação de mão de obra, de que o objetivo do aluno seja ser dono de sua própria empresa, para um mundo do trabalho precarizado. Entretanto para ela, o empreendedorismo enquanto um jeito de ser e se portar no mundo é importante e precisa estar no dia a dia da escola.

Se, como afirma Bourdieu (1973) a escola está no início da defasagem entre o *habitus* e a estrutura, ela permanece como reprodutora de desigualdades sociais, ainda que muito do que

acontece dentro da escola possa apresentar uma tentativa de fugir desta realidade. Para além do empresário feito pelo capitalismo (SOMBART, [s.n.] apud BOURDIEU, 1973), o empreendedorismo dentro da escola produz o aluno egresso que compõe o mundo social, assimilando os processos de adaptação das disposições econômicas e sociais. Ainda, se a economia molda nosso *habitus* econômico por instrumento da educação, como advertido pelo autor, podemos considerar que atualmente ela também o faz recorrendo a um *habitus* empreendedor com disposições não só para que os alunos ajam no mundo econômico, mas também em todas as relações de sua existência, despertando novos valores que compõe uma cultura empreendedora. Valores recheados de ambiguidades e que se apresentam de diferentes formas.

Embora a justificativa seja de que este *ethos* empreendedor permitiria uma boa probabilidade de sucesso após a conclusão dos anos escolares, podemos nos questionar que sucesso seria esse na conjuntura atual. O sucesso não necessariamente será o aluno conseguir uma boa posição no mercado de trabalho, ou montar seu próprio negócio, ou ainda entrar na universidade. Ou poderá também ser tudo isso. O objetivo da cultura empreendedora parece ser independente deste sucesso, desde que o aluno tenha assimilado disposições tais que o permitam viver no mundo social atribuindo novos valores, que estejam em consonância com os sentidos do empreendedorismo.

Conforme relatado por um dos docentes, empreender é algo abstrato para os alunos e essa seria um dos motivos para o fato de que muitos deles desistem de participar das atividades da TecnoIF, com a justificativa de que precisam se dedicar a admissão universitária. Embora no discurso um dos alunos tenha dito preferir empreender ao invés de ir para a universidade, o que de fato ocorreu é que ele desistiu das atividades justamente com o argumento contrário, de que precisava se dedicar aos semestres finais da escola e a entrada na universidade. Como dito anteriormente, a ambiguidade de sentidos da cultura empreendedora dentro da escola pode influenciar na adesão desses jovens a essas novas disposições. Segundo Boltanski e Chiapello uma das justificativas seria o fato de estes jovens necessitarem identificar de forma mais clara as novas formas de sucesso:

Os jovens executivos, em especial, sentem necessidade de identificar de modo claro as novas formas de sucesso e as novas regras do jogo do mundo econômico para saber como orientar e preparar os filhos. Essa exigência de inteligibilidade exerce forte pressão no sentido da explicação e da formalização crescente das regras de conduta que, em contrapartida, orientam a ação. (2020, p. 133)

Ainda que o empreendedorismo possa se apresentar como uma lógica moral de dimensão coletiva (COLBARI, 2007), e em certa medida ao atribuir sentido ao empreendedorismo social, a educação busque justificá-lo a partir de uma concepção social e colaborativa, na prática o que a pesquisa etnográfica nos mostra é que o objetivo final ainda parece ser o lucro individual. Porém, uma compreensão importante a se fazer sobre o empreendedorismo na escola é que ele abarca um campo de significados tão estendido, que seus sentidos são ambíguos e conflituosos, ainda que encontrem formas de engajar os indivíduos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020).

No entanto, outros campos e meios que em certa medida se relacionam à educação estão com seus fundamentos mais encorpados. Por exemplo, a BNCC que é um documento que faz parte dos “aldeamentos” de documentos que compõem e normatizam a educação, traz mais especificamente os sentidos do empreendedorismo, que como apresentado compreendem: criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros (BRASIL, 2018, p. 466), relacionados ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores. Ainda no caso deste documento foi possível identificar que o empreendedorismo se refere tanto a um tipo de trabalho, quando ele compõe um dos eixos estruturantes do documento, como um jeito de ser e viver o mundo na medida em que ele aparece como uma competência desejada de ser desenvolvida, a partir do ensino das ciências humanas.

Já no caso do SEBRAE, que como demonstrado também se vincula, em certa medida, a educação, especialmente no caso de uma prática pedagógica específica do IFMS, os sentidos do empreendedorismo são proatividade, estratégico, bons relacionamentos, disposição e inclinação para fazer sempre mais e melhor, flexível às mudanças, resiliente, confiante, otimista e determinado. Já no caso do projeto pedagógico do curso de Informática, o empreendedorismo aparece como um tipo de trabalho ou uma forma de se comportar no mercado de trabalho:

O Técnico em Informática é o profissional que tem por característica a capacidade do trabalho em conjunto, conhecimento técnico, formação tecnológica e capacidade de mobilização destes conhecimentos, para atuar no mercado de trabalho de forma criativa, ética, empreendedora e consciente dos impactos socioculturais (INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2019, p. 31).

Para aquilo que o estudo de Weber (2007) identificou no século passado, de uma educação com o propósito de capacitar os indivíduos apenas para realizar tarefas, não considerando a formação no seu sentido integral, com valores de vida cultural e reflexiva, o empreendedorismo dentro da escola aparece como uma das faces da construção social de um

modelo de indivíduo. Isso porque, como verificado em campo, o empreendedorismo dentro da escola está sendo relacionado a uma cultura, uma forma de ver e viver o mundo e perpassa o mercado de trabalho. Desta forma, a ligação entre instituição escolar e trabalho como pensada por Bourdieu (1973), vai além do campo econômico.

Embora a escola esteja encarregada de preparar subjetivamente os indivíduos para as posições que estão socialmente programados, ela exerce uma influência sem equivalentes no mundo profissional, tanto nas atitudes individuais, quanto nas estruturas que as determinam” (QUIJOUX, 2021, p. 233). O empreendedorismo não requer um diploma, como o que necessita outras profissões, seja a de médico, engenheiro ou professor. Mas necessita de habilidades específicas que serão subjetivadas nos indivíduos.

Ainda que muitas vezes o sentido de empreendedorismo parta do mundo do trabalho, ele não necessariamente está vinculado a uma profissão. Não se vai à escola para conseguir um diploma de empreendedor, como para o de médico, engenheiro ou professor, por exemplo. No entanto, o empreendedorismo não deixa de ser compatível às profissões. Espera-se hoje que tenhamos médicos empreendedores, engenheiros empreendedores, professores empreendedores e quem sabe empreendedores, empreendedores. Ou ainda, que não se tenha nenhuma profissão, caso o jovem esteja em um momento onde não exerça algum tipo de trabalho, mas seja, independente do mundo econômico, empreendedor em suas relações sociais.

Desta forma, ainda que Weber (2004) tenha identificado no alvorecer do capitalismo que o homem estava sendo dominado pela geração do dinheiro como propósito final de sua vida, o que podemos perceber atualmente é que, para além do engajamento financeiro, o discurso do empreendedorismo na escola, preenche também outras lacunas nas relações sociais, na medida em que propõe um jeito de ser, especialmente através do desenvolvimento de habilidades e competências específicas que muitas vezes não estão claras no próprio discurso escolar e de seus agentes. O que pode parecer é uma tentativa de desvincular o empreendedorismo do sentido econômico, já que ele está se espalhando pelo tecido social, ainda que muitas vezes o discurso esteja associado a um projeto de ascensão social e realização profissional (COLBARI, 2007)

É importante considerar que as justificações que engajam os indivíduos no capitalismo passam a ser coletivas também (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020). O fenômeno do empreendedorismo social dentro da escola, se encaixa nessas injunções, na medida que utiliza como pano de fundo mudar uma realidade social. É possível perceber, por exemplo, que, através dos documentos institucionais, o aluno empreendedor deve se atentar a não somente perceber que o lucro ainda permanece, porém, não somente o lucro dos sócios, mas também mudar uma

realidade social local. Embora na prática, como acompanhado na pesquisa de campo, a ideia de negócio que chega ao final do edital 023/2021 não apresente uma clara ideia de mudar essa realidade e inclusive, com a orientação do professor, acaba objetivando apenas o lucro dos seus proponentes.

Conforme identificou Gentili (2002), a escola mudou seus sentidos em relação à economia, passando de um dispositivo de integração social para um contexto individualista, a partir da ênfase em competências que as pessoas devem ter para garantir uma melhor posição no mercado de trabalho. O empreendedorismo dentro da escola, conforme nos mostra a BNCC, apresenta sentidos a partir da construção de habilidades, ligadas a valores pessoais, e isso será possível fazendo uso da cultura empreendedora, não necessariamente para o mercado de trabalho, mas para qualquer campo da vida. A relação educação e economia perpassa o mundo do trabalho por meio da cultura empreendedora. E o discurso do empreendedorismo social, em certa medida, busca retomar essa característica integradora da escola, a partir do significado de criar um negócio que mude uma realidade social.

Sennett (2021) afirma que a questão social deve ser o ponto de partida e não de chegada. Para ele, o capitalismo quer que recaia sobre seus membros a responsabilidade de diminuir com a desigualdade social. Assim, ao vender a ideia de um empreendedorismo social, o que nos apresenta é a possibilidade de utilizar essa ligação entre pessoas com outro sentido, mais profundo e relacionado a um nós. De acordo com Sennett, as mudanças se dão no chão, entre pessoas que falam por necessidade interior mais do que por levante de massa. Diante deste argumento podemos nos questionar se há diferença no fato do aluno que tem uma ideia de negócio e tenta encaixar a responsabilidade social nela apresentaria outro sentido se partisse do questionamento proposto por Sennett, e ao elaborar uma ideia de negócio perguntasse de quem precisa de mim?

Boltanski e Chiapello afirmam que o espírito do capitalismo é próprio de uma época. Assim podemos nos questionar qual espírito estará em construção neste momento histórico, com a contribuição da cultura empreendedora? Para Petry (2017) serão os valores e práticas aculturados que se apresentarão através de um novo espírito do capitalismo. Acontece que, como nos lembra o autor:

Quando sempre precisa mudar e estar preparado para se adaptar, os indivíduos podem ser qualquer um. Se podem ser qualquer um, não são ninguém. Se não são ninguém, não são sujeitos singulares. O que lhes resta é construir uma identidade precária, a de trabalhador. (PETRY, 2017, p. 37)

Partindo desta constatação do autor e a partir dos sentidos encontrados em campo, que são atribuídos ao empreendedorismo, mas especialmente a falta de clareza e de especificação destes mesmos sentidos em diferentes casos como relatado, faz com que o discurso do empreendedorismo possa se encaixar em qualquer coisa. Pode significar um tipo de trabalho precário, mas também um tipo de trabalho grandioso e valioso, ser dono do próprio negócio, mas também se relacionar a um modo de ser no ambiente de trabalho, independentemente de ser um negócio empreendedor. E ainda, o que mais chama atenção, pode significar uma maneira de ser e viver o mundo, uma cultura, independente da relação com o trabalho.

Por exemplo, nos documentos analisados, como no projeto pedagógico do curso, quando o empreendedorismo se refere a capacidade de gerir uma empresa ou de criar o seu próprio negócio, a relação feita é de um sentido atrelado a um tipo de trabalho que, como mostrado por (LEITE; LINDÔSO, 2021) refere-se à precarização atrelada à ideologia. Mas quando partimos para análise dos sentidos atribuídos ao espaço social em construção e as práticas pedagógicas, eles que fazem parte da construção social da cultura empreendedora estão em formação e disputa. Acontece que criar uma cultura empreendedora, está especialmente relacionado a uma forma de viver o mundo. Como bem identificado pelos autores, autonomia, espontaneidade, flexibilidade, criatividades e intuição visionária, como atributos esperados dos novos trabalhadores, são agora também esperados dos jovens dentro da escola, que obviamente serão estes novos trabalhadores, mas que usarão estes atributos não somente no ambiente de trabalho, mas em todas as suas relações de vida.

Na França, a relação do empreendedorismo com a educação se apresenta na difusão de um espírito empreendedor cujo objetivo, além de estimular a criação de empresas, tem sido favorecer reformas que aproximam o mundo econômico através de uma reconfiguração do significado e da forma do sistema universitário. (CHAMBARD, 2021). Para a autora, os trabalhadores se tornam autônomos muito mais por conta da falta de emprego do que pelo espírito empreendedor. Na educação técnica, o que a pesquisa etnográfica mostrou é que os sentidos de empreender se misturam. Ainda que o aluno saia da escola e não consiga um emprego, ou não tenha êxito na aprovação para a universidade, o objetivo é que a cultura empreendedora esteja enraizada, se assim posso me expressar, com um habitus empreendedor, de modo que faça parte das suas interações sociais no seio da vida cultural.

Enquanto no projeto pedagógico do curso, o que se espera ao formar o aluno, é que ele tenha entre outras coisas, a capacidade de gerir seu próprio negócio, na prática pedagógica realizada por meio do edital 023/2021 é que além de propor um negócio que gere lucros e mude uma realidade social, seja fomentado uma cultura empreendedora na comunidade escolar.

Embora o PEMIM - Programa de empreendedorismo e inovação do IFMS não mencione o que de fato ela seja, é possível perceber recorrendo a nova BNCC, que se refere a um conjunto de habilidades e competências como resultado da formação desse aluno.

Quanto mais as lógicas do mundo econômico adentram a escola, e neste caso da educação profissional, "o conhecimento vai se cindindo da educação, assim como do trabalho" (CATINI, 2020, p. 66). Ainda que empreender possa preencher uma possibilidade de mobilidade social, o que de fato presenciei em campo dentro da escola, é que alguns alunos não querem e não podem arriscar empreender e perder a oportunidade de entrar na universidade. Para os casos em que acompanhei, as desistências de participar das atividades relacionadas ao empreendedorismo está justamente no fato de estarem no último ano da escola e decidiram se dedicar ao acesso à universidade, esse sim visto como um fator de mobilidade social pelos alunos.

Se na fala do ex-ministro da educação Milton Ribeiro, os sentidos dos institutos federais se conectam a uma formação técnica, de ser útil a sociedade ao estimular a saída do aluno direto para o mercado de trabalho, há uma resistência por parte de alguns professores que acreditam, embasados nas bases epistemológicas dessas instituições, que esse não deva ser seu objetivo principal. E essa resistência pode ser encontrada na pesquisa etnográfica, quanto dos poucos professores que se engajam nas atividades relacionadas ao empreendedorismo. Na prática pedagógica, por exemplo, são os de administração que tomam à frente das atividades e os poucos alunos que propõem ideias de negócios, são os que estão tendo ou já tiveram aulas com esses mesmos professores e são estimulados a participar. Outros professores que não são da área da administração que vi envolvidos ali participam como convidados das bancas de análises e normalmente suas contribuições às ideias de negócios são técnicas.

É possível ainda fazer uma relação do empreendedorismo com a questão tempo. Conforme alguns autores aqui utilizados perceberam, na atual configuração do sistema neoliberal, tempo de trabalho e tempo de vida não se diferenciam mais (SENNETT, 2021; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020). Essa relação é possível com o empreendedorismo, se referindo a um tipo de trabalho e a uma forma de viver a vida. Desta forma o aluno empreendedor social, ao concluir o ensino médio poderá montar seu próprio negócio, ou gerenciar uma empresa. Espera-se que ele seja admitido em uma universidade, e não perca esse espírito empreendedor. Que seja dinâmico, flexível às mudanças e regras que lhe forem impostas, que aceite e compreenda as mudanças necessárias que o novo ritmo de trabalho apresenta.

Porém, esse egresso empreendedor social, pode não conseguir se estabelecer no mercado de trabalho, ou passar em uma universidade. Essa parece já não ser a questão. O importante é que ele tenha assimilado significativamente os dispositivos que o façam viver em uma cultura empreendedora. Embora os próprios sentidos desta cultura possam muitas vezes não estar claro para ele. O importante é que ele não desista, seja lá do que for, corra atrás do sucesso, mesmo que ele nunca chegue, seja flexível em todas as situações vivenciadas, cultive bons relacionamentos, embora o viver socialmente não possa ter garantias de que os relacionamentos sempre serão bons, não desista, confie e seja otimista, ainda que a realidade se apresente de forma desestimulante, confusa e insignificante. O egresso empreendedor deseja ser livre, liberdade em primeiro lugar, mesmo que essa liberdade tenha qualquer consequência negativa para outros indivíduos. Deseja uma convivência democrática desde que ela não sobreponha a sua liberdade. O egresso empreendedor social deseja mudar uma realidade social, mas se não for possível, lucrar já estará de bom tamanho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU SERIAM INICIAIS?

A pergunta provocativa do título deste capítulo compreende o fato de que uma pesquisa por si só não dá conta de responder questões tão profundas e complexas, mas podem ser pequenos tijolos na construção de um entendimento maior sobre as ações sociais a partir de novos questionamentos que esses estudos podem ajudar a formular. Deste modo, esta dissertação teve o objetivo principal de compreender a construção social da cultura empreendedora dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, *campus* Campo Grande. Os resultados demonstraram que esta construção acontece no quadro de um processo social em fluxo permeado por conflitos, contradições e relações de poder. O discurso econômico global, representado pela cultura empreendedora, é traduzido dentro da escola através de práticas pedagógicas, projetos pedagógicos de curso, construção de espaços físicos e sociais, normatizações de leis, decretos e discursos que buscam sua legitimação.

Foi possível deixar um pouco mais nítidos alguns sentidos do empreendedorismo no contexto da educação profissional e como eles são permeados por ambiguidades compondo o desenvolvimento de uma cultura. Compreendem processos interdependentes e seus sentidos são construídos mutuamente. A própria legitimação enquanto empreendedorismo social faz parte deste processo. Não ter ao certo seus sentidos e significados colabora com a flexibilização necessária às adaptações ao mundo do trabalho atual, mas não somente ao que se refere ao trabalho, mas adentra e ganha sentido em todos os outros espaços sociais.

O perfil do egresso esperado que consta no projeto pedagógico do curso, se refere a um profissional que será capaz de gerenciar uma empresa ou ter seu próprio negócio. Já no processo da prática pedagógica materializada pelo edital de fluxo contínuo 023/2022, que tem como objetivo, entre outras coisas, fomentar a cultura empreendedora dentro da escola, foi possível perceber que os sentidos do empreendedorismo se apresentam ambíguos, ainda que também represente um conjunto de competências e habilidades que irão compor dispositivos internalizados nos alunos, de tal modo que os mesmos tenham valores, capacidades e atitudes empreendedoras em todas as relações sociais de suas vidas. Estes discursos compõem um aldeamento de documentos, como a LDB, o Novo Ensino Médio, a BNCC, o PEMIN, de forma a legitimar o empreendedorismo dentro da escola.

Algumas das características identificadas pelos autores utilizados como referência nesta pesquisa, mostram que, com o novo espírito do capitalismo deste período histórico vivido, o tempo de trabalho e tempo de vida privada não se separam sendo que a cultura empreendedora

também possui essas características. Além disso, o que foi possível observar é que para o caso do empreendedorismo dentro da escola ora o sentido atribuído refere-se a um tipo de trabalho, que compõe uma estrutura dentro do mercado de trabalho com posições precárias, ora a um modo de viver e se relacionar em qualquer espaço social.

As características identificadas, que vão além de ter ou não ter o seu próprio negócio, passam a fazer parte de um arcabouço de habilidades e competências esperadas dos jovens brasileiros, na medida que sirvam como referência para encarar as próximas etapas de sua vida. Essas características, como capacidade de flexibilizar e relativizam constantemente todos os aspectos de suas vidas, compõem dispositivos éticos que orientam suas relações, de modo que demonstrem proatividade, dinamismo, autonomia, criatividade, liberdade e inovação em todas suas relações e são assimilados por intermédio da cultura empreendedora.

Ainda há que se considerar que, dentro da escola, este empreendedorismo procura se apresentar como uma resposta à crítica social. Ela se apresenta como um questionamento sobre capitalismo atual, mais especificamente o neoliberalismo, como produtor de egoísmos e desigualdades sociais. As justificações a este sistema, acontecem também a partir dos sentidos individuais e coletivos do empreendedorismo social com o intuito de mudar uma realidade social local. Seria possível a sociedade cooptar essa crítica como uma de suas saídas ou resistência, promovendo nos jovens o sentimento de que o que ele vai fazer, no trabalho ou como possibilidade de vida, relacionado a mudar uma realidade social, pode promover a compreensão do sentido de comunidade?

Entretanto, qual mudança seria esta não está claro nos documentos institucionais e nem nos discursos dentro da escola. Em uma das práticas pedagógicas aplicadas inclusive, esse empreendedorismo social não chega a ser considerado. Como pude perceber com a ajuda da etnografia, todos esses sentidos estão em constante disputa, mas é relevante considerar as limitações desta pesquisa, como o fato de estar pesquisando meu próprio local de trabalho possa em certa medida influenciar nas minhas percepções.

É importante que a escola ainda seja um espaço de resistência, embora essas contradições, ao que parece, não estejam claras para os próprios agentes que formam este campo. Elas fazem parte de uma expectativa de se construir uma cultura empreendedora, sobretudo que persiste para além dos muros escolares, ainda que seus resultados enquanto projeto de sociedade não estejam dados. Ao assimilar um discurso que agrega a mudança de uma realidade social, o empreendedorismo social se preenche de sentidos que buscam responder à crítica social ao capitalismo de produtor de desigualdades sociais. Por isso,

discussões e debates precisam acontecer dentro da escola sobre os reais objetivos da construção da cultura empreendedora naquele espaço.

Como limitações desta pesquisa não posso deixar de compartilhar a situação pandêmica de coronavírus iniciada em 2020. Por conta disso, o trabalho de campo iniciou-se em 2022, tendo como duração um pouco mais de um ano. Ainda que esta seja uma realidade das pesquisas etnográficas na contemporaneidade, faz-se necessário destacar a necessidade de pesquisas antropológicas com duração de campo mais estendidas. Por conta disso, alguns diálogos ocorreram de forma virtual, implicando uma nova forma de etnografia em ambientes virtuais que ainda requer mais pesquisas sobre a temática do fazer etnográfico nestas circunstâncias.

Ainda assim, é necessário continuar as pesquisas, e especialmente a antropologia pode contribuir de forma expressiva, por meio do olhar antropológico sobre os alunos egressos, momento em que saem do ambiente escolar. O que nos apresenta como questionamento para pesquisas futuras é: de que modo essa cultura empreendedora, que em certa medida, inicialmente está relacionada em um ambiente ou tipo de trabalho, mas está para além dele, perfazendo uma construção social, influenciará na sociedade em que vivemos? Qual será esse novo espírito do capitalismo que está em construção a partir de uma perspectiva do empreendedorismo enquanto cultura?

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, L. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, [S.l.], v. 5, n. 8, p. 193-226, jul./dez. 2018.

BESERRA; B. L. R.; GUSSI, A. F.; SALES, Y. N. (Org.). **Experimentações etnográficas em antropologia da educação**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. Disponível em: https://www.editorafi.org/files/ugd/48d206_dcaaff3ee09341d6bfdf63d2467c10c0.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: W. M. Fontes, 2020.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 153-162.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

BRAGA, R. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. **Tempo Social**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 133-152, jun. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 12 jan. 2016, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de

28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 06 jan. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CASTELANI, A.; CRUZ, R. L. A formação profissional em uma instituição pública de Campo Grande/MS sob a ótica da antropologia do trabalho. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL*, 8., 2021. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 147-158.

CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. de S.; TEIXEIRA, C. C. **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista Usp**, [S.l.], n. 127, p. 53-68, 21 dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p53-68>. Acesso em: 05 set. 2022.

CHAMBARD, O. A educação para o empreendedorismo, ou a socialização da comunidade universitária sob as lógicas da concorrência, **Pensata**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/12619>. Acesso em: 05 set. 2022.

COLBARI, A. L. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. **Revista Sinais**, Vitória, n. 01, 2007.

COHN, G. **Marx Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 2003. Introdução. Coleção Grandes cientistas sociais, 13.

DA SILVA, J. F.; PATRUS, R. O “bê-á-bá” do ensino em empreendedorismo: uma revisão da literatura sobre os métodos e práticas da educação empreendedora. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 372-401, 2017.

DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o trabalho. **Educação profissional e tecnológica em revista**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018.

DE MELO, L. H. A.; BASTOS, A. T.; DE ALMEIDA BIZARRIA, F. P. Coaching como processo inovador de desenvolvimento de pessoas nas organizações. **Revista Capital Científico**, Guarapuava, v. 13, n. 2, p. 141-153, 2015.

DIEESE. **Boletim Emprego em Pauta**. Número 11, dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta11.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

DOS SANTOS, A. A. M.; GUIMARÃES, E. A.; DE BRITO, G. P. Gestão da qualidade: conceito, princípio, método e ferramentas. **Revista Científica INTERMEIO**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 91-101, set/2013.

EDITAL PROPI. **Edital fluxo contínuo nº 023/2022**. Seleção de projetos para integrar a TecnoIF. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-de-fluxo-contínuo-para-pre-incubacao-edital-023-2022>. Acesso em: 17 abr. 2022.

EDITAL PROPI. **Edital nº 086/2021**. Estruturação dos ambientes integrados de inovação ocupados pela TecnoIF, incubadora de empresas do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/servidores/edital-no-086-2021-estruturacao-dos-ambientes-integrados-de-inovacao-ocupados-pela-TecnoIF-incubadora-de-empresas>. Acesso em: 26 mar. 2023.

EDITAL PROPP - PROGEP. **Edital Qualifica UFMS nº 04/2021**. Seleção de servidores da UFMS e do IFMS para os cursos de mestrado e doutorado dos programas de pós-graduação da UFMS. Disponível em: https://ppggeografiacpaq.ufms.br/files/2021/01/EDITAL-PROPP_RTR-n-4-de-26-01-2021.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

FELIZOLA, M. P. P. M.; DE ARAGÃO, I. M. Revisão da literatura e formação de um modelo híbrido de ecossistema de inovação. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 49, p. 9-32, 2021.

FRANZ, A. H.; COELHO, G. B. O novo espírito do capitalismo e a construção da universidade empreendedora no contexto brasileiro. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 7, n. 3, jul/dez., p. 279–297, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33703>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1/2, 2007.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. **Capitalismo, trabalho e educação**, [S.l.], v. 3, p. 45-59, 2002.

GLEICY, M. S. Cultura negra e empreendedorismo: sensibilidades políticas a reivindicações econômicas e o engajamento através do mercado. **Anuário Antropológico**, [S.l.], v. 43, n. 1, p. 11-36, 2018.

HADDAD, F. **Debate Eleições 2022**. TV Bandeirantes. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/eleicoes/debate/2022/governador-sp-primeiro-turno>. Acesso em: 22 ago. 2022.

IIZUKA, E. S. *et al.* **Empreendedorismo social e negócios sociais: revisão crítica e agenda de pesquisa**. SEMEAD-SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, XVII. São Paulo, out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 54, de 07 de julho de 2017**. Aprova a Política de Inovação do IFMS. Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/resolucoes/resolucao-054-aprova-politica-de-inovacao-do-ifms-07-07-2017.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 80, de 20 de dezembro de 2019**. Aprova *ad referendum* a reestruturação do projeto pedagógico do curso Técnico em Informática - Integrado *campus* Campo Grande. Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-em-informatica-campo-grande.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 97, de 16 de dezembro de 2016**. Aprova o Programa de Empreendedorismo Inovador (Pemin) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/resolucoes/resolucao-097-aprova-programa-de-empreendedorismo-inovador-pemin-16-12-2016.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019. 326 p.

LEITE, M. P.; LINDOSO, R. O. Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia: O desmascaramento de uma ideologia. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 791-820, set./dez. 2021.

LIMA, D. Ethos emergente: notas etnográficas sobre o sucesso. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 22, n. 65, p. 73-83, 2007.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MAIA, A. C. **O novo ensino médio: a transição da compreensão de empregabilidade para o empreendedorismo**. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MALINOWSKI, B. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Novo Ensino Médio**: perguntas e respostas. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Planejamento Estratégico**. Construindo a CVM de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cvm/pt-br/aceso-a-informacao-cvm/acoes-e-programas/plano-estrategico/planejamento_estrategico_cvm_2013_20232019.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

MÜLLER, L. H. A. "Então fui à luta!": repensando as representações e práticas econômicas de grupos populares a partir de uma trajetória de ascensão social. **Política e Sociedade**, [S.l.], n. 8, p. 145-171, 2009.

NEIBURG, F. Os sentidos sociais da economia. **Antropologia**: horizontes das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 225-258.

NEIBURG, F.; THOMAZ, O. R. Ethnographic views of Brazil's (new) authoritarian turn. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 7–11, 2020.

OLIVEIRA, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, [S.l.], v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PETRY, C. O novo "espírito do capitalismo" na reforma curricular do ensino médio da rede pública estadual do RS. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 22, n.1, p. 1-39, 2017.

PIALOUX, M., BEAUD, S. Permanentes e temporários. In: BOURDIEU, P. (org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 309-20.

PIERUCCI, A. F. Apresentação. In: WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PIOLLI, E.; SALA, M. A reforma do ensino médio e a educação profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020138, 2021. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1543>. Acesso em: 08 jan. 2023.

QUIJOUX, M. REPRODUÇÃO, HABITUS, CAMPO: como Bourdieu pensa o trabalho?. **Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho**, [S. l.], v. 1, n. 54, p. 220–236, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/60155>. Acesso em: 08 jan. 2023.

RAMOS, M. N. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: I. F. do Paraná, 2014.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Novo Ensino Médio e indução de**

desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas. Acesso em: 24 ago. 2022.

RIBEIRO, M. **Ministro da Educação, Milton Ribeiro, é o convidado do Sem Censura**. [9 ago. 2021]. Programa Sem Censura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JyH4faRwpY>. Acesso em: 19 maio 2022.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SADER, E. Sobre as experiências da condição proletária em São Paulo. *In*: SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 – 80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 61-88.

SAFLATE, V.; SILVA JUNIOR, N. da; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SEBRAE. **Site Institucional**. Disponível em: <https://oqueosebraefaz.com.br/>. Acesso em: 08 jan. 2023.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SILVA, G. M. Cultura negra e empreendedorismo: Sensibilidades políticas a reivindicações econômicas e o engajamento através do mercado. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 11-36, 2018.

SCHÜTZ, J. A.; DA SILVA, E. E. O tipo ideal weberiano: presença e representação em obras de Zygmunt Bauman. **Revista Espaço Acadêmico**, [S. l.], v. 18, n. 210, p. 140-150, 2018.

TAUSSIG, M. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

TELLES, V. da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12498>. Acesso em: 12 maio 2023.

TOMETICH, P. Empreendedorismo – um conceito impreciso. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, [S.l.], v. 4, n. 1, 14 ago. 2020.

VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. *In*.: CASTILHO, S.; LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. C. (orgs.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

WEBER, F. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WEBER, M. A. “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. *In*: COHN, G. **Marx Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 2003. p. 79-134. Coleção Grandes cientistas sociais, 13.

WHYTE, W. F. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

XAVIER, B. D. **Imersão ao contexto do empreendedorismo subsidiado por um jogo de negócios mediado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia**. 2021. Dissertação. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Do Sul, Campo Grande, 2021.